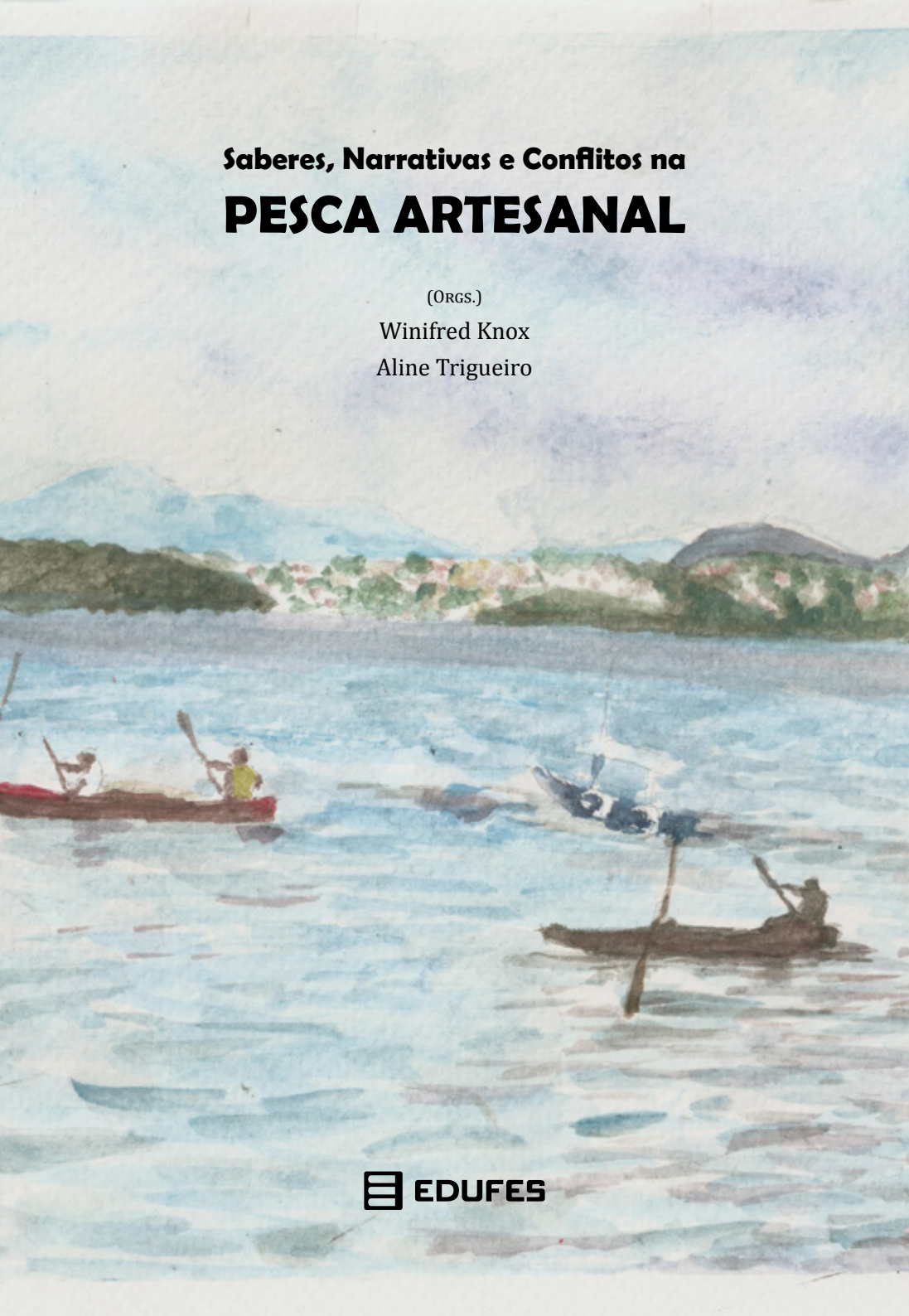
Saberes, Narrativas e Conflitos na

PESCA ARTESANAL

(Orgs.)
Winifred Knox
Aline Trigueiro



EDUFES

(Orgs.)
Winifred Knox
Aline Trigueiro

Saberes, Narrativas e Conflitos na
PESCA ARTESANAL

EDUFES

Vitória
2015

EDUFES
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 - *Campus* de Goiabeiras
CEP 29075-910 - Vitória - Espírito Santo - Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 - E-mail: edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte
Vice-Reitora | Ethel Leonor Noia Maciel
Superintendente de Cultura e Comunicação | Ruth de Cássia dos Rei**s**
Secretário de Cultura | Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial | Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Giovanni de Oliveira Garcia, Glícia Vieira dos Santos, José Armínio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Maria Helena Costa Amorim, Rogério Borges de Oliveira, Ruth de Cássia dos Reis, Sandra Soares Della Fonte.

Secretário do Conselho Editorial | Douglas Salomão

Comitê Científico de Letras | Antônio Pires, Evando Nascimento, Flávio Carneiro, Goiandira Camargo, Jaime Ginzburg, Luiz Carlos Simon, Marcelo Paiva de Souza, Márcio Seligmann-Silva, Marcus Vinícius de Freitas, Marília Rothier Cardoso, Paulo Roberto Sodré, Rosani Umbach

Revisão de Texto | Roberta Soares
Projeto gráfico, Diagramação | Anaise Perrone
Capa | Aquarela de Agatha Knox Figueira sobre a foto de João Paulo Izoton
Revisão Final | As autoras

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S115 Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal [recurso eletrônico] / (orgs.) Winifred Knox, Aline Trigueiro. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2015.
229 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-276-1
Também publicado em formato impresso.
Modo de acesso: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0>

1. Pesca artesanal - Aspectos ambientais. 2. Pesca artesanal - Aspectos sociais. 3. Pescadores. I. Knox, Winifred. II. Trigueiro, Aline.

CDU: 639.2

Publicação realizada com o apoio da Fapes 2014, da Edufes e da Ufes.
Esta obra integra as atividades de pesquisa e extensão do Diretório CNPq
Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e
Desenvolvimento no Espírito Santo (Geppedes).

Sumário

Apresentação e agradecimentos 9
Prefácio..... 13

Capítulo 1 - A pesca artesanal no litoral no ES.
Winifred Knox e Aline Trigueiro..... 17

Capítulo 2 - A pesca artesanal na Baía de Guanabara e justiça ambiental: uma proposta de nuances sociológicas.
David Gonçalves Soares..... 51

Capítulo 3 - Pesca artesanal e atividades turísticas: complementaridades e conflitos.
Solange Fernandes Soares Coutinho..... 85

Capítulo 4 - Minha jangada vai sair pro mar: continuidade de um trabalho secular do nordeste brasileiro.
Cristiano Wellington Noberto Ramalho..... 111

Capítulo 5 - Gênero e pesca: o Conselho Pastoral da Pesca e sua contribuição na trajetória da Articulação das Mulheres Pescadoras.
Maria do Rosário de F. A. Leitão..... 139

Capítulo 6 - Aspectos do fenômeno jurídico entre os pescadores da Barra do Jucu, Vila Velha-ES.
Márcio De Paula Filgueiras..... 161

Capítulo 7 - O mar não está para peixe: a constituição do campo da conservação da biodiversidade e os conflitos de visões de natureza.
Jerônimo Amaral de Carvalho..... 187

Capítulo 8 - Patrimônio, museus e cultura marítima: o caso do museu do mar da vila de Sesimbra, Portugal.
Luís J. Gonçalves, Áurea Pinheiro, João Ventura, Andreia Conceição, Cristina Conceição, Cássia Moura 201

Perfil dos autores 228

Apresentação e agradecimentos

O livro que ora apresentamos é fruto de nossa inserção no debate acadêmico em torno da pesca artesanal e das questões socioambientais no Brasil há pelo menos uma década. As várias ações e os projetos que desenvolvemos entre os anos de 2011 e 2014 no Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (Geppedes) nos permitiram pensar sobre a importância de divulgar os estudos sobre essa temática. Foi quando lançamos a proposta de um livro no qual outros estudos pudessem ser incluídos a fim de oferecer um panorama da pesca artesanal realizada no litoral do Brasil.

O objetivo principal desta obra sempre foi – desde o momento inicial da divulgação do edital que selecionou artigos para compô-la – o de trazer para a reflexão acadêmica um problema atual: a situação das populações pesqueiras que vivem e trabalham na costa brasileira. Exatamente por isso concentramos esta produção prioritariamente entre os pesquisadores e os grupos que estudam essa temática no Brasil.

Junto a este ensejo de promover reflexão sobre a situação das populações pesqueiras do litoral, há também o desejo de divulgar as atuais pesquisas para aprofundar debates, consolidar grupos e

constituir redes, principalmente entre aqueles que têm sinalizado questões teóricas e práticas importantes que possam contribuir para os estudos a respeito das populações pesqueiras.

Desse modo, esta obra contém artigos de pesquisadores de várias regiões litorâneas, o que permite uma ampla e consistente reflexão a partir das diversidades culturais, sociais e econômicas existentes. Também exibe problemáticas com similaridades que dão significativa relevância ao tema dos impactos socioambientais nas regiões da costa Nordeste-Sudeste do Brasil, nas quais as populações pesqueiras têm sido altamente afetadas por transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas.

São, ao todo, sete artigos descrevendo pesquisas entre o estado de Pernambuco e o estado do Rio de Janeiro. Acrescenta-se ainda um estudo sobre uma comunidade pesqueira do litoral de Portugal. Nele são mostradas as transformações ocorridas na região do sul de Portugal e as alternativas adotadas para a preservação da memória coletiva local. A localização das regiões abordadas pelos estudos aqui publicados consta na ilustração a seguir (Figura 1).

A conjuntura analisada nestes trabalhos nos remete basicamente às transformações vivenciadas pelas populações litorâneas nas últimas décadas e procura promover a reflexão sobre as problemáticas geradas por tais mudanças. De modo geral, os artigos têm em comum a discussão sobre os percursos de resistência traçados para a adaptação, a organização e a luta pela sobrevivência dos interesses desses grupos frente a processos globalizadores.

Por fim, é necessário destacar que os nossos projetos de pesquisa e extensão tiveram apoio do MEC, da ProExt, da Ufes, da Edufes, da Fapes e do CNPq. Sem esses parceiros não teria sido possível a realização do trabalho de campo. É preciso expor também que o Centro de Ciências Humanas e Naturais, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o Departamento de Ciências Sociais ofereceram apoio logístico e de infraestrutura ao Geppedes

por meio da cessão de uma sala, além de terem sido mediadores na resolução de outros processos. Ressaltamos ainda o trabalho dos assistentes editorias da Edufes. Desse modo, agradecemos a todos os que colaboraram de alguma forma para a publicação deste livro, principalmente aos pesquisadores que contribuíram com os artigos, aos bolsistas do Geppedes e aos pescadores e pescadoras das comunidades pesquisadas.

Figura 1 – Mapas do Brasil e de Portugal sinalizando localização das pesquisas dos artigos do livro
Fonte: IBGE, Brasil (http://www.ibge.gov.br/paisesat/) e Portugal Tour, 2014 (http://viajar.clix.pt/). Adaptação das autoras.

Prefácio

O convite para apresentar o livro "Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal", de Winifred Knox e Aline Trigueiro, foi aceito em um momento de turbulências desencadeadas principalmente em um espaço físico e social muito especial: a costa brasileira. Não seria adequado usar o termo "lugar", pois entendo que são muitos os lugares nesse espaço que é, cada vez mais, transformado, por grupos distintos, em lugares múltiplos – nos quais diferentes *insiders* e *outsiders* disputam o acesso, a experiência e o cuidado.

Já se disse que o Brasil cresceu de costas para o continente, com os olhos voltados para o Velho Mundo. Hoje é possível dizer que o continente e o Mundo Globalizado estão com os olhos voltados para a costa. De um lado a busca por uma modernização que aumente o fluxo das riquezas a partir do interior até o oceano e conecte-as mais rapidamente com o mercado global. De outro a exploração *offshore* de petróleo, que implica uma ligação direta e constante entre as plataformas na costa e o continente.

Esses dois fluxos trouxeram novos atores e novos sentidos para algumas disputas antigas pelo controle de espaços costeiros chamados de orla marítima. Um primeiro conjunto poderia ser identificado por uma tensão entre modernidade e tradição na

pesca, presente, por exemplo, na dualidade semântica existente nas categorias "artesanal" e "profissional", as quais foram recentemente redefinidas no Registro Geral da Pesca como "profissional artesanal" e "profissional industrial". Quando outros qualificadores entram em cena ("tradicional" ou "local", por exemplo), essa tensão pode ser amplificada, ou amortecida – com políticas de gestão de recursos marinhos renováveis, como as reservas extrativistas. Parte desse processo está descrito no artigo "O mar não está para peixe: a constituição do campo da conservação da biodiversidade e os conflitos de visões de natureza", de Jerônimo de Carvalho, sobre os processos de construção da gestão da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Dentro desse mesmo campo de disputas, o artigo "Aspectos do fenômeno jurídico entre os pescadores da Barra do Jucu, Vila Velha-ES", de Márcio Filgueiras, apresenta como saberes locais, ou hábitos tradicionais, dificilmente são compreendidos adequadamente pelo universo jurídico, representante de uma modernidade desejada, porém muito pouco aplicada.

A orla também é palco de outras disputas. Os lugares tradicionais de pescarias e pescadores sempre foram disputados por novos atores e significados. A paisagem e o espaço da costa, pouco apreciados no passado, ganharam novos sentidos e foram gradativamente apropriados pelo mercado. Mecanismos de proteção, ou regulação, entraram em cena para tentar ordenar o acesso a recursos e organizar o aproveitamento da orla. A especulação imobiliária e as indústrias do veraneio e do turismo tornaram-se novos vetores de conflito. O artigo "Pesca artesanal e atividades turísticas: complementaridades e conflitos", de Solange Coutinho, aponta interessantes caminhos para a harmonização entre esses significados, seja através de uma ressignificação, seja por meio de uma melhor compreensão sobre os mesmos.

Há, entretanto, algumas disputas por espaços e atores que são inconciliáveis e, no passado, já representaram o desaparecimento

de alguns grupos de pescadores da beira da praia. Em geral, são processos de modernização que envolvem busca pelo controle absoluto do espaço e grandes mudanças na paisagem, como a instalação de estruturas portuárias. No artigo "Um estudo da pesca artesanal no Espírito Santo: o campo de desenvolvimento *outsider* e a exclusão dos *insiders*", Winifred Knox e Aline Trigueiro apresentam de forma insofismável os dilemas e desafios desse processo no estado do Espírito Santo, mas cuja análise pode ser replicada para a orla do Rio de janeiro, para o sul da Bahia, para Santa Catarina, para o Ceará... Deve ficar claro, como mostram as autoras, que esses processos de desenvolvimento produzem efeitos em cascata: não apenas os espaços objetivados para realizar mudanças são alterados, mas também toda a paisagem e o formato do entorno.

Ao tomar como objeto de análise os conflitos dos pescadores artesanais com a movimentação e o refino de petróleo na Baía de Guanabara, David Soares discute, no artigo "A pesca artesanal na Baía de Guanabara e justiça ambiental: uma proposta de nuances sociológicas", a profunda alteração promovida por diversos atores sociais no campo semântico das representações desses espaços. Isso porque os oleodutos e gasodutos que impactam os pescadores artesanais da Guanabara estão presentes em espaços imobilizados por políticas diversas, como unidades de conservação e terras indígenas do norte fluminense e do norte capixaba, obedecendo ao pensamento de que o fluxo do oceano para a costa deve ser o mais curto possível, assim como seu trajeto por terra até os centros beneficiadores e/ou consumidores.

No fundo, todas essas tensões revelam traços marcantes de nossa cultura e os mecanismos de circulação de novos signos e significados. Como superar "gargalos de infraestrutura", modernizar a paisagem e aumentar a renda sem um processo de mudança social dirigida? Mas os artigos "Minha jangada vai sair pro mar: continuidade de um trabalho secular do Nordeste brasileiro", de Cristiano Ramalho,

e “Gênero e pesca: O Conselho Pastoral da Pesca e sua contribuição na trajetória da Articulação das Mulheres Pescadoras”, de Maria do Rosário Leitão, mostram como a mudança social dirigida acaba sempre ganhando novos significados por parte do quadro cultural local, que, por sua vez, é alterado no processo, tornando a previsão inicial um enorme fracasso. As jangadas e os jangadeiros, antíteses de uma pescaria moderna – motorizada e tecnologicamente amparada por sonares, sistemas de posicionamento por satélite, guinchos e outros –, continuam ocupando um lugar social e cultural importante em comunidades de pescadores. Em outra dimensão, no universo das colônias de pesca organizadas no Brasil com ideologias exclusivamente masculinas, o lugar da mulher foi proativamente sendo alterado até uma pescadora conquistar a presidência de uma Colônia de Pesca em Itapissuma, Pernambuco, nos idos de 1989.

Até que ponto a orla é resiliente? Quando as mudanças se tornam irreversíveis? Não há respostas fáceis – se é que existem! Mas o artigo “Patrimônio, museus e cultura marítima: o caso do Museu do Mar da Vila de Sesimbra, Portugal”, de Luís Jorge Gonçalves, Áurea da Paz Pinheiro, João Ventura, Andreia Conceição, Cristina Conceição e Cássia Moura, nos traz de Portugal – mais especificamente da Vila de Sesimbra – um relato de como o conceito de patrimônio cultural pode existir ao lado do patrimônio ambiental e não ser dizimado pelo desenvolvimento econômico.

É com esse alento, com um estado de espírito positivo, que saúdo a oportunidade e o empenho das organizadoras em editar este livro, que – mesmo em um momento turbulento – é capaz de apontar, no horizonte, sinais de bonança alcançáveis por todos nós.

Boa leitura!

Ronaldo Lobão, Rio de Janeiro, 05/06/2013.

CAPÍTULO 1

A Pesca Artesanal no Litoral do ES

Winifred Knox
Aline Trigueiro

Introdução

O presente artigo traça uma análise da situação socioeconômica e cultural da pesca artesanal no Espírito Santo. O estudo se concentra na situação das comunidades pesqueiras de Vitória, Vila Velha, Linhares, Regência e Anchieta. A base de investigação foram registros produzidos por diferentes instituições e dados produzidos no estado do Espírito Santo na última década. Tais informações foram comparadas com as informações e os registros colhidos pelo Geppedes no ano de 2012 por meio de oficinas, entrevistas e coleta de imagens nos municípios citados. Os trabalhos de campo tiveram uma ou mais incursões – chamadas coloquialmente pela equipe de "mobilizações".

Foram utilizadas informações disponíveis em vários institutos de pesquisa que trabalham com levantamentos de dados sobre o estado do ES e a questão da pesca. O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, o Estudo Setorial da Pesca Marinha (2007) e o Relatório do Macro Diagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo (2005) tornaram-se fontes fundamentais para a composição deste trabalho.

Estruturalmente, este artigo compõe-se de uma sistematização dos dados coletados na pesquisa realizada no ano de 2012, de algumas comparações com estudos relacionados – denominadas diferentes narrativas sobre o mesmo tema – e de indicações das principais reclamações e demandas mencionadas pela população pesqueira durante os trabalhos de campo.

Para finalizar esta introdução, faz-se necessária uma breve explicação sobre a metodologia utilizada. Os trabalhos de campo nas comunidades eram basicamente constituídos de contatos e reuniões com os pescadores e as pescadoras. As mobilizações *in loco* em cada um desses lugares eram realizadas, inicialmente, por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, quando coletávamos os depoimentos de pescadores e pescadoras e de lideranças formais e informais. O roteiro tinha quatro eixos centrais: (a) a vida e a memória da pesca no local onde o entrevistado habita; (b) as principais mudanças vivenciadas na atualidade por ele, sua família e sua comunidade; (c) os principais problemas identificados na atividade da pesca; (d) as principais causas e possíveis soluções.

O registro foi feito por meio de gravador e/ou câmera filmadora. Nos encontros seguintes, foram realizadas oficinas de trabalho, as quais reuniram pescadores, pescadoras e lideranças da pesca. Eles refletiram juntos sobre as principais mudanças ocorridas na atividade nos últimos anos (os seus problemas e as suas causas). Através de uma atuação dialógica, foram redigidas as indicações dos principais problemas e suas causas em um computador cuja tela era projetada em um quadro a partir de um equipamento projetor. Essas oficinas foram realizadas nas associações de pesca ou de moradores, nas colônias ou em suas adjacências.

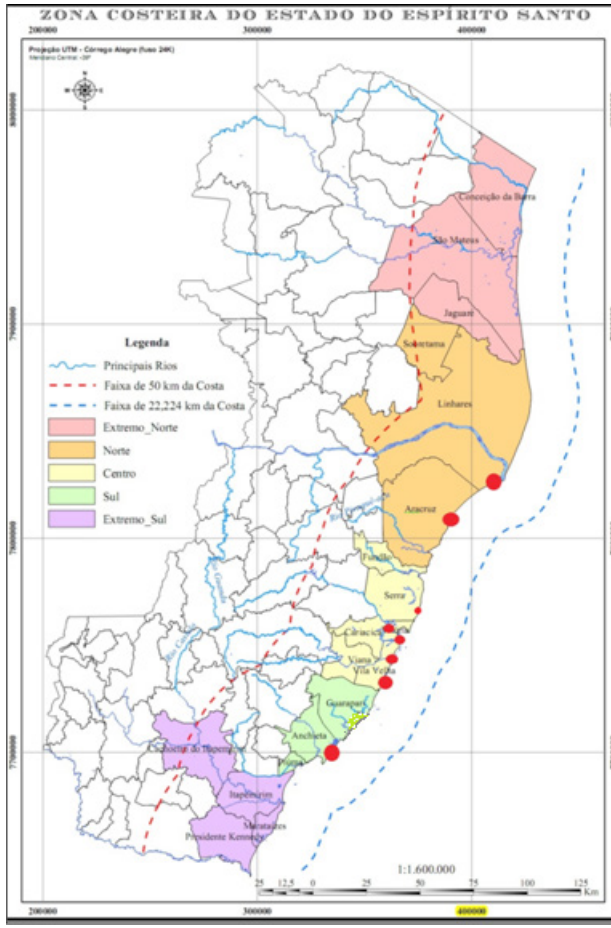


Figura 2 – Mapa da zona costeira do ES com as regiões trabalhadas pela pesquisa
Fonte: http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/mapas.
Adaptação das autoras.

Figura 3 – Pescadores na Ilha das Caieiras, Vitória, ES, Brasil
Foto de João Paulo Izoton, membro do Geppedes.

O Espírito Santo e a pesca artesanal costeira

O Espírito Santo possui uma linha de costa de 521 km e aproximadamente 460 km de extensão (informações do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, Estudo Setorial, 2007). Esse litoral é constituído de catorze municípios com cerca de cinquenta comunidades e distritos de pescadores. Segundo Freitas Neto e Di Beneditto (2007), existiam 58 comunidades. Porém, o Relatório 1 do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) divulgou, em 2010, a existência de 48 comunidades pesqueiras. Essa mudança nos dados pode indicar a transformação nas áreas costeiras que estão se urbanizando. Pode sugerir também, entre outras questões, as dificuldades de levantamento de dados nessas comunidades, a falta de um modelo padrão para o levantamento das estatísticas e as deficiências de várias ordens durante as coletas de dados. Ressalte-se também que o estado possui 36 portos de embarque e desembarque de pescado.

Segundo o mesmo relatório, existem aproximadamente 11.600 postos de trabalho gerados pelo esforço de pesca no Espírito Santo, divididos entre as atividades de captura extrativa marinha e continental. Se somados os setores de captura e comercialização, estima-se um total de 69.720 trabalhadores com empregos diretos e indiretos.

Os catorze municípios litorâneos do ES são – no sentido de norte a sul – Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy. Em todos eles há forte presença da atividade pesqueira na costa marítima.

A importância da pesca artesanal realizada no mar é relatada em vários trabalhos. Do ponto de vista da produtividade – apesar das deficiências na coleta e sistematização dos dados do desembarque

pesqueiro –, sabe-se que a pesca de pequena escala representa um número expressivo da frota pesqueira total em todo o país.

As sociedades pesqueiras, assim denominadas por diversos autores (MALDONADO, 1993; BRETON, 1981; CORDEL, 2001 e 1989), têm ocupado o litoral brasileiro há centenas de anos. Constituíram ao longo dos tempos uma vivência com estrutura econômica e temporal, até certo ponto, distante da lógica capitalista. Por viverem próximas da natureza, estabeleceram ao longo dos séculos um *ethos* carregado de regras e práticas sociais de respeito ao ciclo vital dos recursos pesqueiros. Conforme estudos indicam (BOURDIEU, 1989), tendem a resistir às mudanças quando são pressionadas pelos processos globalizadores (CANCLINI, 2003).

A pesca artesanal tem sido definida por uma produção de baixa escala (ANDRIGUETTO FILHO, 1999) e tem se caracterizado, ao longo dos séculos, no Brasil, como aquela exercida por pequena tripulação e barcos não maiores do que 15 metros. Porém, essa produção representa a maior parte do pescado consumido no país e envolve grande parte da população de pescadores/trabalhadores. Portanto, a questão da pesca artesanal mostra-se interligada às questões sociais e alimentares.

Ao longo do tempo, principalmente das últimas décadas, as alterações nas condições de vida e de trabalho das populações pesqueiras artesanais têm causado dificuldades à manutenção dessa atividade e de seu saber acumulado. Exemplo específico disso: tanto a moradia na faixa à beira-mar quanto o local de trabalho no mar e no oceano Atlântico têm sofrido um adensamento populacional e ocupacional. No caso da moradia, percebe-se um fenômeno global – presente em todos os continentes – de ocupação da faixa litorânea por meio do primeiro ou segundo domicílio de residentes, de veranistas ou até de especuladores imobiliários. A ocupação pela indústria do turismo e pela instalação de outros tipos de indústrias também é de significativa importância nesse contexto. No caso do trabalho, encontram-se

as ocupações dos mares e oceanos em várias regiões do mundo para a exploração dos recursos marinhos ou de recursos do fundo dos oceanos, o que tem provocado manifestações em contrário, vide as ações da ONG Greenpeace no México e na Rússia[1]. Essas manifestações têm difundido a informação de que consideram a exploração de combustível fóssil nos oceanos como danosa ao meio ambiente, pois a mesma tem provocado danos irreversíveis aos recursos marinhos. Em nossos estudos, a ocupação do oceano Atlântico na chamada "Amazônia azul" tem se intensificado nas últimas décadas pelas pesquisas e explorações petrolíferas em vários pontos da costa brasileira[2], fato que tem afetado a vida marinha e as atividades pesqueiras.

Segundo os pescadores, a intensificação da movimentação e ocupação no espaço pesqueiro próximo à costa é a principal causa para os recursos pesqueiros terem decrescido.

Depoimentos de pescadores:

> É isso, nós temos problemas demais, viu? O primeiro problema é que a gente tem umas traineiras aqui que vem de Santa Catarina e tão acabando com nossa pesca aqui. Pescaria que você consegue fazer em quarenta anos, uma vida de pesca, em um dia eles conseguem fazer todo esse pescado... É setenta toneladas de peixe em dois dias pra lotar uma traineira e o tamanho do peixe que ela pega, entendeu?... (Pescador, ES. 2012).

Os pescadores reclamam que os pesqueiros estão cada vez mais longe da costa, o que inviabiliza muito a pesca de ir e vir diariamente, pois os barcos precisam navegar muito além da zona próxima da costa para chegarem aos pesqueiros. Fora o fato de que relatam uma escassez do pescado, necessitando esperar mais tempo para pegar os peixes.

---

[1] Verificar Greenpeace e a poluição dos mares pela extração de petróleo. http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Ativistas-do-Greenpeace-Mexico-sao-inocentados/ http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Parlamento-™Russo-vota-anistia-nesta-quarta/

[2] Os investimentos em petróleo no Brasil aumentaram muito após a descoberta do pré-sal em 2008. Mas não tem se restringido à exploração em águas profundas. Ver http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Controversos-investimentos-em-petroleo/

Sobre a pesca antigamente:

> E: Onde você costumava pescar com seu pai?
> Á: Hein? Eu pescava aqui perto de Tubarão, ali do lado do Tubarão onde a gente gostava mais de pescar em rede de espera e camarão, e dava mais. Naquela época era muita fartura que tinha, você bota a rede, ó, nós bota a rede. Você sabe na saída da Curva da Jurema ali? Nós botava a rede ali, matava curvina, sarda, anchova, mas era caixa não era, era fartura de peixe, você botar a rede ali não pega, botava a rede ali, bota o cercamento, e quando dava de manhã cedinho tirava, era muito peixe mas também era poucos barco entendeu? (Pescador, ES. 2012).

Os barcos, para irem muito além da costa próxima à terra firme, precisam ser maiores e mais preparados, com mais instrumentos. Para isso, os barcos têm sido aumentados com reformas em estaleiros de barcos artesanais. Também novos instrumentos náuticos estão sendo incorporados a eles, como o GPS, a sonda e o sonar, o que tem feito com que a atividade pesqueira tenha novos processos sociais e tecnológicos.

Observa-se, portanto, a modernização de certos procedimentos, efeito da introdução de inovações tecnológicas. No entanto, não é verificável a completa transformação na natureza artesanal da atividade. O primeiro aspecto é a permanência de traços artesanais no empreendimento, cujo fundamento ainda chama a atenção pela forma de aquisição do conhecimento – de modo prático e direto, orientado e acompanhado por mestres experientes. E esses saberes são adquiridos no meio ambiente, local do qual se depende para a sobrevivência imediata e o qual se pretende preservar para garantir permanentemente os recursos naturais (Diegues, 1998ª, 2001). O segundo aspecto é que esse conhecimento normalmente se caracteriza pelo modo holístico como a relação entre o sujeito e o universo pesquisado/vivenciado é percebida (ROUÊ, 2000). Por fim, ainda são observadas formas elementares da organização do trabalho, como a baixa divisão social do trabalho e as fortes relações de parentesco nas mais tradicionais relações sociais de produção.

A pesca artesanal no Espírito Santo conforme narrativas oficiais

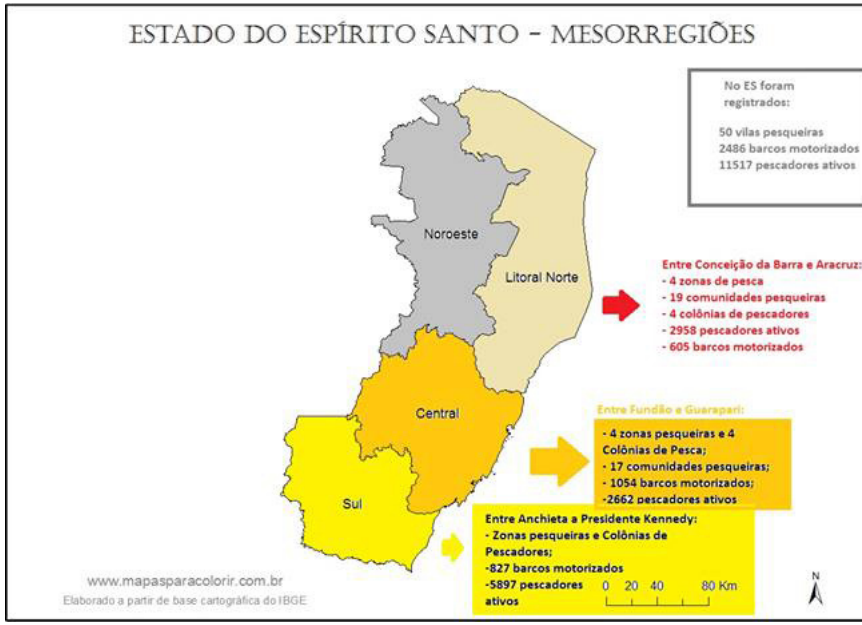


Figura 4 – Mapa do Espírito Santo com dados sobre a atividade pesqueira
Fonte: www.mapasparacolorir.com.br, 2014. Adaptação das autoras.

A frota pesqueira do Espírito Santo é considerada a maior frota de pesca oceânica do país (Relatório 1, 2010) por contabilizar um contingente de 2.486 barcos motorizados e 11.517 pescadores ativos. O setor de pesca marinha contribuiu, em 2005, de acordo com o Macro Diagnóstico[3], com dezoito mil toneladas de pescados capturados em águas marinhas. Calcula-se que, em vários pontos desse extenso litoral, parte significativa da população ainda viva exclusiva ou indiretamente da pesca artesanal.

[3] Macro Diagnóstico da Aquicultura e Pesca 2005.

Entre Conceição da Barra e São Mateus existem, segundo os últimos estudos disponíveis do setor[4], onze comunidades pesqueiras e duas Colônias de Pescadores (Z1 e Z12) abrigando um contingente de 2.008 pescadores ativos e uma frota pesqueira de 390 barcos motorizados. Entre os municípios de Linhares e Aracruz há um total de oito comunidades e/ou distritos e duas colônias de pescadores (Z6 e Z7) com uma frota de 215 barcos de pesca motorizados e um contingente de 950 pescadores ativos.

Na região metropolitana, entre os municípios de Fundão, Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari, constam dezessete comunidades e/ou distritos com atividades na cadeia produtiva da pesca. A atividade pesqueira nessa região é composta por 1.054 barcos de pesca – o que corresponde a algo em torno de 42,40% da frota capixaba – e por um contingente de 2.662 pescadores ativos – representando algo em torno de 23,11% dos pescadores capixabas. Nessa região estão as Colônias de Pescadores Z-2, Z-3, Z-5 e Z-11 concentrando o maior número dessa representação. A região possui uma indústria processadora de exportação de pescado, um terminal de pesca público, uma cooperativa de pesca e uma associação atuante no setor, além de contar com a sede do IBAMA-ES, a Capitania dos Portos, a SEAP/PR, o INSS e outras instituições ligadas ao setor.

Os municípios de Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, ao sul do estado, concentram uma frota de 827 barcos de pesca motorizados e têm um contingente de aproximadamente 5.897 pescadores, distribuídos em 22 comunidades ou distritos. Também reúnem quatro colônias de pescadores com atividades de aquicultura, associações atuantes e uma escola de pesca em regime de semi-internato voltada para filhos de pescadores. Além disso, concentram a maior frota de lagostas do estado.

[4] Plano de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba 2007/2025 – Setor da Pesca Marinha.

Em relação aos problemas diretamente relacionados à atividade pesqueira, em 2007, o plano estratégico para pesca marinha enumerava várias dificuldades, dentre as quais a falta de atracadouro adequado para o desembarque do pescado – carência apontada por todas as comunidades. Outros problemas relatados foram a "falta de esclarecimento da classe quanto à necessidade de guardar a documentação que comprove o tempo de trabalho" – visando ao direito à aposentadoria – e a "baixa escolaridade". Segundo esse plano estratégico, em 2007 havia também a reclamação por parte dos pescadores de que "as instituições governamentais não atendem satisfatoriamente às necessidades do setor pesqueiro". Esses trabalhadores também se queixavam de que os "empreendimentos para o setor não contemplavam os anseios culturais das comunidades pesqueiras", assim como "a ausência de cursos profissionalizantes para o aprimoramento dos meios de captura e manejo do pescado". Já eram sinalizados em 2007 os "conflitos com a atividade petrolífera e portuária", bem como as divergências frente às "normas reguladoras dos métodos de pesca; a falta de diálogo interinstitucional no setor pesqueiro; a ausência de ordenamento dos recursos marinhos e costeiros" – quando destinados à construção de infraestrutura para o setor –; "a tensão entre as instituições que regulam as relações trabalhistas de pescadores tripulantes, armadores pescadores e armadores de pesca, e a ausência de gestão interna das associações".

O plano estratégico também sinalizava que, como resultado da falta de infraestrutura e de logística voltada para o setor de pesca, havia o "fenômeno da migração, do abandono e da fragmentação de famílias de pescadores na busca de outras atividades não pesqueiras".

Além dos problemas já referidos anteriormente, ressaltem-se ainda aqueles resultantes da "intensa ocupação da faixa costeira pelo turismo, pela industrialização, pela instalação de portos e por todos os outros que vêm a reboque destes", os quais serão abordados mais adiante.

Na busca por delinear uma solução para esses problemas visualizados no período de 2005 a 2007, o referido documento sugeriu a conclusão da primeira etapa do terminal de pesca na microrregião-03, localizada no distrito de Itaipava, em Itapemirim – a fim de manter o aportamento das 305 embarcações de pesca naquela localidade –, assim como a construção de mais quatro terminais de pesca públicos até 2025. Para sensibilizar e deliberar assuntos relativos aos principais problemas do setor, a criação da Câmara Setorial da Pesca foi sinalizada e envolveu a participação de todos os membros da cadeia produtiva do pescado, inclusive caranguejeiros.

No entanto, apesar da representatividade do estudo realizado no plano estratégico, nota-se que o setor ainda não conseguiu resolver mais da metade desses problemas anteriormente relatados. Podemos dizer que alguns deles, ao contrário de decrescer, aumentaram – principalmente os conflitos decorrentes da instalação de novos investimentos, como os grandes empreendimentos que têm sido implantados na área litorânea do Espírito Santo. A planilha do item 5 mostra que muitas das reclamações continuam porque os problemas e suas causas não foram enfrentados ou solucionados.

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), criado em 2008, não parece ter alterado essa situação no sentido de enfatizar a importância do atendimento das demandas da pesca artesanal. Não se pode afirmar que vai conseguir alterar a histórica situação de abandono registrada por muitos autores (Silva, 1998; Cordel, 2001; Diegues, 2001) ou se esforçar para não adotar uma política restrita à pesca industrial.

No site do MPA, há o registro da importância social e econômica da pesca:

> São eles os responsáveis por 60% da pesca nacional, resultando em uma produção de mais de 500 mil toneladas por ano... São milhares de brasileiros, mais de 600 mil, que sustentam suas famílias e geram renda para o país, trabalhando na captura dos peixes e frutos do mar, no beneficiamento e na comercialização do pescado.

Porém, isso não torna evidente a realização de planejamento e execução de políticas de incentivo para o setor da atividade pesqueira. Somente nos últimos anos, com tímidas ações de apoio às associações comunitárias de vilas pesqueiras, tem havido um movimento contrário com finalidade de combater a falta de incentivo para a pesca artesanal. Exemplos desse novo empenho têm sido aplicados no insumo subsidiado do óleo dos barcos, na realização do censo da pesca e das estatísticas pesqueiras que têm sido feitas nos últimos anos, além do controle maior do registro dos barcos. Mas ainda constam antigos problemas, como a pouca divulgação dos resultados do censo e das pesquisas, o que favorece informações divergentes que impedem a percepção e a análise adequada da dinâmica que as comunidades têm vivenciado.

A pesca e os planos de desenvolvimento na área litorânea

A baixa atenção ao setor da pesca artesanal sugere que haja uma concepção equivocada de desenvolvimento, fundamentada na ideia econômica que considera as atividades de base familiar como incapazes de gerar riquezas e melhorias, como se o problema fosse sempre de quantidade e não de qualidade. Mesmo com as diferenças que cercam cada campo, Abramoway (1992) verifica na pesca artesanal similaridade com a agricultura camponesa ao fazer uma abordagem sociológica rural. Não se trata da forma como esse trabalho se dá, nem da forma como é gerida essa riqueza. Há um preconceito de que a pesca artesanal é uma pesca de baixa escala e, consequentemente, não gera autonomia, bem estar ou riqueza. Esses trabalhadores não são percebidos como produtores de riquezas.

Enquanto para a pesca artesanal pouco investimento é disponibilizado, a faixa litorânea do estado tem sido local de instalação

de grandes empreendimentos e de grandes modificações socioambientais, com inserção de investimentos e de atividades produtivas e/ou extrativas nas imediações das comunidades de pescadores artesanais nas últimas décadas. Os chamados grandes projetos de desenvolvimento (RIBEIRO, 2008; LATOUCHE, 2009) têm sido articulados, planejados e implantados nessa área.

As grandes inserções econômicas no litoral do Espírito Santo podem ser identificadas pela indústria de energia de petróleo (plataformas em alto-mar com estrutura portuária na costa do estado), pela indústria portuária de importação e exportação, pelas indústrias siderúrgicas (ArcelorMittal, Vale, Companhia Siderúrgica de Ubu e Samarco) e pela ocupação intensa da área litorânea por parte do setor turístico.

Alguns dos problemas já contam com décadas de existência. Mas um novo e mais impactante problema tem sido proposto pelos projetos de desenvolvimento do estado. Refere-se ao licenciamento de um conjunto de portos para a exportação de *commodities*. A possibilidade de criação dos portos é uma alternativa para superar o gargalo da exportação nos portos brasileiros. Com a aprovação da Lei nº 8.630, de modernização dos portos brasileiros, a privatização dos mesmos possibilita o controle do capital privado, além da possibilidade de concessão e terceirização de serviços.

No Espírito Santo, atualmente, há em torno de duas dezenas de portos em estudos para seu licenciamento e implantação. Segundo mapa divulgado pela Frente Parlamentar Ambientalista da Assembleia Estadual, que se acercou de informações do Iema, há dezoito solicitações de avaliação de impactos ambientais para a construção dos portos ao longo do litoral do estado, o qual já possui nove portos em funcionamento, sendo que um se encontra em construção. Se os vinte portos que estão em estudos forem aprovados significará, em média, um porto a cada cinquenta quilômetros na costa.

Parece, portanto, mais uma vez que o nexo Estado-capital, como mostra Harvey (2011), apenas reforça mais ainda a concentra-

ção de capital, a assimetria de poderes, a injustiça social e ambiental e, por consequência, a socialização dos problemas. Além disso, pelos relatos aqui expostos, é possível refletir como ficará o mar costeiro, com tantas vezes mais navios, mais dragas e impedimentos sendo impostos a todos os que já se utilizavam daquele mar muitos anos antes.

No caso do Espírito Santo, porém, as questões dos impactos ambientais não se fazem presentes nos discursos desenvolvimentistas governamentais. Não há destaques para essa questão no projeto da ONG ES em Ação[5], entidade que agrega o interesse de diversas grandes empresas acerca da política estadual. Essa ONG se apresenta com a proposta de "... além de participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, a partir de 2009, (...) atuar integralmente voltada para o fortalecimento das propostas do Plano, por meio de ações que estejam alinhadas com as estratégias e metas do Espírito Santo 2025". Seus membros são representantes das empresas Fibria, ArcelorMittal, Samarco, Vale, Odebrecht, TV Capixaba, Rede Gazeta e outros com faturamento anual não tão grande.

Paradoxalmente, na outra ponta social – a que produz o discurso trabalhista (caso da federação dos pescadores) – também não há referência aos impactos ambientais de tais propostas, fato que além de não mostrar a vontade de enfrentamento dessa federação, também não mostra o "esverdeamento" das questões trabalhistas tal como salienta Lopes (2006).

Ao que parece, o "ideário do progresso" impõe-se e sua veemência parece tornar invisíveis as questões sociais envolvendo comunidades de pescadores e de pequenos pescadores artesanais.

Podemos dizer que vários setores da sociedade do Espírito Santo têm se organizado para reivindicar um estudo de impacto ambiental e indicar que não somente as populações pesqueiras, mas toda a região costeira seria impactada.

---

[5] A ONG *ES em Ação* pode ser conhecida no *site* http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/sala_de_imprensa/materia.php&cd_matia=2904.

O campo de desenvolvimento: retóricas e idealizações

Os destacados indicadores de desenvolvimento econômico do Espírito Santo têm garantido uma ampla visibilidade capixaba no cenário nacional na medida em que o Produto Interno Bruto (PIB) do estado está entre os mais altos do país, resultado dos investimentos de grande porte nas últimas décadas por grandes empresas nacionais e multinacionais – dentre elas a Petrobras, a Aracruz Celulose (atual Fibria), a Vale e a ArcelorMittal – e também dos investimentos de médio e de pequeno porte, decorrentes ou não dos investimentos de grande porte (IGLESIAS, 2010). Isso tem provocado transformações econômicas, socioculturais e ambientais no estado, as quais proporcionam mudanças nos estilos de vida de diferentes populações e alteram a paisagem e os ecossistemas de várias regiões do estado.

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a produção industrial do Espírito Santo obteve um crescimento acumulado de 24,92% nos primeiros onze meses de 2010 em comparação ao mesmo período de 2009, alcançando o primeiro lugar quanto ao nível de desenvolvimento entre os estados e, inclusive, em relação à média de desenvolvimento nacional, que, por sua vez, atingiu um nível de crescimento acumulado de 11,1%. Esses dados foram divulgados pelo IJSN em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mês de novembro de 2010[6].

Uma análise histórica sobre os aspectos da economia do estado nos últimos quarenta anos induz a pensar o quão estruturante tem sido a questão do crescimento econômico em termos locais[7]. A

[6] De acordo com a pesquisa realizada em 2010, a indústria capixaba cresceu aproximadamente 25% a mais do que em 2009, alcançando uma larga vantagem sobre o segundo lugar, o estado do Amazonas, o qual obteve 16,9% de crescimento acumulado. Na sequência, estão os estados de Goiás (16,8%), Minas Gerais (15,8%), Paraná (15,16%) e Pernambuco (11,2%). Ver: http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=818:espirito-santo-obteve-o-maior-crescimento-industrial-entre-os-estados-brasileiros-em-2010&catid=105:noticias-gerais&Itemid=294. Acesso em: fev. 2011.

[7] Ver Zorzal, 2010; Siqueira, 2010.

ideia do crescimento econômico não se configura apenas em sentido objetivo – nos projetos que estão sendo encampados em todo o território –, mas também em termos simbólicos. Ou seja, é possível identificar o ideal do desenvolvimento ecoando por entre as falas de distintos grupos (os agentes do planejamento, os políticos, os empresários, dentre outros grupos sociais locais), cada qual produzindo justificativas e acenando para valores e interesses próprios.

Além dos dados disponibilizados pelas agências de pesquisas especializadas, há também regularidade na divulgação de tais informações pela mídia impressa local. Um exemplo é o do artigo "De norte a sul, novos polos de negócios se formam no Estado" (publicado no jornal *A Gazeta* em 8/8/2010), onde são encontradas referências detalhadas sobre a localização dos empreendimentos de grande porte já instalados ou em vias de instalação no estado. A acepção "polos", grafada no título do artigo, diz respeito à capacidade de descentralização desses negócios em vários ramos na mesma região e, também, à sua diversidade. Destacam-se, segundo o texto, o polo gás químico (região norte do estado), o polo petrolífero (litoral sul), o polo siderúrgico (região sul do estado), o polo naval (em Aracruz), o polo de logística (Grande Vitória), o polo de energia (em Viana) e o polo de tecnologia (Vitória).

Merece destaque o fato de que os dois principais jornais do estado, *A Tribuna* e *A Gazeta*, publicam matérias habitualmente, sinalizando positivamente, e insistentemente, para esse projeto por meio da divulgação de grande quantidade de empregos que serão disponibilizados a partir da instalação de indústrias e portos, além de salário acima da média nacional. A campanha para (in)formar sobre os portos no estado foi marcada por atuação ideológica, como se vê nos exemplos a seguir.

Abertas hoje 9.955 vagas em cursos de graça >7

Gol sai para aposentado da Serra >11

Imagem mostra assassino de Ademar Cunha >28

a TRIBUNA R$ 1,00

VITÓRIA-ES | SEXTA-FEIRA, 07 DE DEZEMBRO DE 2012 | ANO LXXI | Nº 24.372 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 104 PÁGINAS

9 PORTOS NO ESTADO

VÃO ABRIR 25 MIL EMPREGOS

O governador Renato Casagrande anunciou que os projetos para a construção dos novos portos foram incluídos nos investimentos para o setor divulgados ontem pela presidente Dilma Rousseff. A União vai liberar R$ 13,3 bilhões para as obras no Espírito Santo. >2 a 6

Moradores acusam policial de matar menina e a PM se defende >26 e 27

POLICIAIS e moradores na Ilha da Conceição, Vila Velha, onde criança foi morta. Protesto era contra PMs que estiveram no bairro na noite anterior

MEC divulga ranking das melhores faculdades

>9 e 10

Maracujá e carne-seca no panetone

Universitário baleado por assaltante em Itapoã por causa de celular >29

Reportagem Especial

PACOTE DE LOGÍSTICA

Salários de até R$ 14 mil em portos no Estado

Aos candidatos que pretendem se habilitar a uma vaga de trabalho no segmento portuário, que irá abrir aproximadamente 25 mil oportunidades, uma notícia atraente: os salários variam de R$ 1,5 mil a R$ 14 mil.

Mas aí vai um alerta para quem pensa em seguir carreira motivado apenas pelo salário. "É preciso ter aptidão, destreza e coragem para desempenhar a função, pois essa atividade é de risco", observou o presidente do Sindicato Unificado da Orla Portuária do Estado (Suport-ES), Ernani Pereira Pinto.

Sobre os salários, ele disse que os trabalhadores avulsos no Estado recebem uma remuneração média entre R$ 4.500 e R$ 14 mil.

O conferente de bordo, responsável por conferir a entrada e a saída de mercadorias no porão do navio, é o profissional que recebe o salário máximo.

Mas há outros que podem receber salários de até R$ 10 mil em média. São eles: conferentes, estivadores, capatazias e operadores de empilhadeira.

Mas apesar do cenário ser promissor, ele mostrou-se preocupado. "No primeiro momento há garantias de que os trabalhadores avulsos não serão atingidos por essas medidas, mas sempre existe a preocupação de que esses profissionais sejam impedidos de operar. Vamos acompanhar e nos mobilizar, se necessário".

Já o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado, Armando Amorim, disse que o pacote anunciado representa uma porta que se abre para quem deseja ingressar no mercado.

Porém, ele saiu em defesa de investir em capacitação e treinamento dos futuros profissionais, assim como daqueles que já estão inseridos no mercado.

ERNANI PEREIRA PINTO: "É preciso ter aptidão, destreza e coragem"

Como é o trabalho no porto

Setor tem mais de 15 mil trabalhadores

1 COLETA DE DADOS
Antes do navio atracar, o **agente de navegação** já está trabalhando para reunir todos os dados sobre o navio e a operação que será realizada. Definido os pontos, como em qual berço o navio vai atracar, é transmitido um documento para a Praticagem.

2 CONDUÇÃO
O **prático** se desloca até o ponto de espera, onde o navio fica fundeado. De lá, ele vai assessorar o **comandante do navio**, determinando aos **comandantes de rebocadores** que auxiliem na manobra de atracação.

3,90% DAS IMPORTAÇÕES DO PAÍS, EM VALORES, CHEGARAM PELOS PORTOS CAPIXABAS EM 2012

O ESPÍRITO SANTO ficou em 8º lugar no ranking nacional de importações, de janeiro a outubro deste ano

3 MANOBRA
Acompanhando a manobra e já esperando no porto, uma lancha, operada pelo **mestre de lancha**, é contratada para trazer os **amarradores** que vão fazer a amarração dos cabos nos cabeços para o navio atracar, sob orientação do **técnico de operação portuária**.

15 mil PROFISSIONAIS ATUAM DIRETAMENTE NA ATIVIDADE PORTUÁRIA CAPIXABA

4 MÃO DE OBRA AVULSA
O operador portuário é responsável por requisitar a mão de obra avulsa que vai atuar na movimentação da carga.

5 MOVIMENTAÇÃO
A bordo do navio os **estivadores** e **conferentes** checam se a mercadoria é a mesma discriminada pela empresa. **Tios** e **vigia de portais**, que controla a entrada de pessoal para embarcação. Já em terra, entram em ação os **arrumadores**, **operadores de guindaste** e **de empilhadeira**, **conferentes** e trabalhadores de capatazia.

4,90% DE TUDO QUE FOI EXPORTADO NO PAÍS EM 2012, EM VALORES, FOI POR PORTOS CAPIXABAS

6 TRANSPORTE DA CARGA
Após a carga ser retirada do navio, **motoristas** conduzem a mercadoria para a retroárea do porto ou para o seu destino final. Simultaneamente, o **despachante aduaneiro** assume a liberação dessa carga, fazendo o despacho junto a Receita Federal/Alfândega. A carga só sai do porto após liberação do **fiel de armazém**.

Mais profissionais
Trabalhadores como **balanceiro**, **guarda portuário** e **vigilante** também atuam no porto. Funcionários de órgãos como Anvisa, Marinha, Polícia Federal, Capitania dos Portos, Alfândega e da Codesa (no caso do Porto de Vitória) também participam das atividades portuárias para que a operação seja realizada com sucesso.

Principais produtos importados pelos portos do Estado
1º Veículos; 2º Máquinas e equipamentos; 3º Carvão mineral; 4º Tecidos, fios e vestuário; 5º Celulares; 6º Pneus

Principais produtos exportados pelos portos do Estado
1º Minério de ferro; 2º Petróleo; 3º Celulose; 4º Ferro e aço; 5º Mármore e granito; 6º Café

Fonte: Armando Amorim, presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado e Sindicato do Comércio de Exportação e Importação (Sindeco)

Figuras 5 e 6 – Notícias relacionadas à construção de portos no ES
Fonte: A tribuna, 7/12/2012, capa e página 3.

A título de exemplo, em *A Tribuna* do dia 7/12/2012 lê-se na manchete de capa que "9 portos no estado vão abrir 25 mil empregos". A reportagem ocupa cinco páginas no interior do jornal. Um dos títulos, inclusive, anuncia: "Salários de até R$ 14 mil em portos no Estado". A informação de que haverá a abertura de 25 mil empregos com a construção de nove portos no litoral do Espírito Santo antecede a explicação de que tais portos custarão ao governo federal R$ 13,3 bilhões. Mas não há nenhum questionamento acerca desses números – tanto da estimativa de 25 mil postos de trabalho quanto da avaliação dos custos desses portos para o governo –, pois não há fonte de referência ou cálculos estatísticos embasando-os. Também não há referência sobre a produção desses portos ou o lucro que eles proporcionarão. Os textos também não fazem menção sobre quem utilizaria tais portos e para quem se deslocará o capital lucrativo. É importante, desse modo, enfatizar que os assuntos que compuseram a reportagem constituem-se num conjunto feito para informar e, mais do que isso, formar uma opinião claramente positiva em relação ao conteúdo veiculado – uma espécie de justificativa sobre os gastos que serão pagos por todos os cidadãos do Espírito Santo. O leitor é induzido a unir as informações e a pensar que a construção dos portos proporcionará apenas benefícios, como a geração de empregos com salários altos. Isso é facilitado por meio das manchetes, da diagramação, das declarações favoráveis das autoridades envolvidas e dos conteúdos similares.

A narrativa dos pescadores

Na sequência, é apresentada uma breve sistematização dos problemas descritos pelos pescadores durante a realização das oficinas e a identificação de suas causas. Esses problemas estão exercendo impacto direto sobre a atividade pesqueira no estado.

PROBLEMAS	CAUSAS
Nos pesqueiros tradicionais (baía de Vitória e Vila Velha), hoje, não se pode mais pescar;	A dragagem do porto de Vitória;
Falta do pescado (cadê o peixe?).	A pesca predatória (traineiras) e os grandes empreendimentos tais como portos (construção e expansão, incluindo dragagem), extração de petróleo e gás (incluindo plataformas e estudos sísmicos) e atividade portuária (movimentação de navios cargueiros). Situação é encontrada em Vitória, Anchieta, Regência e Linhares, além da ausência de fiscalização das traineiras e do esporte aquático.
Aumento do custo e do tempo para pescar pela necessidade de barcos maiores para ir mais longe ao mar.	Impactos socioambientais (poluição dos mangues, assoreamento dos rios, lixo e resíduos metálicos jogados ao mar pelos navios cargueiros).
Período do defeso não é adequado à realidade da pesca.	Praticamente todas as comunidades reclamaram do que consideram uma inadequação do período de defeso.
Dificuldade para ter a licença de pesca de camarão.	No caso da Ilha das Caieiras, na baía de Vitória, a lei ambiental proibiu a pesca para os pescadores artesanais.
Dificuldades para tirar os documentos para legalizar a embarcação e a licença para pesca; falta de informação e divulgação quanto ao defeso e quanto à legislação ambiental frente aos modos tradicionais de pesca e coleta/processamento dos mariscos.	Burocracia; falta de conhecimento (informações desencontradas e divergentes); rigidez da legislação ambiental; excesso de instituições e órgãos que atuam na pesca, como Capitania dos Portos (Ministério da Marinha), IBAMA (Ministério do Meio Ambiente), SEAP (Secretaria Especial da Pesca – Ministério da Pesca e Aquicultura), Secretaria Estadual da Agricultura e Pesca, Iema (Instituto Estadual do Meio Ambiente) e Polícia Ambiental (MMA). O resultando disso são as práticas de desobediência às leis e às proibições, "ter que pescar escondido por não ter conseguido a licença".
Prejuízo com o material de trabalho (pela danificação que o abalroamento de grandes navios provoca).	A atividade portuária e as atividades de manobra de navio quando a Petrobras faz as pesquisas sísmicas.
Não participação dos pescadores na proposta e no planejamento dos projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Especulação imobiliária como a que está acontecendo intensamente na praia de Itapoã.	As propostas de urbanização não incluem a participação dos pescadores da praia de Itapoã, em Vila Velha. Assim, a modernização que os gestores planejam para a área não os inclui como moradores ou como trabalhadores do local. Por exemplo: confiscam as mesas de madeira onde os pescadores fazem a limpeza do pescado. A urbanização da praia de Itapoã inclui ciclovia, chuveiros e iluminação especial. Esses equipamentos são suspensos no trecho em que os pescadores moram.
Oposição do poder público à cultura da pesca artesanal e às condições de trabalho nela empregadas.	Favorecimento dos grandes empresários da pesca.
Uso da associação para interesses pessoais (desmobilização das pessoas vinculadas à associação).	Aqui não se diferencia muito causa e resultado. Descrença dos pescadores em resolver seus problemas por terem tido muitas gestões que não deram certo, lideranças que não representavam os reais interesses da comunidade; projetos que param com a mudança de governo; os novos líderes não dão continuidade e culpam a desarticulação da comunidade.

Os pescadores narraram a dificuldade atual para encontrar o peixe. Falaram que "o peixe sumiu", que "o peixe ficou mais esperto", que não morde a linha facilmente, que têm que esperá-lo mais, etc. É comum essa narrativa ser contraposta a um tempo do passado em que havia muito peixe e era comum voltar com o barco lotado de peixe após uma pescaria de apenas algumas horas. Porém, também é comum a avaliação de que eles não tinham o que fazer com tanto peixe e que o peixe era muito barato porque não tinham como vendê-lo diretamente ao consumidor. Com a diminuição da quantidade de pescado próximo da costa, o caminho aos pesqueiros está ficando mais longo, mais demorado, mais custoso e mais perigoso para seus pequenos barcos. Estes, por isso, têm sido substituídos por barcos maiores e mais equipados.

As causas sugeridas por eles para explicar a diminuição do pescado nos pesqueiros tradicionais próximos à costa foram: a intensa movimentação de navios próximos aos pesqueiros da costa e da boca da baía de Vitória; a frequente dragagem para aprofundamento do fundo, e a atuação das traineiras próximas à costa.

> "Nós tamo sofrendo porque tem uma draga ali que ela tá passando em cima do nosso pesqueiro, porque tá abrindo o canal na baía de Vitória, ela tá abrindo de ponta a ponta, então nossas pescaria passava por ali, né? Então ela tá passando por cima, tá quebrando todo o fundo [...]. Tem dois ano que a draga tá ali por cima, e depois que ela for embora, demora mais dois ano pra recuperação desse terreno. É muito difícil...(recuperar o fundo marinho...). Aí o pescador tem que procurar outro lugar pra pescar, entendeu?" Pescador, ES. 2012

> "... isso (a dragagem) até já foi denunciado no IBAMA e o Iema, porque eles (a empresa de dragagem) tão pegando a lama toda ali do fundo, e estão..., sabe que primeiro tem que ter uma pessoa do Iema dentro (a fiscalização), é obrigatório, né? Mas não tem ninguém, então de noite mesmo, eles pega na baía de Vitória, e quando chega aqui na frente, eles joga tudo fora. E quando chega lá no lugar onde têm que jogar, ele (o barco) já tá fazendo curva pra voltar. Eles na beira, ali, já levanta tudinho (a lama). Isso aqui os

> pescadores têm reclamado comigo direto,[...] (estão) jogando lama em cima dos pesqueiro, atrapalhando a coisa todinha... Impacto ambiental é essas duas draga dentro da baía de Vitória, que tá quebrando tudo." Pescador, ES. 2012
> "Lá em Aracruz tão fazendo aquele porto lá que é grande pra danar, nós não consegue parar nada, nós vai entrar com a ação e..." Pescador, ES. 2012

Para os entrevistados em Anchieta, as dragagens executadas pela empresa Samarco também interrompem e impedem a vida marinha (PEREIRA, 2014).

Para os entrevistados em Regência, ao norte do estado, as pesquisas sísmicas da Petrobras são devastadoras para os recursos marinhos, como já salientamos em outros trabalhos (TRIGUEIRO, KNOX, 2013).

Assim as atividades portuárias, com movimentação de navios e constantes dragagens, são apontadas como as principais causas para o desaparecimento dos peixes nessa região próxima à costa e para o problema da perda de material de pesca, como redes e outros apetrechos de trabalho. Além disso, a maioria dos entrevistados reclamou da presença das traineiras à margem da costa, burlando a legislação ambiental. Dizem que a fiscalização sabe da existência delas, mas, mesmo assim, elas continuam sendo usadas para pesca em lugares proibidos devido à falta de fiscalização. Referem-se às traineiras como sendo de propriedade de um "senador". Essa informação não pode ser comprovada, mas o fato é que ela indica o poder político acima da legislação e, por isso, indica também a assimetria de poder existente entre os pescadores artesanais e a pesca industrial.

Para os pescadores, o defeso representa um problema, não uma solução. Isso porque eles raramente percebem, de forma concreta, um aumento de produtividade na extração do pescado no período seguinte ao tempo de proibição de pesca. No argumento utilizado, os pescadores comentam sobre a "extralocalidade" que a proibição tem,

ou seja, sobre o fato de essa proibição não se referir especificamente às condições biológicas e geográficas daquela localidade e período. Por isso, não acreditam na eficácia da interrupção da extração. Com a homogeneização do período do defeso independente da geografia regional, o resultado esperado com a medida decresce em sua credibilidade. Talvez também seja a falta da mesma que diminua as possibilidades de que o defeso seja praticado por todos e em toda a sua extensão.

> "Aqui nunca se bateu (a polícia não fiscalizava) na baía de Vitória. Os pescadores jogavam sua tarrafa aqui, jogava sua redinha... Aí daí eu conversei, vem cá, você sabe o que é impacto ambiental? Impacto ambiental é o cara pegar três carapebinha? Você acha que isso é impacto ambiental? O dia que parar de passar essas dragas aí, os peixe voltam tudo. O problema não é rede, uma tarrafinha que o cara joga não..." Pescador, ES. 2012

Essas narrativas nos permitem saber que houve um tempo em que se pescava nos lugares onde hoje é proibido. Tais narrativas, a partir do olhar do pescador, criaram a invenção da proibição da pesca e inverteram os verdadeiros causadores de impacto ambiental.

Dificuldades de toda sorte de exigência burocrática são relatadas. Ao que parece há uma divergência de normas e exigências entre agências fiscalizadoras, reguladoras e credenciadoras marítimas e ambientais.

> "... olha, tem barco aqui..., nós temos. Sessenta por cento dos barcos não tem licença de camarão, porque eles (os órgãos responsáveis) não dão, tem mais de vinte anos que eles não dão... É a burocracia, tudo aqui é ruim..." Pescador, ES. 2012

Somando-se ao conflito de posições, regras e normas das agências, há ainda a baixa escolaridade e a falta de acesso aos meios informativos digitalizados e disponíveis na *web*. Por isso, esses trabalhadores fazem questão de enfatizar as dificuldades para ter a licença de pescador de camarão e para obter os documentos que legalizam a embarcação.

Eles reconhecem a falta de participação dos pescadores na luta pelos seus interesses e analisam que as causas desse problema se devem a um conjunto de fatores: falta de vontade do poder público para ouvir o que eles, pescadores, têm a dizer e a opinar; manipulação das questões que os envolvem por parte do governo e dos políticos, e má gestão das associações de pescadores, ressaltando a pouca vontade para o bem comum nas lideranças e a priorização de interesses individuais.

No município de Vila Velha, em relação à participação, por exemplo, os pescadores falaram da conduta de agentes municipais: estes, claramente, atuam contra a presença daqueles na beira-mar, desmobilizando-os, provocando divergências, cooptando lideranças, seja para expulsá-los de suas moradias, seja para impedi-los de vender diretamente o pescado ao consumidor nas barracas montadas na areia da praia, perto do calçamento. Não são mostradas alternativas. As ações que demonstram isso são o confisco das barracas, por exemplo, para impedir a atividade de venda do peixe, assim como a não urbanização da área em que moram, em frente à praia de Itapoã, como a não instalação de chuveiros, de ciclovia e de outros serviços instalados em outras partes dessa praia.

As narrativas em confronto: as mudanças nos últimos anos

Nos documentos de uma década atrás, citados anteriormente, não há referência à dificuldade de encontro de peixes nos pesqueiros. Porém, esses registros já continham reclamações sobre as atividades sísmicas e a movimentação de navios na área de pesca. Nada foi feito para minorar essa situação, que, bem ao contrário, tem se intensificado à proporção que mais atividades sísmicas são realizadas. O que tem sido feito são medidas compensatórias propostas por

empresas. Porém, elas não chegam a solucionar o problema, visto que não há possibilidade real de a área explorada no fundo do mar voltar ao seu estado original.

Sobre o processo de negociação das compensações que envolvem as associações das regiões impactadas e as empresas causadoras de impactos, há uma série de dificuldades a serem contornadas. Percebe-se que a fragilidade da organização e as dificuldades internas na gestão política dos interesses coletivos aumentam consideravelmente com o aliciamento e a manipulação que as instituições e empresas exercem sobre as lideranças.

Todos esses problemas, ao permanecerem inalterados por tantos anos, permitem depreender que essa situação é resultado de uma política pública pesqueira deficiente. Projetos como a proposta de criação de uma câmara de assessoramento da pesca até hoje não se efetivaram em todos os municípios litorâneos.

Apesar de os documentos conterem indicações de que os pescadores estavam aumentando a capacidade tecnológica e, portanto, a possibilidade de realização da pesca mais oceânica, nota-se que a presença de grandes barcos/traineiras na costa afeta diretamente os pescadores artesanais. Além disso, a presença de moradias, de indústrias e de portos à beira-mar, em quantidade muito maior, sem investimento em infraestrutura básica e planejamento adequado, provoca grandes impactos sociais e ambientais.

Percebe-se na análise dos temas elencados pelos pescadores a capacidade de mapear com clareza os problemas que circundam a atividade e a necessidade de fazer denúncias ao poder público para produzir efeitos significativos. Alguns depoimentos mereceram destaque e foram citados no artigo.

Nota-se também a baixa exequibilidade das propostas de soluções "estratégicas" presentes nos documentos oficiais para o setor pesqueiro e menos ainda para os pescadores artesanais.

Os pescadores reconheceram o forte impacto nos recursos pesqueiros devido à colocação de redes de espera de modo inadequado e irregular. E essa pode ser considerada também mais uma das várias causas para o decréscimo da quantidade de peixes próximo da costa. Consideram também que a crescente quantidade de barcos nos últimos quarenta anos pode ter provocado maior invasão na faixa costeira e ter produzido a percepção de menor quantidade de peixe pescado por barco. Como não há estatísticas de desembarque pesqueiro acompanhando essas últimas quatro décadas, não se pode conferir por meio dos dados disponíveis a percepção narrada pelos pescadores.

Os trabalhadores do mar comunicaram também que as informações contraditórias, divergentes e conflitantes entre os diversos órgãos que tratam do setor pesqueiro (Ministério da Pesca, IBAMA, Capitania dos Portos, Iema, Secretaria de Agricultura, as diversas secretarias ambientais e a polícia ambiental) prejudicam muito a difusão correta, ou pelo menos homogênea, de informações e fazem o "mosaico institucional" parecer mais caótico.

Complementando o quadrante institucional da pesca referido como caótico – visto que produz muita informação e muita burocracia, confunde mais do que ajuda –, há ainda na organização dos pescadores regionais a tendência de formar muitas agências de representação/proteção/credenciamento. Nesse sentido, há uma reprodução da complexa ramificação de instituições nas associações de filiação/representação dos pescadores para as atividades da pesca, tais como as associações de moradores e de pescadores, as colônias de pescadores e duas federações de pescadores – uma coligando as associações de pescadores e a outra reunindo as Colônias de Pesca.

Apontamentos finais

Restam perguntas acerca do tipo e do sentido de desenvolvimento que se quer implantar e, a partir disso, definir onde empreendê-lo e como fazê-lo. Em primeiro lugar, o que se observa é que o desenvolvimento é ainda uma ideia geralmente restrita ao crescimento econômico quantificado por indicadores econômicos como o PIB (ELI DA VEIGA, 2008; KLICKBERG, 2010).

No estado do Espírito Santo tem vigorado um modelo de desenvolvimento econômico restrito quase exclusivamente ao crescimento econômico nas três últimas décadas. Apesar das críticas feitas pelos movimentos ambientalistas à ausência de um modelo de desenvolvimento sustentável, observa-se que os processos de implantação ou de expansão dos grandes empreendimentos no estado têm ocorrido muito distantes da ideia de sustentabilidade, aproveitando-se, ao contrário, do grau de polissemia e fluidez que essa noção carrega para facilitar sua inclusão nos discursos dos agentes do desenvolvimento. Isso tem provocado, na prática, um número cada vez maior de impactos ambientais, além de um número equivalente de problemas sociais, pois o desenvolvimento econômico por si só não tem trazido o desenvolvimento humano, educacional e cultural, ou ainda a eliminação da pobreza. Por isso emergem problemas relacionados à alteração brusca de modos de vida e de condições de trabalho de populações que, até então, eram reconhecidas como tradicionais.

O homem *economicus* moderno e racional – em oposição ao tradicional – criado no seio da sociedade capitalista tem características determinadas pela expansão e dominação de outros mercados, assim como da natureza. Desse modo, a utilização da ideia do desenvolvimento ou da lei do progresso acaba se constituindo numa necessidade criada, tornando-se um instrumento ideológico.

Observa-se ao longo do litoral do Espírito Santo um tipo de desenvolvimento cuja finalidade é extralocal. Ou seja, os níveis de in-

teresse nacional e internacional de desenvolvimento sobrepõem-se aos interesses genuinamente locais.

A criação de territórios de proteção e exclusão na forma de unidades de conservação tem ocupado espaço considerável nos movimentos ambientalistas regionais, os quais veem a criação de unidades de conservação como estratégias de barganha política para a conservação ambiental frente ao impacto dos grandes projetos. Originalmente, os pescadores não consideravam essa uma boa possibilidade, visto que o mar é considerado de todos (MALDONADO, 1994). No entanto, devido ao fato de o mar estar sendo dividido e apropriado, pode-se dizer que a criação de territórios começa a ser uma discussão entre os pescadores devido aos grandes desafios que têm enfrentado não só no estado do Espírito Santo – como acabamos de relatar –, mas em várias outras regiões da costa brasileira.

Os problemas anteriormente relatados ameaçam o trabalho e o modo de vida dos antigos residentes, promovem grandes e, muitas vezes, violentas transformações socioculturais locais e, em vários casos, a expulsão dos residentes nativos junto com a emergência de conflitos socioambientais – situações semelhantes às de alguns estudos realizados ao longo da faixa costeira brasileira (FUKS, 2001; RAMOS, 2009; MORAES, 2004; MOTA, 2004; LIMA, 1997; KNOX, 2009) e às que serão mostradas ao longo deste livro.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. Unicamp: HUCITEC: ANPOCS, 1992.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 1999. 242f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Université de Paris 7, Curitiba, 1999.

ACSELRAD, Henri. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: Estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1989.

_____. **Questions de sociologie.** Paris: Editions de Minuit, 1986.

BRETON, Y. D. **L´anthropologie sociale et les societés de pécheurs:** reflexions sur le naissance d´un sous-champ disciplinaire. Anthropologie et societés, 5 (1):7-27, Université de Laval: Quebec, 1981.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

CORDELL, J. (Org.). **A sea of small boats**. Cambridge: Cultural Survival, 1989.

_____. **Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia**. In: DIEGUES, A.C. (Org.). Imagens das águas. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2001.

CUNHA, L. H. O. **Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal.** In: DIEGUES, A.C. (Org.). Imagens das águas. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2000. p. 101-110.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB): USP, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DIEGUES, A. C. (Org.). Imagens das águas. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2001.

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001.

ELI da VEIGA, José. **Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

IGLESIAS, R. **Análise dos grandes projetos de investimento no ES**. In: Instituto dos Santos Neves. O Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010.

FREITAS NETO, R.; DI BENEDITTO, A. P. M. Diversidade da pesca artesanal marinha no Espírito Santo. **Revista Biotemas**, 20(2), junho de 2007.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro:** ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

HARVEY, D. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KNOX, W. **Vivendo do mar**: modos de vida e de pesca. Natal: Editora UFRN, 2009.

LIMA, R. K. de; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipú**: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, p. 31-64, 2006.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

_____. **Mestres & mares:** espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume Editora, 1994.

MORAES, M. S. M. O loteamento do mar: Conflito e resistência. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 19-63.

MOREIRA, A.C. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), USP, 2001.

MOTA, F. R. O que é de um não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 93-125.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 34, p. 59-101, 1991.

_____. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. **Revista Novos Estudos**, nº 80, Mar. 2008.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia*:* "saberes tradicionais" e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 67-79.

SANTANA NETO, J. V. **A lei 8.630/93 e a modernização portuária no Brasil**: um estudo dos impactos da privatização da operação portuária na movimentação da carga conteinerizada no Porto Público Organizado de Salvador. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

SILVA, L.G. (Coord.) Os pescadores na história do Brasil: colônia e império. Recife: Vozes, 1998. v. 1.

SIQUEIRA, M.P. S. Desenvolvimento Brasileiro. Alternativas e Contradições. Vitória: Grafitusa, 2010.

ZORZAL, M. **Trajetória político-institucional recente no ES**. In**: Instituto dos Santos Neves**. O Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010.

TRIGUEIRO, A; KNOX, W. **Imagens da pesca artesanal no Espírito Santo**. Vitória: GM, 2013.

Documentos

Caracterização da Cadeia Produtiva da Pesca e EVTEA da Implantação de Infraestruturas no Litoral do Espírito Santo. **1º Relatório Parcial. Ministério da Pesca e Aquicultura,** Brasília/Distrito Federal, 2010.

Caracterização da Cadeia Produtiva da Pesca e EVTEA da Implantação de Infraestruturas no Litoral do Espírito Santo. Análise de Mercado Oferta e Demanda. **2º Relatório Parcial. Ministério da Pesca e Aquicultura**, Brasília/Distrito Federal, 2010.

Caracterização da Cadeia Produtiva da Pesca e EVTEA da Implantação de Infraestruturas no Litoral do Espírito Santo. Dimensionamento das infraestruturas propostas com respectivas estimativas de custos de implantação. **3º Relatório Parcial. Ministério da Pesca e Aquicultura**, Brasília/Distrito Federal, 2011.

Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba. Vitória. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista (CECOPES). Distrito Federal, 2005.

Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba. Vila Velha. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista (CECOPES). Distrito Federal, 2005.

Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba. Linhares. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista (CECOPES). Distrito Federal, 2005.

Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba. Aracruz. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista (CECOPES). Distrito Federal, 2005.

Diagnóstico Sócio-Cultural-Econômico da População Pesqueira do Litoral Capixaba. Anchieta. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Centro de Educação e Comunicação Popular Dom João Batista (CECOPES). Distrito Federal, 2005.

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, Estudo Setorial - Pesca Marinha. INCAPER, Vitória/ES, 2007.

PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano. 2000, 1991.

Relatório do Macro Diagnóstico da Pesca Marítima do Estado do Espírito Santo. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Governo do Estado do ES. Vitória/ES, 2005.

webgrafia:

Frente Parlamentar Ambientalista no ES - Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/330239090346382/>. Acesso em: 28 out. 2014.

9 portos no estado vão abrir 25 mil empregos. **Jornal A Tribuna**. Vitória, 07 dez. 2012. Disponível em < http://pdf.redetribuna.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2015.

CAPÍTULO 2

Justiça ambiental e os pescadores na Baía de Guanabara: uma proposta de nuances sociológicas

David Gonçalves Soares

Introdução

Este artigo se propõe a analisar o grau de pertinência de alguns pressupostos analíticos encontrados em um modelo teórico de grande projeção e recrutamento nas ciências sociais brasileiras sobre o tema dos conflitos ambientais. Faz-se referência aqui aos pressupostos teóricos da chamada escola estrutural-construtivista do conflito ambiental[8]. Eles estão associados, íntima e explicitamente, ao quadro interpretativo do movimento por justiça ambiental.

A noção de justiça ambiental, surgida no contexto dos movimentos sociais norte-americanos e transplantada às nossas terras, vem dando novo significado à "questão ambiental" e ao papel dos conflitos ambientais. Sob a forma de uma aproximação entre as lutas pelos direitos civis e sociais e a luta ambientalista, os movimentos por justiça ambiental vêm renovando os discursos

[8] Expressão utilizada por Carneiro (2010) para designar uma linha de estudos nas Ciências Sociais sobre a temática do meio ambiente, que tem sido uma das mais influentes na produção nacional e que vem se baseando, mormente, nas ideias bourdieusianas e nas suas readequações para a temática ambiental. No mencionado artigo, Carneiro demonstra que há uma hegemonia de suas interpretações e modelos de análise na apresentação de trabalhos nos últimos anos no grupo de trabalho sobre meio ambiente dos encontros da ANPOCS (**Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**).

ambientalistas mais tradicionais, ao questioná-los por sua nuclear atenção à "cooperação social" em prol de uma inconsistente noção de "sustentabilidade" verificável nas representações hegemônicas do chamado "desenvolvimento sustentável".

Segundo essas interpretações, os conflitos ambientais, objetos deste artigo, são expressões de uma estrutura social antagônica que se assenta na extrema desigualdade de condições sociais, políticas e econômicas entre grupos e classes sociais, manifestando-se plenamente em suas condições ambientais de existência. Os conflitos ambientais (também denominados socioambientais) são gerados, dentre outros motivos[9], pelo aporte de empreendimentos privados ou públicos em regiões com populações vulneráveis, cujas atividades e práticas sociais passam a ser ameaçadas pela operação de indústrias e empreendimentos "sujos" ou excludentes do ponto de vista do acesso aos recursos ambientais.

Esse conjunto de teses supõe que pela exacerbação dos conflitos ambientais poder-se-ia promover uma discussão pública sobre os rumos do desenvolvimento, em direção a processos de politização da questão ambiental, em detrimento do olhar economicista com que esta vem sendo hegemonicamente referenciada. Tais teses pressupõem que o discurso crítico desenvolvido pelo movimento – em consonância com as ações coletivas locais de resistência e defesa dos lugares – pode produzir níveis de mudança social, ao deslegitimar práticas, leis e procedimentos que permitem que os mais pobres sejam frequentemente penalizados pelas decisões que acarretam impactos ambientais.

[9] São intermináveis as discussões acerca do conceito de conflito ambiental e dos tipos de conflitos considerados ambientais. Algumas classificações e tipologias podem ser encontradas em Herculano (2006), Ferreira (2005), Alonso & Costa (2002), entre outros. Intentamos não polemizar o conceito e pensá-lo simplesmente a partir de dois elementos essenciais: a) um fenomênico, relacionado aos conflitos de uso de recursos naturais; e b) outro que poderia ser alocado mais próximo de uma perspectiva construtivista, na qual os conflitos são denominados pelos agentes de ambientais, em que noções, categorias, argumentos, direitos acionados levam em consideração representações de meio ambiente e sustentabilidade, normalmente veiculadas nas inúmeras arenas públicas: judiciário, mídia e outras.

Esse modelo teórico é endossado por parte das literaturas sociológica e antropológica, as quais vêm chamando atenção para os diferentes usos e práticas sociais de grupos locais em relação aos sistemas naturais, interpretando-os, assim, como distintas formas de apropriação social da natureza. Essas interpretações, denominadas frequentemente de "projetos distintos de sociedade" ou "modelos de sustentabilidade" (ZHOURI *et al.*, 2005), enfatizam o papel das comunidades tradicionais nos conflitos ambientais. Desse modo, agregam contornos mais ricos e inclusivos às formulações originais do movimento por justiça ambiental, cujas origens remontam à década de 1980 nos Estados Unidos.

A denúncia da injustiça ambiental em nossas terras, segundo tais interpretações, não estaria relacionada apenas aos malefícios da poluição tóxica e aos riscos desproporcionais infligidos às populações menos afluentes ou a grupos étnicos urbanos. Esse seria o mote principal do movimento criado nos EUA. No contexto brasileiro, o estado de injustiça ambiental tocaria também o problema das comunidades extrativistas localizadas nas fronteiras de expansão das relações capitalistas: comunidades tradicionais, portadoras de direitos culturais e identitários próprios, como os seringueiros, ribeirinhos, indígenas e pescadores artesanais.

O artigo avalia em que medida esse modelo teórico pode ser considerado para se pensar as reações dos diversos grupos extrativistas investidos em conflitos ambientais. Para tanto, realizamos uma análise processual do conflito estabelecido, entre os anos 2000 e 2011, pelos grupos de pescadores da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e a empresa Petrobras. Questionamos, com apoio do caso empírico, até que ponto as reações coletivas de alguns desses grupos podem ser associadas às reações relacionadas às lutas ecologistas locais, como sugerem as perspectivas teóricas dominantes anteriormente mencionadas.

Estrutural-construtivismo e justiça ambiental

A perspectiva construtivista do conflito ambiental privilegia o modo pelo qual os atores percebem e constroem problemas ambientais e seu desdobramento em conflitos sociais. No geral, as posições mais construtivistas procuram demonstrar a impossibilidade de se pensar em uma realidade ambiental externa às consciências individuais e coletivas. Nesse sentido, só é possível falar de uma natureza que exista para os grupos humanos, uma natureza socializada. E por ser sempre socializada, a natureza é concebida como de múltiplas apropriações pelos múltiplos grupos sociais existentes. Essas apropriações sociais se desenvolvem na dobra tanto material quanto simbólica da experiência. Configuram "visões de mundo" que podem coexistir marcadas por conflitos ou sem choques substanciais.

Pertencentes a essa perspectiva, os trabalhos de Acselrad (2001, 2004, 2005, 2009) e Herculano (2002, 2006), dentre outros, apresentam esforço de sistematização de uma abordagem da questão ambiental centrada nas noções de conflitos ambientais e justiça ambiental. O núcleo de seus argumentos é a desconstrução crítica das perspectivas dominantes sobre o tema, dos paradigmas da "modernização ecológica" e do "desenvolvimento sustentável". Para Acserald (*op. cit.*), por exemplo, os conflitos ambientais ocorrem em virtude do choque entre as diferentes formas de apropriação social da natureza, por distintos grupos sociais, suas culturas materiais e sistemas simbólicos, que coexistem ou ameaçam coexistir em uma mesma localidade, região ou país. Dado que no espaço social os atores possuem quantidades e qualidades diferenciadas de recursos (materiais, políticos e organizacionais), o resultado das tensões, dos movimentos de resistência e mesmo de um confronto iniciado é, em geral, determinado por essa diferença relacional, apesar de haver reservas de contingência de acordo com as capacidades dos atores locais em subverter o consenso do jogo.

A referência principal aqui é a de campo social, postulada por Bourdieu (1983, 2004) como um "espaço de jogo" polarizado entre agentes que ocupam posições dominantes e dominadas e que, valendo-se de estratégias de conservação ou de subversão, travam lutas concorrenciais em torno do capital específico de cada campo. Destacando a necessidade de se perceber a relação dialética entre estruturas e estratégias, ele afirma, de um lado, que as posições dos agentes são previamente estabelecidas pela estrutura do campo em questão, que, por sua vez, guarda homologias estruturais com os campos sociais e políticos mais gerais, e, de outro, que essa luta concorrencial se dá dentro dos limites da *doxa* (do consenso), dos interesses comuns que estão na base dos conflitos.

Nesse modelo de análise, os conflitos ambientais – tendo como atores principais empresas, governos, ONGs e populações locais – ocorrem no interior de um campo de forças definido como ambiental, no qual estão em disputa significados e representações acerca do meio ambiente. Sabe-se que o poder de impor significados está diretamente relacionado com as posições diferenciadas dos atores na estrutura social: estruturas duplas, tanto cognitivo-perceptiva quanto político-material. Portanto, os atores em posições vantajosas na escala de poder tendem também a obter vantagens na imposição de seus significados, na definição dos consensos. A doxa vem sendo, assim, formada por noções relacionadas à sustentabilidade, ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

> Se o Estado e o empresariado – forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista – incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade. (ACSELRAD, 2001, p. 30)

As diferenças de poder e recursos simbólicos manifestam-se concretamente na espacialização dos riscos e da destruição ambiental. Os

conflitos ambientais explicitam, assim, as relações de força de um campo ambiental mais amplo, campo que movimenta os atores sociais tanto a partir dos discursos quanto a partir das práticas materiais. Nesse campo, os agentes hegemônicos utilizam estratégias de conservação dessas relações desiguais, enquanto cabe aos atores não hegemônicos mover recursos organizacionais e simbólicos que transformem as representações sociais durante o "problema" ambiental.

Mas como fazê-lo senão mediante o estabelecimento de amplos movimentos sociais? Esses movimentos precisam apresentar novos discursos e significados, que enunciem como ilegítima uma situação que é costumeiramente concebida como natural. Precisam também construir e valorizar novas identidades, pressuposto lógico da luta por novos direitos (SORJ, 2001, 2004). Percebe-se nesse sentido a construção alternativa de outra matriz discursiva que nos últimos anos vem inegavelmente ganhando terreno: a matriz discursiva da "equidade", que transfere a discussão de um meio ambiente uno, comum e de responsabilidade de todos, para enfatizar os jogos sociais que produzem desigualdade e extrema injustiça ambiental.

A questão das identidades está no cerne da problemática abordada aqui. O movimento por justiça ambiental almeja declaradamente a construção do que, na terminologia desenvolvida por Castells (1999), seria um movimento baseado em "identidades de projeto". Como esse autor descreve, tal movimento seria desenvolvido por aqueles que buscam a redefinição de suas posições na sociedade, e, ao fazê-lo, almejam a transformação de toda a estrutura social – diferentemente dos movimentos baseados em "identidades de resistência", por exemplo, que tendem a criar "comunas", proteções socialmente circunscritas. O movimento por justiça ambiental estaria exatamente nessa passagem da luta de resistência dos grupos sociais localizados para um projeto de resistência global, para a

construção de uma identidade de projeto, a partir do lema "poluição desproporcional para ninguém"[10].

Todavia, se essa é a estrutura cognitivo-normativa do movimento, na prática, como as lutas individualizadas de resistência podem ser interpretadas no interior desse quadro? Em que medida pode ser identificada nas ações coletivas de grupos impactados, sejam eles tradicionais ou não, uma luta funcional em defesa da preservação do meio ambiente? Até que ponto tais ações coletivas seriam sintomas de uma mudança paradigmática proposta pelos movimentos que pregam a justiça ambiental? Na busca por seus interesses de sobrevivência e reprodução social, estariam eles sendo funcionais para uma luta ecologista e para processos de mudança que, julga-se, tornem a sociedade "mais sustentável"? Em caso positivo, que mecanismos são acionados na passagem das ações locais, dos conflitos locais, de seus interesses imediatos na luta, para a construção de um movimento baseado em uma "identidade de projeto"? Para promover uma reflexão teórica sobre essas questões, apresentamos a seguir o caso do conflito ambiental entre grupos de pescadores localizados na Baía de Guanabara e a empresa Petrobras por ocasião dos anúncios dos empreendimentos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Os pescadores artesanais da Baía de Guanabara e a contínua precarização de suas atividades

A apresentação de alguns elementos da reprodução social dos pescadores da Baía de Guanabara requer uma contextualização para elucidar os termos e os sentidos de suas ações nos confrontos recentes, objetos deste trabalho. Também contribui para explicar as restrições

[10] A mudança paradigmática e o aspecto fortemente crítico do movimento por justiça ambiental são representados no lema NIABY (*Not in anybody backyard*), em clara alusão ao conhecido movimento NIMBY (*Not in my backyard*).

às ações coletivas que demarcaram a situação desses pescadores até o início da década de 2000. Para isso, importa descrever os dilemas vivenciados no ambiente da Baía de Guanabara, relacionados às proibições e restrições à atividade da pesca em virtude da degradação ambiental, da desconcertada gestão ambiental do território e das relações institucionais e cotidianas com os atores que interagem no mesmo espaço com diferentes e conflitantes interesses.

Figura 7 – Baía de Guanabara
Fonte: Imagem LANDSAT S-23-20_2000. Disponível em https://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid/mrsid.pl.

A atividade pesqueira na Baía de Guanabara é realizada majoritariamente de maneira artesanal. A maior parte dos pescadores utiliza barcos a remo e alguns motores de baixa potência, sem meios para a conservação do pescado, usando como principais petrechos de pesca as redes, as garateias e os espinhéis. A comercialização é feita principalmente por terceiros que se dirigem aos locais de desembarque, pois os pescadores não possuem meios de conservar a produção, tendo que se sujeitar a vendê-la a preços baixos.

Em face da precariedade do trabalho na pesca, é cada vez mais comum que os pescadores, sobretudo os mais novos, se empenhem em outras atividades. Na pesquisa realizada por Giuliani *et al.* (2005), 64% dos pescadores entrevistados que atuam junto à Área de Proteção Ambiental de Guapimirim tinham outra ocupação. Boa parte dos pescadores acumula, com a pesca e a captura de caranguejos, uma série de outras atividades, principalmente trabalhos temporários e ocasionais como biscates na construção civil, na coleta de garrafas plásticas e na venda de caranguejos e pescados. A situação de moradia desses pescadores é extremamente precária. Muitas vilas antigas de pescadores tornaram-se ambientes de moradias suburbanas ou favelas.

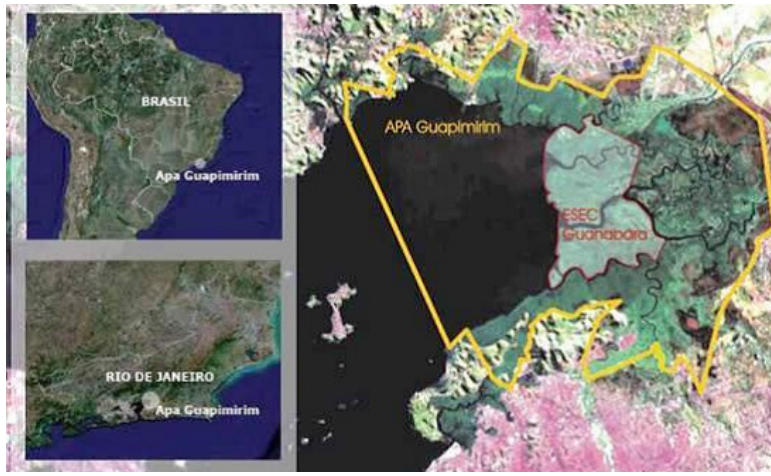


Figura 8 – ESEC Guanabara e APA Guapimirim
Fonte: http://www4.icmbio.gov.br/apaguapimirim/?id_menu=41.

Na região de Magé, Rio de Janeiro, Chaves e Sant'Anna (2003) avaliaram os processos de trabalho e a vida dos pescadores. Muitos deles apresentavam problemas de saúde, como doenças de veiculação hídrica e de vetores, além de transtornos mentais. Algumas enfermidades chegaram a ocasionar mortes. Para os autores, essas ocorrências se devem basicamente às questões econômicas e à situação de total desamparo em que a categoria se encontra. Albano Silva, um dos informantes de nossa pesquisa, diz ser patente que a precariedade do trabalho e os resultados econômicos da pesca para os pescadores individuais têm ocasionado problemas de saúde pública. Rosa e Mattos (2010), que traçaram o perfil de parte dos pescadores e catadores existentes na Baía de Guanabara, sobretudo daqueles localizados no interior da baía, concluíram seu trabalho deste modo:

> A pesca na Baía de Guanabara resiste apesar da intensa degradação e esses trabalhadores precisam de um esforço maior para compensar a diminuição do pescado e do caranguejo no mangue. Para isso, além de uma longa jornada de trabalho para conseguir o máximo de aproveitamento no mar ou no mangue, eles recorrem a outras atividades para buscar a sobrevivência. São atividades informais, como "bicos", que complementam a renda desses trabalhadores da pesca. A realidade dura do dia a dia muitas das vezes não é recompensada, pois nem sempre se consegue pescar algo ou o suficiente para pagar o óleo e o gelo utilizados. São trabalhadores que não têm um horário definido para pescar. Eles sofrem com a precariedade do trabalho informal, sem garantias e sem direitos. Para 25% da amostra, o sonho é ter carteira assinada e, dessa forma, ter mais segurança, comprar a prazo, poder se afastar quando estiver doente ou acidentado.

O estudo de Giuliani *et al.* (2005) descreve que a grande maioria dos entrevistados (75%) tem baixa escolaridade, próxima dos níveis de analfabetismo. Há indícios de uma alta taxa de mortalidade na infância e adolescência de filhos de pescadores da Baía de Guanabara. A maior parte dos filhos frequenta a escola, mas a partir dos onze anos, aproximadamente, passam a ajudar seus pais nas ativi-

dades de pesca e captura de caranguejos. Filhos e filhas representam, assim, um reservatório de aprendizes com forte tendência a seguir a ocupação dos pais. Apesar de aparecer constantemente nos discursos dos pescadores o desejo de que seus filhos não sigam a profissão em virtude do sofrimento contínuo e crescente, a pesca se apresenta ainda como uma alternativa de renda, da qual populações em situação de vulnerabilidade econômica e social não podem abdicar por completo.

A pesca anda tão deteriorada quanto o ambiente da baía. Segundo Batista Neto (*apud* RODRIGUES, 2009), a Baía de Guanabara pode ser considerada um dos ambientes costeiros mais poluídos do Brasil. São muitos os impactos decorrentes da industrialização, do adensamento populacional e da precariedade da gestão ambiental. Sua degradação é sistêmica. Os pescadores que vivem dos seus recursos fazem parte desse sistema e estão de certa forma adaptados a ele – tal qual a experiência descrita por Guatarri (1995), em que Alain Bombard, na *TV Francesa*, retirou um polvo vivo de um recipiente com água proveniente do porto de Marselha e o colocou em outro com água límpida, e, para surpresa dos espectadores, o animal debateu-se e morreu encarquilhado. Os pescadores da Baía de Guanabara estão mais ou menos adaptados àquele sistema ambiental poluído e degradado e, surpreendentemente, conseguem expressiva produção de pescado[11].

Obviamente, há inúmeros problemas. A pesca artesanal na Baía de Guanabara, quase totalmente de pequena escala, feita com pequenos barcos a motor e a remo, vivencia de forma mais direta a degradação ambiental. As consequências dessa poluição não se apresentam de forma indiscriminada, mas obedecem a uma classificação diferenciada, que tem como importantes critérios: as

[11] A produção total de pescados descarregada na baía, no período de abril de 2001 a março de 2002, foi estimada em dezenove mil toneladas, das quais seis mil foram realizadas pelos pescadores artesanais (JABLONSKI, AZEVEDO & MOREIRA, 2006). A produção da Baía de Guanabara compõe, portanto, mais de 30% da produção estimada para o estado do Rio de Janeiro, que teve, entre 2002 e 2006, por média anual 62 mil toneladas. Ver Soares (2012).

dificuldades para a captura dos peixes; a diminuição da quantidade e da qualidade do pescado, e os problemas de mobilidade geográfica.

Dentre os problemas que provocam efeitos diretos na oferta de peixes, pode-se apontar o crescente assoreamento de rios, de canais e do próprio corpo da baía[12]. Por isso são comuns reivindicações – as quais surgem constantemente em fóruns, reuniões e encontros dos quais os pescadores participam – centradas na necessidade do desassoreamento dos canais e rios.

O lixo orgânico, proveniente dos vazadouros e dos esgotos doméstico e industrial, é considerado um dos maiores agentes poluidores, segundo os especialistas. É também percebido plenamente pelas populações usuárias das praias, que reconhecem e confiam nos sistemas peritos de medição da qualidade da água e nos índices frequentemente negativos de balneabilidade das praias da Baía de Guanabara. Entretanto, esse tipo de poluição não representa, segundo a interpretação dos pescadores, um grave problema. Para eles trata-se de uma poluição de baixa visibilidade, vista com conotações até positivas: alguns pescadores afirmam que funciona como "comida para peixe".

O lixo sólido é de grande visibilidade para os pescadores, que em seus pequenos barcos se situam próximos do espelho d'água. Influi diretamente sobre a pescaria, danificando os aparelhos de pesca ou atrasando os necessários deslocamentos – é frequente o pescador ter que parar o barco na baía para desligar o motor e retirar o lixo que emperra as hélices desse aparelho.

As fontes ligadas aos constantes derramamentos de óleo – não apenas aos acidentais de grande proporção, mas também àqueles frequentes e sistêmicos – configuram na maioria das interpretações o grande problema relacionado às reiteradas mortandades de peixes e ao sumiço de algumas espécies. Particularmente, o grande derramamento de óleo do ano 2000 é percebido nas representações comuns

[12] Previsões talvez um tanto milenaristas como a de Amador (1997) descreviam o fim do espelho d'água da Baía de Guanabara para daqui a 50 anos, se os atuais índices de poluição nessa baía permanecessem.

como um "divisor de águas" na situação de degradação da baía, sobretudo no que tange à reprodução da maioria das espécies de peixes. As lutas pela significação social desse desastre também são centrais nos conflitos aqui analisados. São habituais e evidentes os esforços a fim de rememorar relatos e declarações públicas da época[13].

A Baía de Guanabara com seu estado de degradação merece atenção pública e compõe agendas políticas de longa data. Seus recursos, águas e beleza têm sido importantes elementos das agendas governamentais (SEDREZ, 2004). Atualmente, as línguas negras e outras manchas de poluição, além da mortandade de peixes, são constantemente noticiadas pela mídia local. Inclusive os índices de balneabilidade das praias são divulgados regularmente. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), criado no início da década de 1990, tornou-se assunto público de grande circulação à época de seu lançamento, diferentemente do caso de outra baía vizinha, Sepetiba, cujo programa de despoluição, apresentado na mesma época, ficou praticamente desconhecido.

Todos esses fenômenos anteriormente descritos sugerem grande visibilidade social para a Baía de Guanabara, sobretudo no que tange às suas belezas naturais e à sua degradação. Mas, se por um lado o meio ambiente da Baía de Guanabara é objeto de atenção social, por outro lado o contingente de pescadores artesanais que sobrevivem de seus recursos tornou-se invisível socialmente ao longo do tempo: no campo das relações de trabalho, expressiva parcela desses pescadores permanece na informalidade e as políticas públicas para o setor ainda são deficitárias, insuficientes e precárias. Na cidade do Rio de Janeiro – a mais populosa e importante dentre as que circundam a baía – o universo da pesca na Baía de Guanabara ainda podia ser visualizado no mercado de peixes da Praça XV, mas

[13] São frequentes, tanto em conversas informais, como nos poucos trabalhos existentes sobre os pescadores da Baía de Guanabara pós-ano 2000, a rememoração do acidente com óleo e a indicação da responsabilidade pela situação de degradação atual da baía. Ver Soares (2012), Giuliani (2005), Pinto & Torres (2010).

no início da década de 1990 fecharam-se as portas para o mínimo contato entre o cidadão comum e o pescador. Ironicamente, a retirada do mercado de peixes da Praça XV ocorreu em virtude das obras de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED 1992), a mais importante conferência internacional sobre meio ambiente, sugerindo a entrada em cena das preocupações ambientais paralelamente ao abandono dos pescadores artesanais, que então se invisibilizaram por completo na região da Baía de Guanabara.

O derramamento de óleo de 2000: espetacularização e oportunidades de confronto

Enquanto a Baía de Guanabara se tornava publicamente um problema ambiental[14], as demandas dos pescadores não eram incorporadas automaticamente na definição do problema. Sabe-se que os recursos materiais, organizacionais e simbólicos disponíveis para um determinado grupo serão, ao menos parcialmente, responsáveis pelo sucesso da campanha para elevar suas preocupações ao *status* de problema social, em suma, para atrair a atenção pública (FUKS, 2001). Aventamos em resumo que os recursos políticos, materiais e simbólicos desses atores eram, por certo, reduzidos para o estabelecimento de um embate sustentado contra governos e Petrobras.

Mas o que fez com que os atores com recursos políticos, organizacionais e materiais minorados se empenhassem em atividades de resistência ou de confronto aberto com atores mais poderosos? O conceito de oportunidade política parece-nos servir bem nesse caso, pois focaliza a mobilização de recursos externos ao grupo (TARROW,

[14] Essa representação da baía como um problema não mais de planejamento urbano ou de saúde pública, mas propriamente "ambiental", teve na criação da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) um importante passo institucional. Ver Sedrez (2004)

2009, p. 106). São condições novas, aberturas políticas que propiciaram a emergência dos primeiros confrontos entre pescadores e Petrobras na Baía de Guanabara.

No dia 18 de janeiro de 2000, 1,3 milhão de litros de combustível (tipo MF-380) vazaram para a Baía de Guanabara após o rompimento do duto PE-II, que liga a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) ao terminal Ilha D'Água. O vazamento começou 1 hora da manhã e só foi percebido às 5 horas, pois os mecanismos de controle de fluxo do combustível bombeado também falharam (ACSERALD; MELLO, 2002). A extensão da mancha de óleo estimada para o dia 19 de janeiro de 2000, um dia após o vazamento, ampliou-se por uma área de 133,45 km^2, 34% do espelho d'água.

Após o acidente, os pescadores organizaram-se a fim de obter compensações da empresa. Algumas manifestações públicas foram realizadas pelas comunidades pesqueiras atingidas pelo vazamento de óleo na Baía, dentre elas: a reunião em frente ao prédio da Petrobras no Centro do Rio de Janeiro; uma barqueata (passeata de barco) do mercado de peixes São Pedro, em Niterói, até a Baía de Guanabara; o fechamento da rodovia que liga o Rio de Janeiro a Magé (BR 493), por aproximadamente seiscentos pescadores, durante parte da manhã e da tarde, causando transtornos à população.

Grande parte das associações de pescadores existentes hoje na Baía de Guanabara foi criada após o acidente. Pela primeira vez emergiam, a partir de suas ainda parcas manifestações, os primeiros traços na constituição de atores sociais, apesar de toda a desarticulação inicial desses grupos que não detinham, naquele momento histórico, conhecimentos necessários para articularem-se politicamente.

Suas condições como pescadores se tornavam mais públicas, sensibilizando a população em geral para a existência de um grande contingente de trabalhadores que viviam dos recursos da Baía de Guanabara e da injustiça a eles imputada. De uma invisibilidade histórica (SEDREZ, 2004), naturalizada pelo Estado e por empresas

existentes ao redor da Baía, o derramamento de óleo em 2000 proporcionou uma nova visibilidade aos pescadores e suas realidades cotidianas na Baía de Guanabara.

O derramamento de óleo de 2000 tornou-se importante para a constituição dos pescadores como um grupo reivindicatório, permitiu corporificar a agressão mais impactante à Baía de Guanabara a fim de proporcionar condições para que os grupos de pescadores se unissem em prol das compensações ambientais contra um agente único. A "espetacularização do acidente", sua visibilidade internacional, suas imagens impactantes conjugadas com as condições políticas abertas propiciaram a abertura de uma "estrutura de oportunidades" (SOARES, 2012, p. 95).

A chegada do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e a sustentação do conflito ambiental

O conflito entre pescadores e Petrobras iniciado naquele evento promoveu pela primeira vez sensibilização para a causa dos profissionais de pesca da região e, por outro lado, enfraqueceu parte da confiabilidade da Petrobras em relação à segurança de suas atividades, levando-a a investir maciçamente na prevenção de acidentes em suas instalações e atividades[15]. Todavia, após o pequeno período em que o caso chamou a atenção da opinião pública, os tribunais foram tomados como principal arena do conflito. O processo judicial, amalgamado a um forte trabalho de marketing da empresa, tornou a opinião pública amena poucos meses depois. Contrariando algumas interpretações em jogo[16], a arena da justiça manteve o

[15] Após o derramamento de óleo de 2000, a Petrobras criou o programa Pegaso (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional), considerado, em nível mundial, o maior programa ambiental do setor de petróleo.

[16] Fuks (2001) e Viegas (2007) afirmam coerentemente que quando um conflito se transforma em litígio, sendo sua resolução levada para o poder judiciário, aí já estão asseguradas condições mínimas para sua

conflito fora do foco da grande mídia, apesar de surgirem algumas pautas na imprensa acerca da demora da ação nos tribunais. No entanto, pode-se dizer que as identidades passaram a ser demarcadas pelo "outro", o agressor identificado. Iniciado o processo conflituoso na primeira metade da década de 2000, as tensões permaneceram no fórum da justiça e em estado de latência, quando, em 2006, novos eventos revigoraram o caso.

No ano em questão, passou a ser veiculada pela imprensa a informação sobre a alocação de um dos maiores empreendimentos industriais do país, a ser instalado no município de Itaboraí, a poucos quilômetros da margem leste da Baía de Guanabara. Reconhecido como o maior investimento individual da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) foi um dos projetos previstos pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), no âmbito do governo federal. Ele é responsável pelo refino de petróleo e pela produção de petroquímicos básicos e resinas plásticas no município de Itaboraí (RJ), com instalações adicionais em outros municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. O início de suas atividades está previsto para 2015. Efeitos de desenvolvimento são esperados – em termos de melhoria das condições estruturais, sociais e econômicas – para os municípios da Baixada Fluminense, adjacentes a Itaboraí, reconhecidamente portadores de baixos índices de desenvolvimento econômico e social. Por esses motivos o empreendimento teve forte apoio público. Em sua esteira, outras iniciativas também foram previstas como parte de grandes projetos de desenvolvimento para a região, que transformarão os usos da Baía de Guanabara e de sua área circundante. Ao que tudo indica, nesta segunda década do século XXI, a Baía de Guanabara tornar-se-á um "grande canteiro de obras", conforme declaram ironicamente alguns pescadores.

---

publicidade. Todavia, pode-se argumentar, conforme faz o próprio Fuks (*op. cit.*), que, por um lado, muitos conflitos ausentes na esfera judicial adquirem e geram debate público e, por outro, grande parte dos conflitos judiciais permanece à margem da percepção mais ampla da sociedade. Esse foi o caso do conflito entre pescadores e Petrobras no acidente de 2000 na Baía de Guanabara.

A instalação do Complexo Petroquímico em Itaboraí foi um evento festejado. Tornou-se um consenso construído e incorporado pelos atores sociais locais, resultado direto de uma forte campanha e das promessas movimentadas pelo governo estadual e pelos municípios relacionados. O Comperj e seus empreendimentos foram apresentados como a redenção socioeconômica para a região da Baixada Fluminense, comumente alijada dos processos de desenvolvimento e modernização da região metropolitana do Rio de Janeiro. Estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimaram a criação de aproximadamente duzentos mil empregos diretos e indiretos e a instalação de cerca de 720 novas empresas na região até 2015. Escolas técnicas de capacitação (os Centros de Integração do Comperj) começaram a ser construídas para formar mão de obra local.

Uma análise pormenorizada[17] das quatro audiências públicas realizadas durante o processo de licenciamento do Comperj demonstrou forte aprovação do empreendimento por parte dos atores sociais locais. Manifestações para inclusão de determinadas localidades nos "projetos de desenvolvimento social" marcaram a tônica das falas nessas audiências. A participação relativamente pequena de pescadores nessas instâncias de participação popular não se diferenciava da posição de incluir demandas locais no projeto. Tentativas de aproximação e diálogo por parte de representantes da pesca e dos setores de responsabilidade social e ambiental da empresa também foram realizadas, sem produzir, contudo, efeito prático.

O ápice do trabalho de confronto, capitaneado pelos pescadores e outras entidades próximas da Associação Homens do Mar (Ahomar), foi a paralisação das obras ligadas aos empreendimentos do Comperj. Em abril de 2009, aproximadamente cem pescadores, utilizando quarenta barcos, fizeram barricadas no mar durante 38 dias a fim de impedir o andamento das obras de uma empresa subsidiária da Petrobras que instalava dutos submarinos entre Praia de

[17] Ver Soares (2012).

Mauá, no município de Magé (RJ), e ilhas da Baía de Guanabara. Os protestos trouxeram, naqueles dias, visibilidade nacional e internacional aos conflitos entre os pescadores e a empresa estatal de economia mista. Nos últimos dois anos, uma parte desses pescadores, reunida em algumas associações de pesca, passou a compor a Rede de Justiça Ambiental, a Via Campesina e uma série de outras redes e ONGs ligadas a movimentos sociais. As adesões às instituições que esses pescadores criaram vêm crescendo exponencialmente nas comunidades pesqueiras do interior da Baía de Guanabara[18].

Figura 9 – Protesto realizado por pescadores em cima de balsa de armação de dutos da empresa
Fonte: http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=5147 :interditada-obra-da-gdk/petrobr%C3%A1s.
Figura 10 – Ocupação e paralisação realizada por pescadores nos canteiros de obras no interior da Baía de Guanabara
Fonte: Associação Homens do Mar.

18 Chaves (2011) computou o aumento quantitativo dos associados da Ahomar. Quando a Ahomar foi fundada, em 13 de janeiro de 2007, contava com 226 associados. Em 2009, após os protestos e a paralisação das obras na Praia de Mauá, esse número aumentou 131%, passando a contabilizar 523 associados. Em 2010, segundo entrevista com o presidente da associação, realizada em 20 de março de 2010, cerca de 750 pescadores da Baía de Guanabara estavam associados à Ahomar – um aumento de 143% em relação a 2009. Atualmente, há mais de mil associados.

A paralisação ganhou repercussão pública. Na interpretação de um contingente maior de pescadores, ela definiu a bandeira política do movimento de protesto, que começava a alcançar legitimidade interna no universo da pesca da Baía de Guanabara. Formou-se com ela uma das instituições mais combativas na Baía de Guanabara, que passava a ser reconhecida como Ahomar pelos próprios pescadores, pela empresa e pelo governo.

Nessa construção do processo de resistência capitaneado pela Ahomar foi fundamental a divulgação dos argumentos em torno da "injustiça ambiental" e do discurso dos direitos humanos dos pescadores. Dessa forma, as entidades ligadas à Ahomar passaram a transitar em outros campos e ganhar o apoio de outros atores sociais, sobretudo de ONGs, movimentos sociais e setores das universidades locais. A Ahomar passou, inclusive, a ser apoiada no âmbito dos processos judiciais: a ONG Mariana Crioula – voltada para a defesa de direitos humanos – passou a assessorá-la juridicamente. No âmbito dos

protestos e argumentos litigiosos, as entidades ambientalistas também foram fundamentais. A Apedema[19] – tradicional rede de ONGs ambientalistas do Rio de Janeiro – disponibilizou gerentes e técnicos para instruírem os associados a respeito dos procedimentos para as manifestações e os contatos com a Petrobras. Dessas parcerias se originou uma ferramenta essencial para o processo de luta: a construção do "Mapa da Exclusão da Pesca", onde estão compiladas as informações geográficas dos empreendimentos e das áreas de segurança que passaram a restringir quaisquer outros usos, a pesca inclusive. Um dos dados revela que irrisórios 17% de toda a baía foram liberados para a pesca.

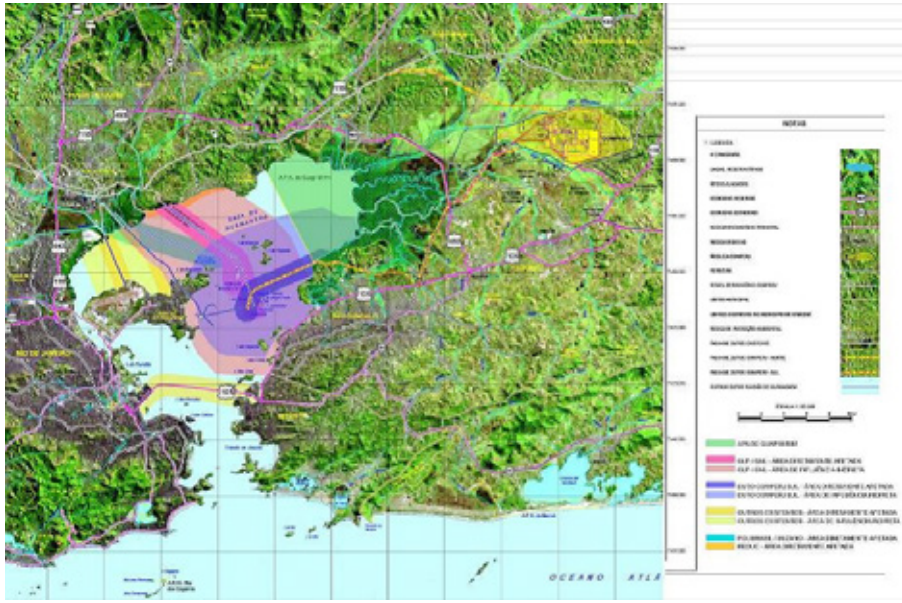


Figura 11 – Mapa das áreas afetadas pelos empreendimentos da Petrobras
Fonte: Blog do Fórum Agenda 21 Guapimirim.

Em inúmeras entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, lideranças dessas organizações declararam que todo o trabalho de

[19] A Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema) congrega atualmente 107 grupos ecológicos atuantes no estado do Rio de Janeiro. (http://www.apedema.org.br/)

resistência e conflito ocorria em prol de uma compensação justa para os pescadores da Baía de Guanabara, uma espécie de "aposentadoria" em virtude do "fim" da pesca, que seria decorrente dos empreendimentos da Petrobras. O derramamento de óleo de 2000 sempre surgia como o marco da decadência. Nesse sentido, suas lutas não tratavam mais propriamente de proteção ambiental, apesar da argumentação ser descrita nesses termos, visto acreditarem na inexorabilidade da instalação dos empreendimentos, mas de reconhecimento e compensação das atividades da pesca artesanal, costumeiramente marginalizada na urbana e complexa Baía de Guanabara. Os discursos e argumentos dos presidentes de colônias eram movidos, por sua vez, pela ideia de "tirar o que possível fosse" do controle da Petrobras em prol da melhoria das condições de vida dos pescadores.

Ambas as estratégias foram movidas pela noção compartilhada de que a chegada da empresa abriria uma "estrutura de oportunidades", isto é, ao mesmo tempo em que representava a diminuição da área permitida à pesca – ameaça substancial à atividade –, significava também a possibilidade de melhoria de vida diante do contínuo processo de precarização das atividades de pesca na baía.

Dessa forma, o quadro interpretativo do movimento por justiça ambiental complementou-se apropriadamente com a resistência oferecida por grupos de pescadores mais descontentes. De atores inicialmente alijados dos processos de negociação, os grupos de pescadores ligados à Ahomar passaram – com o apoio de outros atores sociais, redes e seus discursos – a fomentar um processo estrutural e contraditório em um terreno no qual antes se movia basicamente o sentido da negociação como única alternativa possível.

O relato desses eventos pode ser interpretado como processo de construção e demarcação de uma identidade social no interior de um conflito ambiental. Essa identidade, quando é ativamente construída, ganha mecanismos que lhe são próprios. Pôde-se, assim, acompanhar um processo de construção da identidade do pescador

nesse conflito não como uma identidade de projeto (que visa à reestruturação social) ou como uma identidade de resistência (dos povos tradicionais que defendem o direito de permanecer onde estão e de ser o que são), mas sim como uma identidade centrada nas oportunidades de um grupo que, embora não mais considerado pescador ou não o sendo plenamente, e nem tendo razão lógica para defender seu território já tão poluído, é reinventado e reinventa-se como pescador de forma a obter ganhos políticos e econômicos.

Considerações sobre os pressupostos teóricos à luz do estudo de caso

O caráter das oportunidades no estabelecimento de um confronto coletivo

Uma das questões resultantes de toda a reflexão até aqui se refere ao mecanismo envolvido na reação dos pescadores quando da instalação de um empreendimento como o Comperj. As teses relacionadas à noção de justiça ambiental e à chamada teoria estrutural-construtivista tendem a reafirmar as parcas ou deficitárias reações dos grupos impactados como resultado da insuficiência de recursos econômicos e políticos diante das ameaças inequivocamente impostas pela instalação de empreendimentos de grande porte. Dois elementos fundamentais podem ser sublinhados nessa interpretação. Primeiramente configura-se um conflito, em geral, entre dois atores, um "poderoso" e um "fraco". Essa desigualdade é geralmente manifesta e naturalmente inquestionável. Em segundo lugar, um ente expõe ameaças e riscos provindos da ação e da alocação de seu empreendimento nos territórios habitados por outro grupo de atores sociais. E, seja em virtude dos desproporcionais riscos impostos a essas populações, seja por força de novas regulações e restrições de uso dos recur-

sos naturais, as ameaças às formas preexistentes de trabalho e vida são interpretadas como preponderantes. No entanto, este estudo de caso demonstrou que mecanismos geradores de ação coletiva podem ocorrer com outras bases, a ponto de podermos afirmar que o surgimento de um movimento reivindicativo em um conflito ambiental pode estar tão relacionado às ameaças de perdas e à sobrevivência de determinados grupos quanto às oportunidades de melhoria de vida, isto é, às esperanças de ganho e transformação social.

Uma primeira derivação dessa constatação relaciona-se ao fato de que o movimento por justiça ambiental, para além das características éticas e morais envolvidas em seu quadro interpretativo, procura fornecer uma resposta prática a um dos desafios fundamentais do movimento ambientalista. Desde o seu surgimento e consolidação, o ambientalismo vem buscando mecanismos para a transformação societária em prol do que poderia ser abstratamente denominado de "sociedade sustentável" (DOBSON, 1999). A questão da "transição" é fundamental para o movimento político "verde" desde os seus primórdios, do mesmo modo que sempre foi para os movimentos sociais e revolucionários. No interior dessa questão normalmente surge o problema do "agente", daqueles grupos sociais ou indivíduos que seriam os responsáveis por estimular uma mudança social no conjunto da sociedade. O ecologismo popular, ou movimento por justiça ambiental, traz uma resposta a esse desafio a partir da definição de um agente: o "pobre", a classe subalterna, que ao fazer política e buscar seus interesses – necessariamente contrários aos dos grandes empreendimentos – acabará por fornecer as possibilidades de transformação de um sistema considerado injusto e insustentável. Os partícipes do movimento acreditam que, ao proteger os "despossuídos" da desproporcional concentração de riscos sobre seus ombros, será criada resistência à degradação ambiental, posto que os impactos negativos não poderão mais ser transferidos, como de praxe, para os mais pobres (ACSELRAD *et al.*, 2009).

Mas como os mais pobres, aparelhados pelos movimentos sociais, podem realizar as resistências indicadas nos movimentos por justiça ambiental se as oportunidades, como demonstrado neste estudo, também surgem no momento da instalação de um empreendimento e podem ser tão efetivas ou até mesmo superar as ameaças por ele trazidas?

No caso aqui descrito, a "chegada" da Petrobras e dos empreendimentos relacionados ao Comperj tem representado, além de ameaças à reprodução social e riscos a esses grupos (que de fato existem), a possibilidade de reconhecimento social diante de uma realidade historicamente difícil e precária. Esse reconhecimento possibilita, por exemplo, indenizações – formas compensatórias, que trariam, na visão de boa parte das lideranças políticas da pesca, a possibilidade de prescindir do trabalho territorializado em um ambiente complexo e evolutivamente degradado. Para os mais antigos, a evolução da precarização e a degradação da condição de pescador na Baía de Guanabara são tão evidentes a ponto de verem funcionalidade e de identificarem possibilidades na "força do novo", na entrada de grandes projetos da Petrobras. Se assim for, como advogar que o "ecologismo dos pobres", uma defesa quase natural dos grupos locais em razão do seu sentido de pertencimento ao lugar e da dependência dos recursos naturais de seus territórios, pode representar *pari passu* um movimento capaz de aprimorar o processo de preservação ambiental e de luta contra o sistema?

O dilema sobre a legitimidade da tradição na Baía de Guanabara

A noção de um conflito indivisível e irreconciliável entre os distintos agentes também tem sido evocada por outra vertente crítica dirigida pelos movimentos de justiça ambiental ao estado atual. Trata-se da noção evocada de tradição e pertencimento, que interpreta os grupos sociais locais como aqueles que menos agridem o ambiente

natural e que são portadores de culturas materiais e simbólicas diferenciadas da cultura urbano-industrial. Nesta obra, esse tipo de crítica é caracterizado como uma crítica "etnológica", demonstrada ao se afirmar que o uso desigual dos recursos ambientais e a expropriação ambiental pelos atores capitalistas – seja proibindo ou dificultando os usos tradicionais dos recursos naturais, seja poluindo seus mananciais – têm produzido um etnocídio ao arrasar, deslocar e transformar antigas práticas culturais e seus tradicionais grupos. A crítica é baseada na conhecida questão do contato da tradição com processos de modernização e mudança social que tendem a transformar velhas formas de sociabilidade e trabalho. Julga-se principalmente a apropriação social da natureza em prol de formas funcionais e adaptadas ao sistema de produção e consumo vigente. Trata-se de uma velha crítica à modernidade, cujas raízes remontam à tradição romântica, repaginada pelos novos movimentos sociais em função das supostas características de sustentabilidade que tais povos carregam. Esses povos são vistos por alguns como portadores de "distintos projetos de sociedade" ou de formas distintas de sustentabilidade. Essa crítica ganhou contornos mais radicais com os processos da globalização e as dialéticas por ela turbinadas, como aquelas que respondem pelos pares homogeneidade/diversidade e globalismo/localismo. Este trabalho não objetiva avaliar tais representações, apesar de o bom senso, a observação empírica e as crenças particulares impelirem os autores a defenderem tais grupos sociais, mais respeitosos e integrados aos processos naturais por serem, sobretudo, menos influenciados pela tecnologia e pela impessoalidade do mercado, diferentemente do que acontece com grande parte da sociedade urbano-industrial. Mas não é o propósito deste trabalho promover uma defesa inocente a respeito do papel dos pescadores artesanais como uma espécie de exemplo de sociedade. A intenção primordial da pesquisa foi compreender as formas pelas quais tais categorias se sobressaem no conflito que ora analisamos.

Os pescadores artesanais da Baía de Guanabara dispõem de todos os requisitos legais e conceituais relacionados às populações tradicionais e têm sido assim reconhecidos inclusive por seus interlocutores, empresas, governos e demais atores no espaço público (Ministério Público, ONGs atuantes na área, ICMBio, IBAMA, entre outros). Contudo, é preciso chamar aqui a atenção para um importante efeito complicador da categoria pescador artesanal no debate público sobre a Baía de Guanabara: em geral, todo debate a respeito das populações tradicionais, em quaisquer contextos, envolve a defesa da "permanência" e da "reprodução territorial" desses grupos em seus locais de origem. Essa defesa baseia-se em dois argumentos principais: a) em virtude de serem "ecologistas populares" e b) de representarem grupos com especificidades culturais, detentores de territorialidade, de identidade e de direitos próprios e profundamente arraigados ao sentido do lugar. No caso aqui descrito, como advogar a permanência e reprodução territorial de um grupo humano que utiliza um dos corpos hídricos mais poluídos do mundo? Como fica a funcionalidade enunciada no "ecologismo dos pobres" diante do fato de que, com ou sem a Petrobras, a Baía de Guanabara continuaria a ser um dos ambientes mais poluídos do Brasil? Não há intenção de confirmar os argumentos da empresa, mas sim de pensar nas dificuldades da luta discursiva dos pescadores, que representam, em última análise, os principais argumentos provindos da teoria estrutural-construtivista e da justiça ambiental. Como culpabilizar a empresa e a instalação do Complexo Petroquímico como empreendimento que "passou" a ameaçar a permanência e a reprodução das tradições do lugar? Estas não se encontravam em delicada situação, como já demonstravam os trabalhos em Ciências Sociais da década de 1970[20]? Concretamente, a permanência desses grupos locais e a manutenção de suas tradições culturais já estavam ameaçadas há muito tempo, provavelmente des-

[20] Uma importante literatura de etnologia da pesca foi produzida na década de 1970 e teve como objeto algumas comunidades pesqueiras da Baía de Guanabara e praias próximas (como Itaipu, em Niterói). Ver Faria (1997).

de a época em que o peixe provindo da Baía de Guanabara passou a ter sua origem ocultada para ser comercializado.

Essa problemática, conforme a pesquisa atual demonstrou, permeia os debates e as ações entre pescadores, empresas e órgãos estatais. Entretanto, ela não está explicitamente enunciada dessa forma. Ao contrário, a categoria população tradicional não é manifestamente problematizada e surge apenas como relevante moeda valorativa entre pescadores, empresa, governos, ONGs e outros atores envolvidos na contenda. Pode-se observar, nesse caso, uma disputa de sentidos no contexto de um assunto que não apresenta uma qualidade adversa no âmbito do debate público, isto é, um assunto em que geralmente um lado do debate é considerado socialmente legítimo. Nos dias atuais, como ninguém é propriamente contrário à defesa ambiental, tampouco é publicamente contrário à existência e aos processos de manutenção das comunidades tradicionais, indígenas ou quilombolas em seus territórios de origem. Mas são exatamente tais temas valorativamente consensuais que produzem complexas disputas argumentativas e práticas, além de darem forma aos enunciados de projetos, desejos e práticas, frequentemente opostos entre si. Nesse sentido, desde a sequência de audiências públicas para a instalação do Comperj, a empresa vem reafirmando discursivamente a importância da manutenção do trabalho tradicional realizado pelos pescadores. Todavia, em seus projetos de "inclusão social", contratam os pescadores para exercerem atividades de limpeza da baía e plantio de mudas ou os inserem em cursos de capacitação técnica para trabalho na navegação civil. Ou seja: estão sendo promovidos projetos e ações sociais que redefinem as atividades realizadas na Baía de Guanabara de acordo com a modernização que está sendo implantada nessa região.

Considerações finais

Alguns pressupostos contidos nesse modelo teórico de grande circulação e recrutamento no campo das Ciências Sociais no Brasil podem, quando reproduzidos de forma acrítica, enublar elementos e motivações fundamentais existentes nas ações coletivas autodefinidas como ambientais. Quanto aos pescadores desta pesquisa, parece claro que o movimento por justiça ambiental e suas interpretações a respeito do universo social forneceram as bases para sua autoconstrução como sujeitos sociais. Isso foi alcançado mediante o acesso às condições de sistematização dos discursos próprios, o que certamente diminui os efeitos das dominações ideológicas, tão bem explicitadas pela escola estrutural-construtivista e pelos quadros de interpretação do movimento por justiça ambiental.

Nesse sentido, acreditamos que a potência discursiva que o movimento por justiça ambiental vem adquirindo no campo do ambientalismo e no espaço público mais geral, desde seu surgimento formal na década de 1980[21], deve ser positivamente considerada em seus efeitos práticos e normativos. Entretanto, segundo nossa avaliação, parece-nos fundamental que as Ciências Sociais não prescindam de um *quantum* de distanciamento do quadro interpretativo dos movimentos sociais, pois, como afirma Cardoso (1987): "se as classificações [dualistas, por contraste, em campos distintos e opostos, típicas dos movimentos sociais] podem viabilizar a construção de um discurso mobilizador, são limitantes quando o objetivo é chegar a uma explicação".

[21] Nos Estados Unidos, origem do movimento, suas noções e discursos datam do início da década de 80, enquanto no Brasil, o movimento ganha maior importância a partir da década de 2000. Ver Acselrad (2010).

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: _____. (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A. **Conflito social e risco ambiental** – o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: ALIMONDA, H. (Comp.). Ecología política – naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004. p. 23-40.

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais** – o caso do movimento por justiça ambiental. Ver estudos avançados. v. 24, n. 68. São Paulo, 2010.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000.

ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço Bibliográfico. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, BIB, São Paulo, n. 53, 2002, p. 35-78.

ALONSO, A. Y.; COSTA, V. Para uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. (comp.). **Ecología política** – naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: < http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/Angela.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

AMADOR, E. S. **Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos:** homem e natureza**.** Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1997. 539 p.

BARBOSA, S. R. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu. **Ambiente & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 1, jan/jun 2004.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARNEIRO, E. J. O GT de conflitos ambientais da ANPOCS (2004-2008): um balanço crítico. **Anais** do 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 2009. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:agP0rdo57FUJ:scholar.google.com/+carneiro+eder+jurandir&hl=pt-BR&as_sdt=0>. Acesso em: 26 out. 2010.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (orgs.) **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade** (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2). Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES T.; SANT'ANNA, F. R. Avaliação da situação de trabalho e condições de vida dos pescadores de Magé-RJ. **Anais** do VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Brasília, Abrasco, 2003.

CHAVES, C. R. **Mapeamento participativo da pesca artesanal da Baía de Guanabara**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2011.

DIEGUES, A. C. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, 1999, v. III (2).

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DOBSON, A. **Pensamiento político verde**: una nueva ideología para siglo XXI. Buenos Aires: Paidós, 1997.

DUARTE, L. F. **As redes do suor**: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: EdUFF, 1999.

DUARTE, M. B. **Relatório técnico nº 50/2009**: impactos de atividades petrolíferas na pesca artesanal da Baía de Guanabara – o caso do projeto GLP. Rio de Janeiro: Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, 2009. 34 p.

FARIA, L. C. Pescadores e pescarias (apresentação). In: KANT DE LIMA; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu**: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves

comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade** – Revista de Sociologia Política do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 4, n. 7, 2005.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2001.

GIULIANI, G. M. *et al.* **Diagnóstico socioeconômico para o Plano de Manejo da ESEC Guanabara**. Rio de Janeiro, ICMBio, 2005.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1995.

HERCULANO, S. **Lá como cá**: conflito, injustiça e racismo ambiental. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, Fortaleza, de 20 a 22 de novembro de 2006.

HERCULANO, S. Resenhando o debate sobre justiça ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, Editora UFPR, n. 5, jan/jun 2002, p.143-149.

JABLOSNKI, S.; AZEVEDO, A.; MOREIRA, L.; SILVA, O. **Levantamento de dados da atividade pesqueira na Baía de Guanabara como subsídio para a avaliação de impactos ambientais e a gestão da pesca**. Rio de Janeiro: IBAMA, 2002.

DE LIMA, K.; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu**: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1997.

LIMA, Alexandre Andrade. **Vazamento de óleo na Baía de Guanabara 2000**: a Petrobras e o meio ambiente. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, C. C. A. Agenda 21 local – um glossário analítico para o debate. In: ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G.N. (Orgs.). **Cidade, ambiente e política** – problematizando a Agenda 21 Local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MENDONÇA, S. A.; VALÊNCIO, N. F. O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **B. Inst. Pesca**, v. 34, n. 1, 2008, p. 107-116.

PESSANHA, E. G. F. **Os companheiros** – trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói: EdUFF, 2003.

PINTO, R. G.; TORRES, T. H. **Conflitos socioambientais na Baía de Guanabara**: ações coletivas e demandas de reparação e direitos nas comunidades de pesca de Magé/RJ. Resultados preliminares da pesquisa, apresentados na XVI Semana de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, em setembro de 2010.

RODRIGUES, D. H. **Caracterização socioambiental de comunidades pesqueiras na Baía de Guanabara como subsídio à elaboração de um novo modelo de gestão para a pesca de pequena escala**. Monografia (Bacharelado em Oceanografia) – Faculdade de Oceanografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2009. 148 p.

ROSA, M. F.; MATTOS, U. A. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15 (supl. 1), 2010a, p. 1543-1552.

ROSA, M. F.; MATTOS, U. A. Trabalho e saúde: a vulnerabilidade dos pescadores da Baía de Guanabara. **Anais** do 1º Seminário de Sociologia da Saúde e Ecologia Humana, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, de 14 a 16 de setembro de 2010b.

SEDREZ. L. F. **The bay of all beauties'**: state and environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Department of History, Stanford University, Stanford, 2004.

SOARES, D. G. **Parque Estadual da Pedra Branca e Comunidade Monte da Paz**: tensões e conflitos para os moradores de uma área protegida. Dissertação (Mestrado) – Programa EICOS de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.

SOARES, D. G. **Conflito, Ação Coletiva e Luta por Direitos na Baía de Guanabara**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SORJ, B. **A democracia inesperada**: cidadania, direitos humanos e igualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petropolis, RJ: Vozes, 2009. 319 p.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1978.

VEDOVA, Jose Carlos Della. Blog do Fórum Agenda 21 Guapimirim Comperj. Disponível em: <http://agenda21guapimirim.blogspot.com/2008/12/frum-agenda-21-guapimirim-comperj.html. Acesso em: 28 out. 2014.

VIANA, M. (Org.). **Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: FAERJ, SEBRAE-RJ, 2009.

VIEGAS, R. N. As resoluções de conflito ambiental na esfera brasileira: uma análise crítica. **Revista Confluências**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, v. 2, 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso da hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Capítulo 3

Pesca artesanal e atividades turísticas: complementaridades e conflitos

Solange Fernandes Soares Coutinho

Considerações iniciais

A expansão das atividades turísticas – embora venha possibilitando a geração de emprego, ocupação e renda – não vem se dando de forma ordenada e tem causado problemas ambientais nos espaços costeiros por interferir nas dinâmicas das áreas estuarinas, das praias e dos ambientes de recifes. A forma desordenada de instalação e expansão dessas atividades, especialmente pela ausência de controle ambiental, causou, e vem causando, graves desequilíbrios ecológicos em função de aterros de manguezais para construção de empreendimentos, desmatamentos de diversas ordens, construções irregulares na beira-mar, lançamentos de efluentes e perturbações nos cursos d'água, por exemplo. Tais problemas impedem a efetivação dos serviços ecossistêmicos – aqueles realizados pelos elementos naturais do meio que contribuem para uma melhor qualidade ambiental –, além de promoverem exclusão da população local, entre outras formas de degradação ecológica e social. Nesse sentido, considera-se que o turismo e o lazer podem interferir de forma positiva ou negativa no cotidiano da população local, causando, respectivamente, complementaridades ou conflitos.

Cada vez mais a motivação pelo "contato com a natureza" está intensificando a demanda por ambientes que se opõem aos que apresentam adensamento populacional elevado, grande fluxo de veículos e problemas das mais diversas ordens, especialmente os relacionados à violência e à degradação ambiental. Assim, ao longo do tempo, paisagens naturais de significativa beleza cênica do Nordeste brasileiro, por exemplo, estão sendo crescentemente incorporadas a atividades de turismo de diversas modalidades e de lazer de variadas intensidades, mas é também notório que o planejamento e a gestão das mesmas não estão conseguindo garantir níveis de utilização compatíveis com as capacidades de suporte dos ambientes nos quais se instalam.

O ambiente é compreendido aqui como o produto das diversas interações, diretas ou indiretas, entre os elementos do meio, sejam eles naturais – químicos, físicos ou biológicos –, sociais, econômicos, políticos, histórico-culturais ou outros (COUTINHO; SELVA, 2005). Essa compreensão conduz à análise interpretativa sistêmica, na qual os componentes de um sistema não são vistos de forma isolada, mas sim nas suas funções em relação à composição do todo, o que possibilita a avaliação das consequências das interferências pontuais em um ou mais componentes do meio nas dinâmicas ecológicas e sociais.

> Na análise sistêmica, as espécies que vivem em determinados ambientes alteram seu comportamento conforme o uso que será feito do local, alterando o funcionamento do ecossistema. Há diversos fatores que condicionam o comportamento dos indivíduos que ali residem e, dificilmente, esses fatores serão os mesmos em outro ecossistema (FERRETTI, 2002, p.59).

Os elementos que compõem os mais diferentes ambientes estão em constantes interações, daí originam-se dinâmicas próprias a eles, sujeitas a alterações cíclicas ou acíclicas, em ritmos que lhes são peculiares. Quando esses ambientes são alterados pela ação humana suas dinâmicas também o são, podendo as anteriores ser retomadas ou não, a depender da intensidade da intervenção e, ao mesmo

tempo, da capacidade de recuperação do equilíbrio desses sistemas.

É fato que as alterações nas dinâmicas ecológicas e sociais também podem ter como causas fenômenos naturais, mas aqui se alude àquelas derivadas das atividades de turismo e de lazer, com base nos entendimentos dos grupos estudados, objetivando discutir as relações positivas e negativas entre essas atividades e os pescadores e pescadoras artesanais.

O turismo é considerado por Burkart e Medlik (1981, apud LICKORISH; JENKINS, 2000, p.10), como "o fenômeno que surge de visitas temporárias (ou estadas fora de casa) fora do local de residência habitual por qualquer motivo que não seja uma ocupação remunerada no local visitado". A atividade turística é de grande importância para o setor econômico nas diferentes dimensões geográficas, mas é no município que mais se revela, pois ali ela insere diversas funções, especialmente aquelas relativas à prestação de serviços. (COUTINHO; SILVA; SILVA, 2012).

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT),

> O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras (apud DIAS, 2003, p.11).

Esse fenômeno também é tratado por José Vicente de Andrade como um "complexo de atividades e serviços", serviços estes que envolvem "deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento" (ANDRADE, 1997, p. 22). Diferentemente do turismo, o lazer é algo que se pode fazer quando se possui tempo disponível sem a necessidade de ausentar-se do local da residência fixa por mais de vinte e quatro horas e que possa proporcionar diversão, prazer, como um passeio na praça em frente à residência habitual. (PIRES, 2002).

Segundo Marcellino (1996, p. 8) "[...] aquilo que pode ser altamente atraente e prazeroso para determinada pessoa, não raro significa tédio ou desconforto para outro indivíduo". Dessa maneira, uma atividade de lazer pode se estabelecer de diversas formas, como assistir televisão, jogar futebol, "navegar" na Internet, caminhar, visitar amigos, apreciar uma paisagem ou, até mesmo, não fazer nada. Portanto, é preciso compreender que lazer pode ser, mas não necessariamente é, uma atividade turística. Outro ponto a ressaltar é que nenhuma atividade pode ser considerada unicamente atividade de lazer. Algumas atividades consideradas de lazer para muitas pessoas podem constituir profissões de outras, como o jogar futebol ou até "navegar" na Internet, visto que existem jogadores profissionais e pessoas que utilizam a Internet para estudar ou trabalhar, por exemplo.

As dinâmicas ecológicas e as dinâmicas sociais sofrem influências diretas das atividades de turismo e lazer nos ambientes em que ocorrem. As dinâmicas ecológicas se dão de acordo com as condições dos ambientes, podendo ser alteradas de forma mais ou menos rápida e intensa em função das suas especificidades relativas aos limites de tolerância das espécies e propriedades dos elementos físico-químicos que lhes caracterizam. A principal alteração no ambiente que aponta para uma modificação na sua dinâmica ecológica é a diferenciação do número de espécimes – indivíduos da mesma espécie – de uma população em um determinado local, de acordo com uma comparação temporal desse mesmo número (ODUM, 2004). São, assim, múltiplas as mudanças que podem afetar uma espécie e diferenciadas as consequências disso em uma comunidade e, por conseguinte, nos sistemas ecológicos respectivos e circunvizinhos, inclusive naqueles que se encontram a consideráveis distâncias. Um exemplo são as respostas derivadas das alterações nas dinâmicas ecológicas dos manguezais, fruto da degradação dos mesmos, nas dinâmicas das populações que formam a biota dos sistemas oceânicos

de mar aberto, em função das relações entre esses ecossistemas, mesmo que distanciados geograficamente.

As mudanças nos e dos sistemas ecológicos se dão desde sempre. Isto é: desde o surgimento do primeiro ecossistema na Terra as dinâmicas estão presentes, passando por momentos de moderadas alterações até períodos de modificações intensas, que são os denominados períodos de extinção em massa. Eles são provocados por ocorrências catastróficas que em pouco tempo promoveram a extinção de várias espécies (BENSUSAN, 2004), deixando estas de executarem os seus nichos ecológicos – função que desempenhavam nos ecossistemas –, o que requereu, dependendo do caso, períodos mais ou menos extensos para recuperação dos ambientes anteriores, quando neles as capacidades de resiliência não haviam sido ultrapassadas, ou substituições dos ecossistemas por outros compatíveis com as novas características ecológicas dos lugares.

Ao se analisar particularidades e influências exercidas, percebe-se que as dinâmicas sociais dependem dos costumes e das atividades da população humana. Mesmo existindo as regras gerais de convivência em sociedade que são transmitidas, por exemplo, em família e em ambientes escolares, normalmente as sociedades possuem características particulares que as distinguem uma das outras. Contudo, as "indústrias culturais" produzem, através da socialização, a disseminação de costumes e modos de vida que terminam por se alojarem em meio aos hábitos da população (ALENCAR, 2008) e, dessa forma, modificam e até mesmo prejudicam as atividades antes praticadas por tal população. Isso também pode ocorrer a partir da desestruturação das dinâmicas ecológicas consequentes de ações humanas isoladas ou de grupos econômicos.

Este trabalho deriva-se da pesquisa "Dinâmicas ecológicas e sociais em ambientes costeiros do Nordeste brasileiro: interações e intervenções" – desenvolvida na Coordenação de Estudos Ambientais da Fundação Joaquim Nabuco – e, mais especificamente, do projeto

"Turismo, lazer e meio ambiente: complementaridade e conflitos", sob a responsabilidade da autora deste artigo. Objetiva discutir as relações positivas e negativas entre as atividades turísticas e os pescadores e pescadoras artesanais.

São temas dos demais estudos desenvolvidos no âmbito da pesquisa em foco: população pesqueira artesanal e conflitos socioambientais; aspectos geofísicos e biológicos dos litorais norte de Pernambuco e sul da Paraíba; a participação da mulher na atividade de pesca artesanal; governança na pesca; produção social na Resex Acaú-Goiana; gestão ecológica enquanto conhecimento patrimonial dos pescadores artesanais.

Metodologicamente as discussões e os resultados tratados aqui derivam de análise de conteúdo dos dados primários coletados em sete oficinas, um questionário com 1.495 unidades validadas – um por domicílio – e eventos visando à crítica e à socialização dos resultados parciais da pesquisa com as comunidades envolvidas nas questões trabalhadas e nos dados obtidos. A equipe da pesquisa optou pelo fornecimento gradual dos resultados (Fig. 12) como forma de ofertar de maneira mais rápida à sociedade elementos que pudessem ser úteis ao planejamento, à gestão, ao monitoramento e à avaliação de atividades diversas, assim como às reivindicações por melhores condições de trabalho, de vida, etc. Para isso, no decorrer da pesquisa foram realizados oito seminários, o último em 2013, e mais um ciclo de debates intitulado "De frente pra costa", o qual trouxe à discussão mais de uma dezena de temas correlacionados às dinâmicas ecológicas e sociais em ambientes costeiros na área objeto do estudo. Ao todo foram dezessete encontros, todos abertos ao público.

Figura 12 – Seminário realizado no município de Goiana em 2009
Além das exposições orais, os resultados obtidos nas sete oficinas realizadas também foram expostos em forma de painéis, como pode ser visto no último plano. Fonte: acervo pessoal de Solange Coutinho.

A área geográfica objeto do estudo está composta pelos municípios de Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá e Itapissuma – todos no litoral norte do estado de Pernambuco – e pelos municípios paraibanos de Caaporã e Pitimbu (Fig. 13). A escolha deve-se ao fato de essas regiões possuírem atrativos turísticos relevantes com potencialidades para expansão e, ao mesmo tempo, fazerem parte de unidades de conservação – a Reserva Extrativista Federal (Resex) Acaú-Goiana, criada através do Decreto s/nº de 26 de setembro de 2007 (BRASIL, 2007), e a Área de Proteção Ambiental (APA) Santa Cruz, concebida pelo Governo de Pernambuco em 17 de outubro de 2008 através do Decreto 32.488 (PERNAMBUCO, 2010), – e abrigarem populações tradicionais que realizam a pesca artesanal como atividade principal ou complementar.

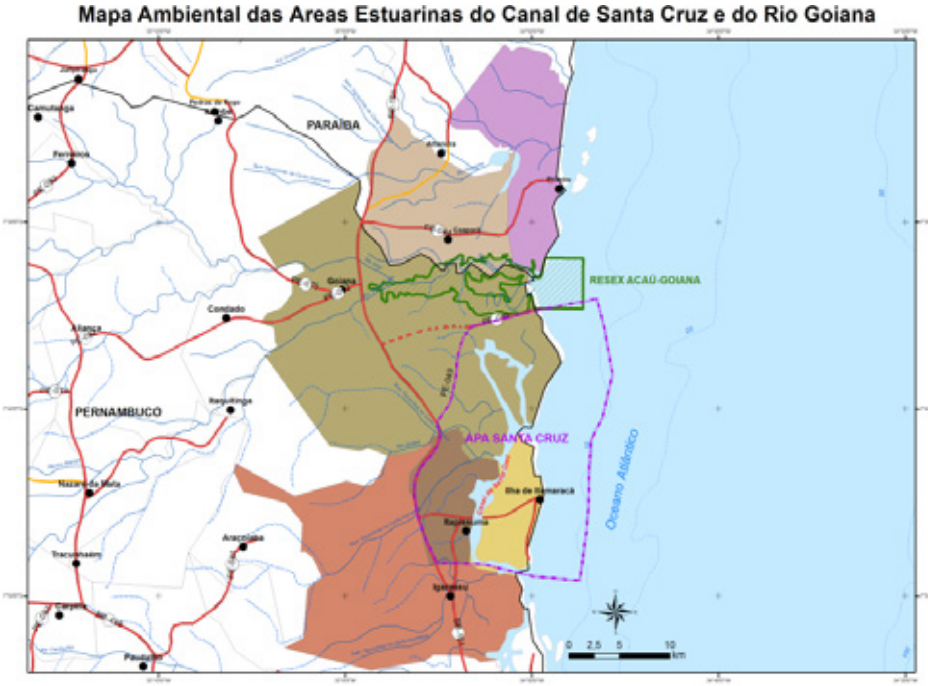


Figura 13 – Representação cartográfica da área objeto do estudo
Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. Pesquisa "Dinâmicas ecológicas e sociais em ambientes costeiros: interações e intervenções".

Segundo o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000 e regulamentado pelo Decreto 4.340 de 22/08/2002), uma resex é um espaço territorial destinado à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista. A visitação é permitida e deve ser compatível com os interesses locais e com o plano de manejo da unidade. Já a APA corresponde a uma área, geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica,

disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos (BRASIL, 2000).

A análise dos dados primários deu-se sobre aqueles referentes relacionados ao turismo, ao lazer e ao meio ambiente, derivados das sete oficinas anteriormente citadas, denominadas "Identificando, localizando, refletindo e buscando soluções para os problemas ambientais do meu município". Tais oficinas foram realizadas no período de maio a outubro de 2009 na área objeto do estudo: duas no município de Goiana – em função da maior dimensão geográfica e quantidade mais expressiva de comunidades de pescadores – e uma em cada um dos outros cinco municípios. Também foi promovido, em dezembro de 2009, no Município de Goiana, o II Seminário sobre Pesca Artesanal e Unidades de Conservação, o qual congregou representantes do poder público, pescadores e professores que estiveram presentes nas oficinas. Nesse seminário foi possível socializar os resultados das oficinas e construir conjuntamente propostas para a solução ou minimização dos problemas ambientais apontados durante as coletas de dados primários, abrangendo toda a área da pesquisa. As oficinas tiveram como objetivo criar momentos de discussão em torno de questões ambientais relacionadas às dinâmicas ecológicas e sociais.

É importante ressaltar que a presença dos professores nas oficinas teve dupla função: permitir a complementaridade entre saberes e difundir as questões abordadas, considerando-se o papel dos docentes como formadores de opinião e, ao mesmo tempo, a necessidade de levar às salas de aula discussões pertinentes às realidades locais – educação contextualizada. Das oficinas participaram 114 pescadores, 57 professores e 36 observadores (Quadro 1). No seminário realizado em 2009 estiveram presentes 88 pessoas, incluindo, além do público-alvo, representantes de setores do poder público municipal, órgãos e entidades ambientalistas governamentais e não governamentais.

Quadro 1 - Síntese da realização das oficinas denominadas "Identificando, localizando, refletindo e buscando soluções para os principais problemas ambientais do meu município"

Realização	Município	Participantes das oficinas							
		Total Geral	Pescadores	Pescadoras	Total	Professores	Professoras	Total	Observadores
06/05/09	Ilha de Itamaracá	33	13	7	20	-	9	9	4
17/06/09	Goiana (I)	25	5	9	14	1	7	8	3
26/06/09	Goiana (II)	25	4	13	17	-	8	8	-
12/08/09	Pitimbu	40	9	12	21	2	6	8	11
26/08/09	Caaporã	27	7	1	8	-	10	10	9
16/09/09	Igarassu	21	5	7	12	-	7	7	2
14/10/09	Itapissuma	36	9	13	22	1	6	7	7
--	--	207	52	62	114	4	53	57	36

A metodologia das oficinas foi construída pelos integrantes da pesquisa "Dinâmicas ecológicas e sociais em ambientes costeiros: interações e intervenções". Adaptações necessárias aos propósitos da pesquisa em questão foram feitas a partir de experiências anteriormente testadas. Antes de cada uma das oficinas era realizada a mobilização – a fim de verificar a viabilidade de data e infraestrutura – e a articulação direta com pessoas que poderiam ser participantes ou que se buscava identificar como tal. As prefeituras dos municípios trabalhados, o CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) e algumas instituições representativas dos pescadores, como colônias e associações, em muito contribuíram para a realização dessa etapa da investigação.

Além das oficinas e dos eventos já detalhados foi aplicado um questionário, também anteriormente citado, com perguntas fechadas e abertas, a representantes dos habitantes dos municípios que compuseram a área objeto do estudo. As amostras por municípios foram correlacionadas às áreas e populações destes. Assim, obteve-se, em termos de questionários validados, a seguinte distribuição

por município: 595 em Goiana; 120 em Igarassu, Ilha de Itamaracá e Itapissuma; 270 em Caaporã e Pitimbu. Como esse instrumento de coleta de dados buscou atender os diversos projetos associados, aqui a atenção foi centrada nas respostas relativas à questão "Você acha que no seu município a atividade de turismo traz prejuízo?".

Em setembro de 2010, a equipe da pesquisa realizou o "III Seminário sobre Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental: áreas protegidas e mudanças climáticas". Ele se deu em conjunto com o "IV Seminário Pernambucano sobre Mulher e Relações de Gênero: a participação da mulher na pesca artesanal" e congregou pescadores, professores, gestores públicos, pesquisadores e estudantes de vários locais do Brasil vinculados a investigações científicas relacionadas à pesca artesanal. Na ocasião foi construída a "Carta do Recife – Pesca Artesanal 2010" e já foram apontados os resultados preliminares da pesquisa visando à obtenção de subsídios para sua continuidade.

No mês de dezembro de 2011 foi realizado, na vila de São Lourenço, município de Goiana, mais um seminário com a finalidade de socializar e ouvir sugestões sobre as análises até então realizadas nos diferentes projetos associados à pesquisa "Dinâmicas ecológicas e sociais em ambientes costeiros". Em novembro de 2012 mais um evento foi executado na cidade do Recife e apresentou os resultados da pesquisa, os quais foram postos em discussão junto a um público composto especialmente por pescadores, professores, pesquisadores e gestores públicos.

Em novembro de 2013, mais uma vez por iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco, por meio da Coordenação de Estudos Ambientais, foi realizado o IV Seminário sobre Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental, tendo como tema central "Territórios pesqueiros". Esse foco das discussões foi escolhido em função da importância do território para a realização da pesca artesanal em condições adequadas. Participaram pescadores e pescadoras artesanais,

estudiosos nacionais e internacionais que se dedicam ao objeto do evento, gestores públicos e agentes não governamentais.

Atividades turísticas e pescadores artesanais: encontros e desencontros

O turismo e o lazer podem interferir de diferenciadas maneiras nas características do meio ambiente e nas condições de vida das populações tradicionais. Só para citar um exemplo, transformações ambientais que interferem nas dinâmicas ecológicas de populações podem conduzir à diminuição da biota e, consequentemente, da sua captura. Por outro prisma de análise, essas atividades podem agir como absorvedoras da mão de obra local e subtrair pessoal de atividades relacionadas à pesca artesanal, sem verdadeiramente oferecer condições de trabalho, garantia de emprego e renda suficiente. Mas também pode contribuir para a dinamização das atividades tradicionais, atuando, por exemplo, na melhoria dos produtos ofertados, no aumento das vendas e na complementação da renda com realização de atividades direta ou indiretamente relacionadas ao turismo e ao lazer para, assim, possibilitar um ganho positivo na qualidade de vida dos que participam da pesca artesanal.

> O turismo tanto é promotor de impacto positivo, ao gerar renda e riqueza, como de impacto ambiental negativo. Pesquisas nesse campo são incentivadas visando desenvolver metodologias de avaliação de impacto ambiental negativo e de monitoração ambiental, envolvendo diversos atores sociais, como educadores, analistas de políticas públicas e pesquisadores, dentre outros (PEDRINI *et al.*, 2010, p. 145-14).

Nesse contexto, aqui as atividades relativas ao turismo e ao lazer foram consideradas tanto causadoras de problemas ambientais, atuando negativamente nas dinâmicas ecológicas e sociais, como gera-

doras de oportunidades de melhoria das condições de vida das populações humanas locais. No primeiro caso, a degradação dos sistemas ecológicos e, por consequência, a deterioração das paisagens geográficas – condicionantes diretos das perturbações nas dinâmicas ecológicas e sociais – foram apontadas como resultados do aumento e do descarte inadequado do lixo, da propagação de sons muito além do permitido pela legislação, das construções irregulares, da supressão da cobertura vegetal – especialmente dos manguezais, das restingas e das áreas de matas –, das perturbações derivadas do tráfego de veículos náuticos, do uso excessivo de água e energia e, com significativa frequência, da ausência de educação ambiental. Destaca-se que o papel da educação ambiental está relacionado ao processo de construção do "exercício da cidadania por meio da participação ativa individual e coletiva, considerando os processos socioeconômicos, políticos e culturais que a influenciam" (PELICIONI; PHILIPPI JR., 2005, p. 6).

Ao identificarem os problemas ambientais relacionados ao turismo e ao lazer, os participantes das oficinas apontaram conjuntamente diversas alterações nas dinâmicas ecológicas e sociais. A destruição dos manguezais para expansão de equipamentos vinculados a essas atividades e para construção de segundas residências, citando-se apenas um caso, provoca efeitos que são sentidos localmente e a muitos quilômetros de distância, pois alteram diretamente os ciclos de alimentação e reprodução de várias espécies e indiretamente o ciclo de tantas outras que se encontram unidas em teias tróficas fluviais e marinhas, além de causar modificações físicas e químicas nas propriedades das águas, nos substratos aquáticos e terrestres, nas estruturas das margens dos cursos d'água e na conformação das praias. Essas mudanças produzem efeitos na oferta de peixes, crustáceos e moluscos, afetando a renda dos que lidam com a pesca artesanal, os quais são levados a aumentar a pressão sobre os recursos pesqueiros e a capturar indivíduos mais jovens – que ainda não se reproduziram –, dando configuração a um ciclo de degradação que se amplia conti-

nuamente. Conforme Petrocchi (2009, p. 27), “as agressões ambientais se multiplicaram em diversos setores, como industriais, agrícolas, na expansão urbana e também no turismo”.

Os problemas ambientais mais citados pelos participantes das oficinas, além da referência anterior, foram: a contaminação das águas, a degradação das paisagens, a depreciação das áreas urbanas e a degradação dos solos. Destaca-se que além de, por iniciativa individual, os participantes das oficinas indicarem os problemas ambientais e as potencialidades de cada município (Fig. 14), em um segundo momento cada um dos cinco grupos mistos compostos por pescadores e professores apontava para um dos cinco problemas ambientais mais citados em cada oficina. Esses problemas eram indicados junto com suas causas, seus agentes e suas consequências. Houve apresentação também das formas de solucionar ou minimizar tais situações, com sugestões de viabilização de cada proposta (Fig. 15).

Figura 14 – Dados levantados no primeiro momento: problemas ambientais (tarjetas verdes); potencialidades (tarjetas azuis); cinco principais problemas ambientais a serem trabalhados no segundo momento (tarjetas amarelas)
Foto: Lígia Melo. Município de Itapissuma, 2009.

Figura 15 – Apresentação do trabalho de um dos grupos
Fonte: Acervo pessoal de Solange Coutinho. Município de Pitimbu, 2009.

Cada grupo utilizava uma representação cartográfica fornecida pela equipe de pesquisadores da Fundaj e ali indicava os locais de ocorrência do problema ambiental que lhe cabia avaliar. Depois da socialização dos resultados todos se reuniam para a construção coletiva de uma representação única. No encerramento dos trabalhos, os participantes da oficina refletiam sobre as questões ecológicas e sociais discutidas, a partir de uma dinâmica, e avaliavam os trabalhos realizados e os resultados alcançados (Figuras 16 e 17, respectivamente).

Figura 16 – Localização dos problemas ambientais feita por todos os integrantes da oficina – momento de construção conjunta
Fonte: acervo pessoal de Solange Coutinho. Município de Goiana, 2009.

Figura 17 – Momento final da oficina, quando se refletia sobre interações e interdependências entre os elementos ecológicos e sociais e a validade do trabalho finalizado
Fonte: Acervo pessoal de Solange Coutinho. Município de Goiana, 2009.

A síntese dos principais problemas identificados – acompanhada das causas, dos agentes e das consequências – é mostrada no Quadro 2. Quanto às propostas de solução ou minimização dos problemas em questão, prevaleceu a necessidade de inserção da educação ambiental de forma contínua, envolvendo todos os atores e setores locais. E, como forma de viabilizá-las, houve a elaboração de projetos de ação envolvendo a educação ambiental formal, não formal e informal de maneira integrada, visando ao financiamento e/ou às parcerias com instituições que atuam nessa área do conhecimento.

Quadro 2 - Principais problemas que afetam as dinâmicas ecológicas e sociais, suas causas, seus agentes e as consequências

Problema	Causa	Agente	Consequência
1. Contaminação das águas	1.1 Lixo nas praias 1.2 Falta de educação	• População local • Visitantes	▪ Diminuição do fluxo de turistas, excursionistas, veranistas e visitantes. ▪ Proliferação de insetos e outros animais transmissores de doenças. ▪ Inutilização das águas de rios devido à contaminação. ▪ Diminuição da Pesca. ▪ Apropriação dos espaços de uso da população local.
2. Degradação das paisagens	2.1 Lixo 2.2 Presença de animais na praia 2.3 Ausência de fiscalização	• População local • Donos de peixarias • Visitantes/ banhistas	
3. Depreciação das áreas urbanas	3.1 Despejo de esgoto nas ruas 3.2 Falta de água encanada 3.3 Infraestrutura inadequada – transporte, coleta de lixo 3.4 Uso inadequado de veículos	• População local • Visitantes • Gestores públicos • Donos de automóveis	
4. Destruição dos manguezais	4.1 Retirada de madeira 4.2 Especulação imobiliária 4.3 Pesca predatória 4.4 Apropriação dos espaços	• População • Empresários da construção civil	
5. Degradação do solo	5.1 Queimadas 5.2 Monocultura	• Empresários • Moradores	

Fonte: Solange Coutinho.

No turismo, "a degradação ambiental derivada da atividade reflete-se na mesma com graves efeitos negativos, gerando diminui-

ção da arrecadação de divisas, podendo até extinguir localmente a atividade" (COUTINHO; SELVA, 2005, p. 16). Teoricamente tal fato pode ser demonstrado no modelo de R. W. Butler. Ele esquematiza o ciclo de vida dos destinos turísticos a partir da construção de uma curva – Curva de Butler (Apud PETROCCHI, 2009, p. 29) – derivada da relação número de turistas/tempo. Nela podem ser detectadas situações de expansão, estagnação, decadência e rejuvenescimento de atividades turísticas. De uma forma geral, a sequência exemplifica um local de destino antes pouco visitado que é impulsionado pelo marketing informal, atraindo investimentos e fazendo sucesso. Após isso, predomina a exploração para lucro em curto prazo. Nesse caso, a necessidade de proteção dos serviços ecossistêmicos não é levada em consideração, desvaloriza as potencialidades do destino, influencia a diminuição da produtividade turística e, por consequência, faz o destino entrar em decadência (PETROCCHI, 2009).

Dentro desse mesmo contexto de reflexão, Coriolano e Sampaio (2012) chamam a atenção para a elevada frequência de impactos negativos que a atividade turística promove ao se apropriar do espaço, beneficiando apenas uma reduzida parcela da população local. Ainda segundo os autores, esse panorama conduz instituições como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Turismo, bem como pesquisadores, a lançarem propostas alternativas para o desenvolvimento de atividades turísticas com base local.

Um exemplo claro é dado por Dias (2003, p. 94) ao avaliar os impactos ambientais do turismo. Escreve ele: "perda de biodiversidade na prática implica perda do potencial turístico". Aqui se acrescenta outra consequência: a perda da produtividade na pesca artesanal que em si representa potencial turístico, apesar de poucos a reconhecerem como tal, pois no geral o que se observa é o afastamento, forçado ou não, dos pescadores e pescadoras artesanais das áreas dominadas pelos empresários do setor turístico, por ignorarem o atrativo cênico de uma paisagem que traga na sua composição as atividades daque-

les e daquelas profissionais. "A paisagem, de fato, é uma 'maneira de ver', uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma 'cena', em uma unidade visual. A palavra surgiu no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente" (COSGROVE, 1998, p. 98).

Na direção das oportunidades propiciadas pelo turismo, o destaque foi a possibilidade de complementação da renda dos habitantes do lugar, e não só dos que têm como atividade principal a pesca artesanal. A possibilidade de a população local usufruir da melhoria de infraestrutura para atender a turistas, visitantes, excursionistas e ocupantes de segundas residências também foi apontada, mas em relevância significativamente menor, assim como a criação de unidades de conservação objetivando a proteção dos ecossistemas litorâneos.

Cabe ressaltar que os recursos naturais em si, as paisagens e o patrimônio histórico-cultural foram postos como atrativos ou potencialidades presentes no litoral norte do estado de Pernambuco e no sul da Paraíba. Poderiam ser mais bem utilizados no planejamento e na gestão do turismo e do lazer, apesar de ser notória a dificuldade dos participantes das oficinas em perceber o patrimônio histórico e cultural como atrativo turístico de seus respectivos lugares de moradia. Apenas os ambientes de praia foram de pronto citados.

Quanto às respostas relativas ao questionário aplicado, 62,1% dos respondentes afirmaram que o turismo não traz prejuízo para o município, enquanto 18,5% reconheceram que traz – a maioria destes destacou questões relacionadas ao lixo (Quadro 3).

A justificativa predominante para minimizar ou desconsiderar as consequências negativas foi a geração de renda e emprego. Mesmo aqueles que reconhecem problemas relacionados ao turismo admitem que muitos dos habitantes locais não conseguem se inserir nessa atividade por não estarem qualificados ou por não morarem próximos aos locais de maior presença de turistas, excursionistas, visitantes ou habitantes de segundas residências – as praias.

Quadro 3 - Questionário: você acha que as atividades turísticas trazem prejuízo para o seu município?

MUNICÍPIOS	TOTAL DE QUESTIONADOS	NÃO		SIM		NÃO SABE		NÃO HÁ TURISMO		SEM RESPOSTA	
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Goiana	595	394	66,3	90	15,1	77	12,9	32	5,4	2	0,3
Igarassu	120	88	73,4	12	10,0	15	12,5	4	3,3	1	0,8
Ilha de Itamaracá	120	73	60,9	36	30,0	7	5,8	3	2,5	1	0,8
Itapissuma	120	81	67,5	25	20,9	7	5,8	3	2,5	4	3,3
Caaporã	270	144	53,3	33	12,2	27	10,0	62	23,0	4	1,5
Pitimbu	270	149	55,2	80	29,7	33	12,2	6	2,2	2	0,7
TOTAIS	1495	929	62,1	276	18,5	166	11,1	110	7,4	14	0,9

Fonte: Solange Coutinho.

As pessoas que residem em áreas afastadas das praias julgam não poderem participar dos benefícios que as atividades turísticas propiciam. Dois exemplos estão nas seguintes falas: "Apenas é bom para as pessoas da praia que vendem seus produtos" (G313) e "Turista gosta de passear e ver coisas bonitas, pena no campo não ter lugar bom para ver" (IG946).

Percebe-se que a noção de município não é incorporada ou não é compreendida, assim como a noção de cidade. Em relação aos benefícios das atividades turísticas para a população local, esse fato traz consequências negativas, pois se essas atividades acontecem nas praias do município e as pessoas não se consideram do município, elas se excluem, inclusive dos benefícios, ao não reivindicarem melhor distribuição dos mesmos no planejamento da gestão municipal.

A participação dos habitantes também pode ser de maneira indireta, mas alguns pensam que os únicos beneficiários são os comerciantes ambulantes ou formalmente estabelecidos nas praias. Não entendem que podem produzir ou participar da cadeia produtiva de algo que seja comercializado nas praias, nos bares ou em lojas de artesanato, por exemplo. Também não percebem que outros lugares, além das praias, podem atrair turistas e visitantes. No geral, não há

planejamento das atividades alternativas, inclusive para esclarecer e demonstrar as diversas maneiras de inserção e qualificação da população local a fim de possibilitar uma atuação profissional; muito menos é feito o monitoramento das atividades existentes visando à correção dos desvios. Isso parece se tornar mais necessário ainda em função do que está sendo esperado dos projetos de crescimento econômico para o litoral norte de Pernambuco, onde um polo industrial de grande porte já está em implantação.

Apesar de 87% dos respondentes terem apontado o lixo como principal problema relacionado ao turismo e ao lazer, muitos desses afirmaram que não são os turistas e os veranistas os maiores responsáveis pela deposição inadequada de lixo, mas sim a população local, como se pode perceber nas informações a seguir: "O turista traz desenvolvimento para a Ilha e o povo da região é que joga o lixo nas praias" (ITM892) e "Turismo traz progresso para a cidade e sujar é coisa de moradores" (IG926). Outros informantes, mesmo reconhecendo que atividades de turismo e de lazer causam degradação ambiental, buscaram justificativas para aceitá-las da forma que estão sendo realizadas por propiciarem renda para alguns integrantes da população local. Os depoimentos seguintes confirmam isso: "Traz lixo, por falta de informação da prefeitura que não protege o meio ambiente" (ITM829) e "turista deixa dinheiro para o comércio e limpar cabe à população" (C1075).

Apreende-se dessas falas que há certa permissividade para turistas e ocupantes de segundas residências degradarem o ambiente uma vez que "trazem lucro" – expressão bastante utilizada pelos que responderam ao questionário. Trata-se de um entendimento equivocado em vários sentidos, pois essas práticas implicam a anulação dos direitos dos habitantes locais em troca de vantagens monetárias esporádicas para alguns e a diminuição do fluxo turístico a curto ou médio prazo, podendo até localmente extinguir essa atividade, uma vez que a exigência por locais conservados está crescendo, especialmente por parte daqueles que podem deixar mais divisas nos municípios receptores.

Mais uma questão importante é o julgamento de que cabe à prefeitura limpar, como se fosse permitido sujar porque tem quem limpe, porque se paga imposto para isso. Tal compreensão é errônea, pois não cabe à população apenas pagar imposto. Isso não lhe dá direito de degradar o ambiente e ampliar o esforço de trabalho dos que desenvolvem atividades de limpeza e conservação de objetos e lugares. A degradação ambiental deve ser evitada e todas as pessoas que de forma direta ou indireta influem nas condições ambientais, moradores ou não, são responsáveis pela qualidade do meio.

Permitir que outras pessoas promovam a degradação do seu espaço, depreciem o local onde se reside e/ou se trabalha, demonstra ausência de um sentimento importante à proteção ambiental – o pertencimento, o orgulho de fazer parte do lugar. É preciso exigir que o turista, o visitante, o excursionista e o habitante de segunda residência mantenham o meio ambiente preservado, o que certamente atrairá mais visitas e estadas. Exemplos em nível nacional e principalmente no âmbito internacional comprovam isso.

Outra resposta para justificar a negativa à questão posta foi a importância dada ao turismo por este trazer conhecimento à população local: "Adquirimos mais conhecimento com os turistas" (G44); "aprendemos com os turistas" (G484); "educa mais a população, nos ensina bons modos" (G548). Essa é mais uma visão invertida, pois os turistas e visitantes deveriam obter conhecimentos das pessoas do lugar. Além disso, esse entendimento pode vir a causar perda de identidade cultural, já que a resposta é recorrente. É a população local que precisa estar educada/preparada para receber bem os que chegam, para saber indicar lugares, para exigir respeito à cultura, à história, à arquitetura, aos recursos naturais e às pessoas do lugar.

Entre as respostas das pessoas que consideraram que as atividades de turismo e lazer causam prejuízo para o município, destaca-se o seguinte relato: "Quem vem de lancha deixa óleo no mar" (G387). Essa é uma observação muito importante e sua veracidade

é facilmente verificada em vários pontos do litoral, não só na área objeto do estudo. Entretanto, foi dita apenas uma vez em todo o universo dos que responderam ao questionário, diferentemente do que sucedeu nas oficinas, pois esteve presente em todas elas. O óleo que é liberado para a água, acidentalmente ou por desleixo dos responsáveis pelas embarcações, é uma das principais causas de alterações nas dinâmicas ecológicas: atinge espécies componentes dos diferentes elos das cadeias alimentares e, assim, alcança distintas teias tróficas, causando impacto direto ou indireto na pesca artesanal.

Considerações finais

As relações entre as atividades turísticas e as dinâmicas ecológicas e sociais podem ser positivas ou negativas, conforme este estudo constatou. Tais atividades, quando bem conduzidas, respeitando a capacidade de suporte do meio, os costumes e as necessidades do lugar, são capazes de trazer bons resultados para a economia local e o bem estar dos habitantes, bem como de contribuir para a proteção do meio natural e construído. Porém, quando não são planejadas, geridas e monitoradas adequadamente, podem vir a degradar o meio em que são executadas. Mas não só o meio natural, também as características sociais, provocando modificação nos elementos da cultura da população local, aumento do custo de vida e até prejuízo às atividades habituais das pessoas do lugar, inclusive os trabalhos que propiciam renda e qualidade de vida satisfatória e que estão relacionados de maneira direta ou indireta com as paisagens geográficas e a disponibilidade dos recursos naturais bióticos.

Entende-se que seja necessário destacar o caráter político da discussão acerca da proteção da natureza, uma vez que esse debate remete a conflitos de interesses específicos relacionados ao uso dos recursos que envolvem comunidades locais e domínios econômicos

internos e externos ao lugar. Mais que isso: observa-se a ausência de integração entre os diferentes setores da gestão pública no que diz respeito a priorizar a sustentabilidade para o desenvolvimento de atividades turísticas. As consequências disso se refletem negativamente nessas atividades através da eliminação de atrativos e de potencialidades. É nesse momento que são reconhecidos os encontros e desencontros entre turismo, lazer e proteção do meio ambiente, além das consequências para as populações tradicionais – estas muitas vezes iludidas pelo discurso de que as atividades em questão, sejam elas de que forma forem, proporcionarão melhoria à qualidade de vida dos habitantes do lugar ao promoverem aumento de renda.

Outra questão marcante é o posicionamento de gestores e dos meios de comunicação ao se referirem aos objetivos da proteção ambiental. É dada ênfase, especialmente em relação às áreas de praia, ao ambiente macroscopicamente limpo, visando ao bem estar do turista, do veranista e do visitante. Deixa-se de priorizar o conhecimento necessário para a compreensão das repercussões negativas advindas das perturbações nas dinâmicas ecológicas e sociais, inclusive aquelas não expostas ao olhar e ao olfato desse público específico. Nesse sentido, a educação ambiental nos mais diversos segmentos da sociedade, incluindo os gestores públicos e suas equipes, surge como instrumento de sensibilização para favorecer as mudanças de comportamento, de planejamento e de gerenciamento das atividades turísticas. Isto quando a educação ambiental é tida como produtora de conhecimento e da compreensão das múltiplas e constantes interações entre os elementos do meio, desenvolvendo-se de maneira contínua e articulada nos âmbitos formal, não formal e informal.

Ignorar as dinâmicas ecológicas e sociais é considerar que os sistemas e seus subsistemas sejam estáticos, imutáveis no espaço e no tempo, sem fluxos de matéria, de energia e de informação, por exemplo. Mas isso representaria uma situação totalmente diferenciada da realidade. As paisagens ficariam inalteradas, o que é incon-

cebível até na mais simples das percepções sobre as características básicas dos ambientes naturais e construídos.

As pessoas que participaram das oficinas onde houve a pesquisa se mostraram muito mais sensíveis e preocupadas com as relações desarmônicas entre turismo, lazer e pesca artesanal, o que é compreensível pelo fato de várias delas representarem lideranças (caso dos pescadores) e formadores de opinião (grupo constituído por professores e pesquisadores) cientes de suas responsabilidades para com as respostas do questionário aplicado. Este, no entanto, não foi direcionado a um público específico e, assim, proporcionou aos pesquisadores a oportunidade de analisar conteúdos de opiniões diversificadas a partir de diferentes setores da sociedade com níveis variados de envolvimento em relação às questões ambientais e à pesca artesanal.

Referências bibliográficas

ALENCAR, A. L. H. **Estilo de vida e sociabilidade**: relações entre espaço, percepções e práticas de lazer na sociedade contemporânea. Recife: Editora Massangana, 2008.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1997.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto s/nº de 26 de setembro de 2007**. Cria a Reserva Extrativista Acaú-Goiana nos Municípios de Pitimbu e Caaporã, no estado da Paraíba, e Goiana, no estado de Pernambuco, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2007.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000.

CORIOLANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (orgs.). **Turis-**

mo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: EdUCE, 2012. p. 43-57.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo das paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato: ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

COUTINHO, Solange Fernandes Soares; SILVA, Erica de Souza; SILVA, Patrícia Alves da. Educação ambiental e sustentabilidade social e ecológica dos lugares turísticos e de lazer. **Anais** do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo, v. 5, n. 4, nov. 2012, p. 764. ISSN 983-9391. Disponível em: <file:///C:/Users/UFES/Downloads/721-2379-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

COUTINHO, S. F. S.; SELVA, V. S. F. **Turismo e desenvolvimento local**. Fortaleza: Semace, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

LICKORISH, L. J. ; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARCELLINO, N. C. **Estudo do lazer**: uma introdução. São Paulo: Autores Associados, 1996.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos da ecologia**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão *et al*. Projeto EduMar – Educação/ Interpretação Ambiental Marinha para Mergulho Recreativo. In: PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **Educação ambiental marinha e costeira no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 133-141

PERNAMBUCO, Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Unidades de Conservação**. Recife: CPRH, 2010. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/home>. Acesso em: 14 fev. 2011.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da educação ambiental. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005. p. 3-112.

PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2002.

Capítulo 4

Jangadas e jangadeiros: presença histórica de uma cultura marítima

Cristiano Wellington
Noberto Ramalho

Apresentação

Quem via de longe, pensava que era só soltar a jangada com o terral, deixar a bicha correr de vela aberta, depois fundear, soltar a linha a chegar o peixe. Que nada! Precisava de tino, de cabeça. (José Lins do Rego, Riacho Doce).

O presente texto apoia-se, em parte, em dados estatísticos, pesquisa bibliográfica e relatos de viajantes sobre o tema dos jangadeiros. Buscou-se, com isso, construir um panorama histórico e atual, mais abrangente, relativo à presença desse pescador no Nordeste brasileiro.

Somando-se a tais procedimentos de análise (bibliográfico e estatístico), um estudo etnográfico foi realizado em uma praia situada no estado mais significativo em número de jangadeiros no Brasil, que é Pernambuco, segundo dados do CEPENE-IBAMA[22] (2006). A partir dessa informação, escolheu-se a localidade de maior produção e presença de jangadeiros em Pernambuco: o município de São José da Coroa Grande. Distante 125 km de Recife, esse município abriga a última praia do litoral sul pernambucano antes de Alagoas (sobre isso ver os quadros no próximo item deste artigo).

[22] Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE). Este órgão era ligado ao IBAMA, passando para o controle do ICMBio em 2007.

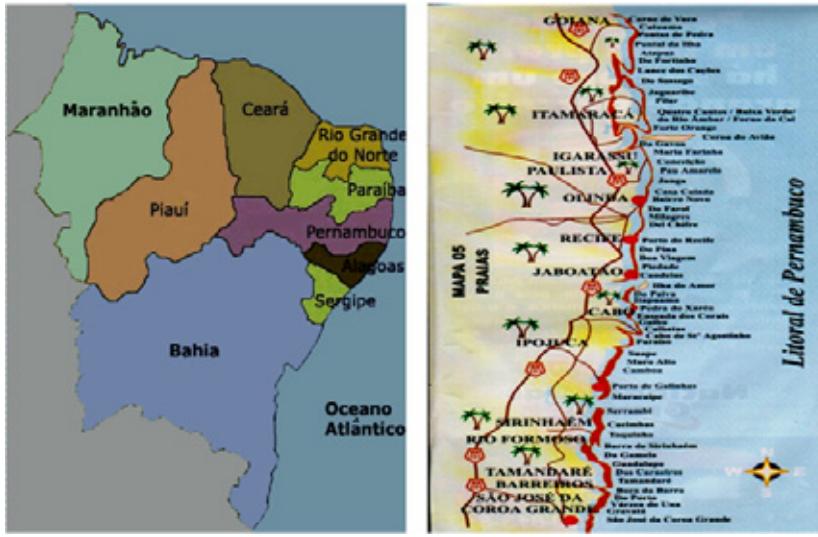


Figura 18 – Mapas do Nordeste do Brasil e do litoral de Pernambuco, indicando a localização de São José da Coroa Grande, no extremo sul do estado
Fonte: IBAMA, 2005.

Durante o período da pesquisa de campo, de junho a dezembro de 2008, foram entrevistados doze jangadeiros (os mais antigos e os mais jovens da comunidade dispuseram-se a dialogar conosco), efetuados inúmeros registros fotográficos e anotações de campo decorrentes das observações *in loco* sobre o cotidiano da comunidade (embarques, desembarques, vendas de pescados, trabalho e relação com atravessadores, veranistas, turistas, poderes públicos, etc.), bem como estabelecidas conversas (gravadas ou não) com os sujeitos sociais envolvidos diretamente com a pesca artesanal (jangadeiros, comerciantes, donos de barcos e pescadores de bote). Chegamos a morar por mais de um mês na localidade – de outubro a novembro de 2008 – com o intuito de melhor desvelar o cotidiano dos jangadeiros.

As questões que almejamos responder com este escrito são as seguintes: quem são, historicamente, os jangadeiros? Que mudanças atingiram os pescadores de jangada? Qual a importância desses trabalhadores nos dias de hoje?

Um conceito denominado cultura marítima guiará este debate por meio da articulação de elementos materiais e imateriais presentes no universo do trabalho e da sociabilidade dos jangadeiros. Tais elementos são códigos, normas, valores, sociabilidades, linguagens, saberes, organização produtiva, acervo técnico-tecnológico, os quais foram capazes de possibilitar a (re)produção sociocultural dos homens no mar.

> Desta forma, a noção de cultura marítima aponta para a existência de noções e princípios que estão além do momento de produção e que também a antecedem, perpassando a ordem social, a lógica e os valores das sociedades de pescadores marítimos (MALDONADO, 1993, p. 34, grifos nosso).

Tal concepção aproxima-se da ideia de maritimidade:

> Daí, a importância do conceito de *maritimidade*, entendido como um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo, simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo. A maritimidade não é um conceito ligado diretamente ao mundo oceânico, enquanto entidade física é uma produção social e simbólica [grifo do autor] (DIEGUES, 2004, p. 15-16).

Tal conceito aparecerá, ora oculto, ora mais explícito, ao longo da análise deste artigo.

Panorama geral sobre os jangadeiros

No ano de 1957, o Ministério da Agricultura do Brasil, por meio do Serviço de Integração Agrícola (SIA), produziu um importante estudo na sua coleção Documentação da Vida Rural sobre pescadores artesanais, fundamentalmente quando publicou o clássico livro Jangadeiros, de autoria de Luís da Câmara Cascudo[23].

[23] Sobre o livro, ler Miller (2010).

No prefácio do estudo de Cascudo havia a seguinte previsão realizada por José Vieira (na época diretor do SIA): "*Jangadeiros* representa, assim, a reconstituição real de uma época que, felizmente, tende a desaparecer [...]" (1957, p. 8, grifo do autor). Desaparecimento esse que supostamente daria lugar ao surgimento de um Brasil moderno, sinônimo de industrialização na terra e no mar.

Transcorridos 56 anos desde a publicação de tão relevante e pioneira obra, a realidade revelou que os jangadeiros ainda continuam trabalhando e habitando em diversas áreas do litoral do Nordeste do Brasil, embora "novos" discursos escatológicos surjam sobre o fim deles, dentro e fora da academia. A Rede Globo, por exemplo, através da série *Globo Mar*, apresentada pelos jornalistas Ernesto Paglia e Glenda Kozlowski, na sua segunda fase, produziu uma reportagem sobre jangadeiros cearenses, transmitida em rede nacional no dia 11 de abril de 2011. Nessa reportagem foi afirmado – na abertura e no desfecho da matéria, respectivamente – que a vida dos pescadores "é uma tradição que está com os dias contados" (Glenda Kozlowiski) e que "deixamos o Ceará com a sensação de que é pouco provável que esta profissão valente resista a outras sete décadas de sal e de vento" (Ernesto Paglia).

É claro que a existência dos pescadores jangadeiros não passou incólume ao conjunto de mudanças socioeconômicas vivenciado em muitas localidades costeiras (urbanização, turismo, desmatamento de mangues e outros conflitos urbanos e rurais) e que também se apresentou no universo técnico e tecnológico incorporado à própria pesca artesanal (barcos motorizados, por exemplo) nessas últimas cinco décadas. Tudo isso, sem dúvida, provocou uma diminuição da pescaria desenvolvida com uso da jangada nesse período (DIEGUES, 1983; RAMALHO, 2007). Contudo, é oportuno ressaltar que isso não significou a extinção dos jangadeiros e de seu secular trabalho, como desejava e julgava salutar José Vieira e postulou, em tom mais uma vez profético, a referida matéria da Rede Globo.

As jangadas e os jangadeiros ainda continuam a habitar e a marcar uma região que se tornou sinônimo de seu modo de vida,

trabalho e cultura, o Nordeste brasileiro. É nessa região, especialmente indo do Ceará até o sul da Bahia, que os jangadeiros estão presentes, como escreveu Diegues e Arruda (2001) e confirmam os dados do CEPENE (2003; 2004; 2006) sobre o número de embarcações e da produção pesqueira nacional.

De fato, segundo o CEPENE-IBAMA, em 2006 existiam 2.380 jangadas cadastradas oficialmente junto ao Poder Público Federal. Pernambuco é o estado com o maior número de jangadas (769), inclusive proporcionalmente, e o Rio Grande do Norte possui o menor contingente (152)[24]. Ao todo, os jangadeiros foram responsáveis, no ano de 2006, pela captura de 4.270,6 toneladas (t) de pescados, quantidade próxima do total da produção pesqueira anual realizada em Sergipe no mesmo ano, que foi de 4.353,6 (t). Ademais, das 2.144 jangadas existentes, 769 situam-se nas praias pernambucanas e 166 estão situadas no município de São José da Coroa Grande, o mais expressivo do aludido estado (ver Quadros 4, 5, 6 e 7)[25].

Quadro 4 – Número de jangadas no Nordeste, Brasil (2006)

Número de jangadas no Nordeste, Brasil (2006)*		
Estados	**Número absoluto**	**%**
Ceará	314	13
Rio Grande do Norte	152	6
Paraíba	266	11
Alagoas	678	28
Bahia	201	8
Pernambuco	**769**	**32**
Total	**2.380**	**100**
São José da Coroa Grande	**166**	**7**
Fonte: CEPENE/IBAMA * Vale destacar que o ano de 2006 foi o último a ter a produção pesqueira minuciosamente detalhada por embarcação, setor, artes de pesca, estados e municípios.		

Fonte: Cristiano Ramalho, 2006.

[24] Vale frisar que Sergipe, embora esteja entre Alagoas e o estado da Bahia, não tem jangadeiros.

[25] Das 603,2 (t) de pescados capturados em São José da Coroa Grande, 224,4 (t) resultaram do trabalho dos jangadeiros locais. De maneira geral, a pesca realizada nesse município é a mais expressiva de todo litoral sul pernambucano, com uma produção estimada em aproximadamente 4,3% (479 toneladas) do estado, que foi de 13.999,5 (t) de pescados no ano de 2006, e por volta de 30% do total capturado no litoral sul pernambucano, 2.277 (t). Além disso, São José da Coroa Grande responde por cerca de 8% das embarcações artesanais em Pernambuco (292 de um total de 3.601). O forte da produção pesqueira pernambucana concentra-se no litoral norte, em municípios como Goiana e Itapissuma, por exemplo, que juntos respondem por mais de 57% do total de pescados capturados em 2006 (CEPENE, 2006).

Quadro 5 – Produção pesqueira dos jangadeiros por tonelagem no Nordeste, Brasil (2006)

Produção pesqueira dos jangadeiros por tonelagem no Nordeste, Brasil (2006)		
Estados	**Número absoluto**	**%**
Ceará	619,6	15
Rio Grande do Norte	753,6	18
Paraíba	302,8	7
Alagoas	1624,9	38
Bahia	98,4	2
Pernambuco	**871,3**	**20**
Total	**4.270,6**	**100**
São José da Coroa Grande	**224,4**	**5**
Total da produção pesqueira de Sergipe	**4.353,6**	
Fonte: CEPENE/IIBAMA		

Fonte: Cristiano Ramalho, 2006.

Quadro 6 – Municípios com jangadeiros no Nordeste e em Pernambuco

Municípios com jangadeiros no Nordeste e em Pernambuco (2006)		
Estados	**Número absoluto**	**%**
Ceará	14	16
Rio Grande do Nordeste	16	19
Paraíba	9	11
Alagoas	14	16
Bahia	19	22
Pernambuco	13	15
Total Nordeste	**85**	**100**
Fonte: CEPENE/IBAMA		

Fonte: Cristiano Ramalho, 2006.

Quadro 7 – Quantidade de jangadas em municípios pernambucanos

Quantidade de jangadas em municípios pernambucanos (2006)		
Municípios	**Número absoluto**	**%**
Goiana	**63**	8
Ilha de Itamaracá	**75**	10
Paulista	86	11
Olinda	90	12
Jaboatão	22	3
Cabo de Santo Agostinho	13	2
Ipojuca	60	8
Sirinhaém	108	14
Rio Formoso	25	3
Fernando de Noronha	1	0
Tamandaré	60	8
São José da Coroa Grande	**166**	**22**
Total de jangadas em Pernambuco	**769**	**100**
Fonte: CEPENE/IBAMA		

Fonte: Cristiano Ramalho, 2006.

Contudo, as jangadas estão mais concentradas na área que vai do estado de Alagoas ao do Ceará, como atestaram os dados supracitados e foi identificado por Câmara Cascudo desde a década de 1950.

> Do litoral de Alagoas até as águas do Ceará boiam cerca (sic) de mil e quatrocentas jangadas. Cada jangada tem três homens de serviço: mestre, proeiro e bico de proa. Quatro mil e duzentos pescadores vivem da jangada. Como todo pescador é prolífero, dando média de seis pessoas de família, taxa baixa de sustentação doméstica, vemos vinte e cinco mil e duzentas bocas (sic) alimentadas pelos jangadeiros. (CASCUDO, 1957, p. 15).

Indo no caminho do texto de Câmara Cascudo, nossas observações de campo revelaram que, normalmente, em uma jangada chegam a trabalhar, em média, de dois (mestre e proeiro) a quatro pescadores (um mestre e três proeiros), a depender do tamanho, do tipo da jangada e dos objetivos que se deseja ou das condições existentes para tornar-se pescador. Jangadas inspiradas em modelos mais antigos são as de maior porte; as atuais, feitas de isopor e madeira, são de menor tamanho.

Sobre isso, escreveu Helena Tassara (2005, p. 40):

> O corpo principal de uma jangada, tradicionalmente, era construído com cinco ou seis paus, toros ou rolos de uma madeira bastante leve, de fácil flutuar, conhecida como piúba, pau-de-balsa, jangadeira, embira-branca ou pente-de-macaco. Em língua indígena, a contração a-pe-iba que gerou a palavra piúba significa "árvore de flutuar" ou "pau que flutua". Vários outros tipos de madeira encontrados nas matas tropicais que bordejavam o litoral nordestino também eram utilizados na construção de diferentes partes da jangada e de seus instrumentos de navegação.

Algumas mudanças tiveram como meta chegar mais distante da costa. Há jangadas que alcançam a parede (talude), indo de vinte a quarenta milhas da costa nordestina, a partir das características do litoral. As de menor porte navegam próximo à costa. No geral,

de acordo com o que foi visto *in loco*, podemos estimar que haja aproximadamente oito mil pescadores jangadeiros no país. Entretanto, segundo o CEPENE-IBAMA (2006), no Nordeste, a média é que uma jangada leve de três a cinco homens, permitindo supor que o número de pescadores de jangada pode alcançar até 11.900 pessoas envolvidas diretamente na atividade.

Figura 19 – Jangadas para pescas próximas à costa
Fonte: acervo pessoal de Cristiano Ramalho 2008.

Figuras 20, 21 e 22 – Jangadas de alto-mar
Fonte: acervo pessoal de Cristiano Ramalho 2008.

Apesar de não ser mais o personagem preponderante na pescaria artesanal (há hoje um grande número de canoeiros e pescadores de barcos motorizados, por exemplo), o modo de vida dos jangadeiros ainda é marcante em várias comunidades praieiras

do Nordeste, configurando as paisagens sociais e culturais, além de ser importante economicamente para pelo menos 85 municípios da aludida região (CEPENE-IBAMA, 2006). Nesses municípios, os jangadeiros são representantes vivos de um patrimônio material e imaterial relativo à cultura marítima, uma das mais consistentes referências para o ofício marítimo pesqueiro e que resiste secularmente às agudas dificuldades impostas, por exemplo, pelos avanços tecnológicos e mercadológicos. Diante disso, para alguns, "os jangadeiros constituem, talvez, os pescadores artesanais por excelência" (TASSARA, 2005, p. 36). Hilton Sette, no fim da década de 1950, ao escrever sobre Pernambuco, acrescentou que "é a jangada o elemento fixador da população ribeirinha do Atlântico em nosso estado" (SETTE, 1959, p. 239).

Panorama histórico: o nascimento dos jangadeiros em Pernambuco[26]

O trabalho da pesca artesanal no Brasil e, principalmente, na região nordestina surgiu e desenvolveu-se (do período Colonial ao Império) fundamentado, em grande medida, na força de trabalho negra escrava, assim como aconteceu com as demais atividades de cunho artesanal no país (SILVA, 2001; RAMALHO, 2008).

Do século XVII em diante, inúmeros negros advindos do continente africano, que já detinham conhecimento de atividades piscosas acabaram incorporados, através de seus senhores, ao setor pesqueiro. Nas áreas costeiras da África, de clima semelhante ao do Brasil, diversos homens já praticavam a pesca e, por isso, haviam construído uma cultura do trabalho marítimo no mar e nos rios. Devido a isso, alguns escravos tinham suas vendas definidas por

[26] Item – referente à questão histórica – foi aprofundado em texto anterior: Ramalho (2009).

seus talentos produtivos, diminuindo o tempo de preparação para o exercício de certos ofícios, inclusive o da pesca.

> Constitui um fato que algumas das diversas nações ou etnias africanas envolvidas no tráfico atlântico entre os séculos XVII e XIX detinham um arcabouço técnico simples, de pequena escala (armadilhas, redes e embarcações), empregado na pesca marítima e litorânea e na navegação por rios e mar (SILVA, Idem, p. 61).

Paralelo ao trabalho de pescaria artesanal feito por negros existia o dos brancos livres e pobres. Contudo, estes procuravam locais mais afastados e piscosos em Pernambuco (Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Itamaracá), a fim de exercerem o seu mister (SILVA, Ibidem) e para fugir, dentre outras coisas, da presença do trabalho escravo e da concorrência.

Os fatores que colaboraram para que esses homens ligados a setores subalternos de nossa sociedade entrassem ou permanecessem na pesca foram vários. Havia grande disponibilidade de matérias-primas para a confecção de jangadas, graças ao número expressivo de matas existentes e à facilidade de construção desse equipamento (RAMALHO, Idem). A confecção da jangada não demandava muitas dificuldades porque, além da matéria-prima disponível, a técnica de fabricação era largamente dominada pelos índios da região litorânea; foi, inclusive, rapidamente adotada pelos que aqui chegaram (portugueses e africanos).

Além disso, diante da presença de arrecifes, dos tipos de praia e ventos e da plataforma costeira estreita, "o homem desenvolveu uma embarcação extremamente adaptada ao meio: a jangada. De fabricação simples, a jangada tem boa estabilidade, facilidade de encalhe em qualquer praia desabrigada e possibilidade de passar por cima das barreiras de recife" (VASCONCELLOS; DIEGUES, SALES, 2007, p. 42).

A estrutura da jangada realizada sob o referencial técnico-tecnológico indígena perdurou por quase dois séculos (século XVI e XVII) de colonização lusitana. Tornou-se mais sofisticada no mo-

mento em que se percebeu o valor e o papel estratégico da pesca, na conquista de alimentos para um crescente mercado consumidor oriundo da população urbana, bem como das áreas rurais (habitantes dos engenhos de açúcar, seja da casa-grande, seja da senzala ou dos moradores de condição). Isso fez com que a pesca artesanal cumpris-se papel integrado para a economia dominante da época.

Por conta dessa dinâmica socioeconômica, foi preciso navegar mais distante e passar mais tempo longe da costa, fato que se deu entre o final do século XVIII e o início do XIX, no entender de Cascudo (2002). No período de "exclusividade" do modelo indígena de pescaria de jangada, a organização do trabalho não sofreu grandes alterações, tendo em vista que o menor porte do equipamento de navegação, que poderia ser conduzido normalmente por apenas um homem, explicitava, em forte medida, as demandas concentradas na subsistência alimentar das populações nativas; nesse caso, a venda de pescados ocupava valor secundário. Além dos pescadores de subsistência, muitos homens que capturavam pescados em mangues, rios e à beira-mar o faziam de forma complementar ao trabalho agrícola e/ou doméstico, ora para agregar esse componente à sua alimentação e de sua família, ora para atender aos desejos dos senhores de engenhos e sobrados (RAMALHO, 2007).

O crescimento da demanda alimentar e comercial levou pescadores a incorporarem em suas jangadas vários elementos da tradição portuguesa de pescar, como a vela latina[27], o banco do mestre, o leme, a poita (ou fateixa)[28] e o anzol de ferro, que substituiu o de

27 Embora a vela latina tenha sido trazida por portugueses ao Brasil Colônia, vale salientar que este instrumento de navegação não é de origem lusitana. O historiador Fernand Braudel, por exemplo, afirmou que a vela latina era utilizada por embarcações no Oriente a mais de mil anos a. C.: "La vela triangular del oceano Índico. El Islam, unos dos milenios más tarde, introducirá en el Mediterráneo esta vela exótica (tan bien adaptada que se considerará, con respecto al Atlántico, como típicamente mediterránea y se llamará "latina"). La pintura tebana sugiere, pues, unos vínculos con la otra zona de vida marítima gobernada, desde el Golfo Pérsico a las Indias, por el régimen de los monzones" (BRAUDEL, 1998, p. 121).
28 Segundo Ramalho (2007, p. 299), a fateixa é uma "armação de madeira em forma de X, de cima a baixo, com uma pedra grande e redonda (entre três a cinco quilos em média) no meio, que é pressionada pelas madeiras. Funcionava como âncora, nas jangadas, em épocas atrás. Atualmente, é utilizada mais para segurar os covos no fundo do mar".

espinha. Ademais, as madeiras deixaram de ser rolos e o tamanho da embarcação aumentou. Concomitantemente a isso, para que tais componentes pudessem ser utilizados, ocorreu a difusão da arte de pescaria graças ao aparecimento dos misteres pesqueiros, os quais permitiram o surgimento de profissionais vinculados exclusivamente ao setor formado por homens livres ou por escravos, na maioria, de ganho. Em suma, as transformações na concepção da jangada representaram, além dos elementos já aludidos, a hegemonia da arte de ser pescador e a consolidação dos misteres ligados a um saber-fazer mais aprofundado sobre o amplo circuito da atividade pesqueira.

> A jangada histórica, sem leme de governo, sem vela e sem bolina, sem poita e tauaçu sem banco e espeques, sem toletes e calçadores, era dirigida por um simples remo de uma só folha, olhando a praia, com o indígena sentado, pernas estendidas e linha da mão. Já cento e cinquenta anos depois é uma embarcação dirigida, afastando-se da costa, rumando mar largo, ampla, veloz, *útil para vários misteres* [grifos meus] (CASCUDO, Idem, p. 116).

A incorporação de tecnologias e de técnicas lusitanas projetou-se articulada à permanência dos saberes indígenas, como foi o caso da própria jangada. Ou seja, não se excluiu o saber-fazer nativo no manejo e na construção de armadilhas e na navegação.

Além da fartura de ingredientes para a produção da jangada, a adaptabilidade dessa embarcação às características naturais do ambiente marinho e o aproveitamento de ventos com o uso da vela para alcançar distâncias maiores em mar-alto possibilitaram uma melhor apropriação dos pescados e das potencialidades náuticas existentes, fato comprovado pela proliferação desse tipo de embarcação em vários estados nordestinos ainda hoje (Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte), diferentemente do que ocorreu em outras regiões brasileiras. Embora a jangada tenha se tornado sinônimo de pesca no Nordeste brasileiro, ela também fez parte do cotidiano de outras regiões brasileiras, a partir das mon-

ções, como frisou Sérgio Buarque de Holanda:

> Se faltasse arvoredo próprio para a construção de canoas ou madeiras inteiriças, o mérito eram as jangadas, que se fabricavam com paus roliços e seriam pouco diferentes das primitivas piperis indígenas. Não escasseiam notícias sobre o emprego desse tipo de embarcação, durante as grandes entradas paulistas. Parece, entretanto, que a tradição de seu uso cedo se perdeu nos rios do Brasil Central, em cujas margens abundavam os paus de canoa, só se mantendo por mais algum tempo nas regiões relativamente despidas do extremo-sul (HOLANDA, 1990, p. 21-22).

Além disso, a instalação, nas jangadas, do banco de mestre (banco de governo em algumas localidades), que conferiu maior precisão ao trabalho marítimo e ajudou a dar direção mais precisa a tal instrumento produtivo nos caminhos das águas, através do uso do leme (ou remo de governo) situado na popa, simbolizou, sem dúvida alguma, a instauração de uma hierarquia no saber-fazer, de um domínio mais rigoroso e de um exercício sofisticado de uma cultura de um ofício marítimo, cuja tradução manifestou suas marcas, ora na presença, a partir daí em diante, do mestre no comando do barco, ora na cultura material que renovou essa embarcação de vida secular com a chegada do banco do mestre, da vela triangular, do leme, etc. Sendo assim, a entrada e a hegemonia do mestre na pesca artesanal representaram, ao mesmo tempo, a incorporação da arte de ser pescador à pesca de jangada, a conquista de espaços mais amplos no mar e o predomínio de uma técnica mais rica de manejo e desvelamento dos territórios aquáticos marinhos. Fez-se emergir, assim, um modo de vida pesqueiro de alto-mar, uma cultura marítima de trabalho e sociabilidade.

Cabe ressaltar que, quando a pesca era praticada no mar perto da costa (ou dentro dos rios), não havia maiores imperativos no campo de uma organização mais complexa do trabalho e tampouco um maior apuro de técnicas e tecnologias náuticas e pesqueiras adaptadas à jangada indígena.

> Ficaram pescando perto da costa, mariscando, suprindo os engenhos, confiado o emprego aos escravos brasileiros, os brasis. Não se aventurariam mar afora sem possibilidade de direção segura e emprego do vento. Não há alusão quinhentista sobre vela em jangada ou qualquer embarcação aborígene (CASCUDO, 1957, p. 12).

As transformações tornaram-se necessárias desde que se almejou aumentar a produção de pescados e ter certa rotinização do produto[29], particularmente numa época em que o peixe "era artigo de primeira necessidade numa sociedade católica, isto é, num mundo social em que a dieta à base de peixe fazia parte do calendário litúrgico" (SILVA, 2005, p. 69), componente e hábito alimentar que dava respaldo à fé, explicitando, assim, a força – em termos subjetivos e práticos – da Igreja Católica também nesse universo.

A introdução dos itens aludidos (técnicas, tecnologias e organização do trabalho) deu maior vigor à ecologia marítima da região por meio da apropriação humana desse cenário. Permitiu-se, assim, a captura de pescados de maior valor pecuniário e gastronômico, além da instauração, de modo mais agudo, de uma maior racionalidade econômica entre os pescadores (RAMALHO, 2008). Algo semelhante aconteceu em São Paulo séculos depois, quando os caiçaras direcionaram sua atenção em grau mais intenso para a pesca artesanal, como bem revelou Fernando Mourão (2003):

> A pesca tende a especializar a população ribeirinha no sistema lagunar de Cananéia e, à medida que se desenvolve a comercialização e a tecnologia, o caiçara torna-se cada vez mais um pescador, distanciando-se da agricultura de subsistência (Idem, p. 127).

[29] Em 1648, por exemplo, existia um pequeno mercado público exclusivo para a venda de pescados em Recife (MELLO, 1987).

Tudo isso produziu e foi reproduzido por uma cultura marítima, expressa na categoria móvel e movente de maritimidade (DIEGUES, 2004; MALDONADO, Idem).

Muitos viajantes europeus chegaram a narrar a forma das jangadas, a grande quantidade de pescadores e a habilidade desses homens negros que as manejavam com destreza no mar pernambucano. Em 1816, Louis-François Tollenare afirmou:

> O mar estava coberto de jangadas ou pequenas balsas do país, nas quais os negros pescadores se aventuram com uma audácia assombrosa. As jangadas se compõem de três pedaços de madeira de 12 a 15 pés de comprido e 8 a 9 polegadas de largo, apenas esquadriados e ligados por travessas; uma delas é munida de um buraco no qual se implanta o mastro que suporta uma vela triangular de algodão; na outra há um pequeno banco, de dois pés de altura, sobre o qual se acocora o piloto, a fim de colocar-se um pouco ao abrigo das vagas, que a todo o instante alagam a embarcação.
> Uma estaca fincada atrás do mastro serve para suspender o saco da farinha e a cabaça de aguardente. Cada jangada é tripulada por dois ou três homens [...] (TOLLENARE, 1978, p. 17-18).

Ainda no início do século XIX, George Gardner descreveu a estrutura da jangada pernambucana quando de sua chegada ao Porto de Recife:

> Enquanto esperávamos o momento de entrar no porto, perto de nós passou grande número de barcos de pesca, de construção originalíssima: chamam-se jangadas e são formadas de quatro ou mais peças de madeiras, atadas umas às outras, com um mastro e uma grande vela, um banco fixo em forma de mocho; mas, como não têm costados, as vagas rebentam de contínuo sobre eles; entretanto, navegam com bastante rapidez e aventuram-se a grande distância (GARDNER, 1942, p. 64).

A partir da expansão de tecnologias lusitanas, o desenvolvimento da jangada articulou-se à elevação da própria complexidade produtiva da pesca artesanal, já que o maior distanciamento da costa

exigiu, acima de tudo, maiores entendimentos sobre o saber-fazer pesqueiro, o aparecimento de uma verdadeira arte da pesca e, com isso, a construção de uma cultura marítima. Sendo assim, clarificou-se uma existência pautada na maritimidade entre esses homens jangadeiros.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se afastou da organização produtiva indígena, a cultura marítima em Pernambuco emergiu com o emprego do modelo português, o qual se vale de um mestre e dois proeiros, no máximo.

No caso dos instrumentos de captura (redes e demais armadilhas), a facilidade de acesso e de feitura também se repetiu devido à disponibilidade de matéria-prima, como aconteceu com as embarcações, tomando como referência os já trabalhados em Portugal e o estilo de construção nativa, que também já usava esses materiais. Por exemplo, as linhas e as redes eram feitas de fio de macaíba, ticum (ou tucum, a depender da região), principalmente, e algodão (COSTA, vol. I, 1951; vol. VII, 1958)[30].

O ticum, por exemplo, era um material usado por várias comunidades pesqueiras de Portugal (BRANDÃO, s/d[31]), por diversas populações indígenas e, em seguida, por muitas comunidades de pescadores ao longo do litoral brasileiro (ADRIÃO, 2003[32]; MUSSOLINI, 1980[33]). Em Pernambuco, a utilização desse material durou até bem

[30] Mais uma vez, Pereira da Costa ilustrou esse processo na pesca. Sobre a macaíba, por exemplo, o referido historiador escreveu: "É uma palmeira muito abundante, cujas fôlhas dão um linho fino e forte, com que se pode fabricar cordoalha de grande resistência, fios para rêde de pescaria, costura de calçados e outras aplicações. Resiste por muito tempo à ação da água salgada" (1958, vol. VII, p. 296). Em relação ao ticum (ou tucum), "é uma palmeira que produz linho muito fino e rijo. Fibra consistente para o fabrico de abanos, balaios, cestos, chapéus, esteiras, vassouras, artefactos de pesca, etc." (Idem, p. 296). Em outro trabalho, Pereira da Costa (1951, vol. I, p. 569) continua a abordar o tema do fabrico das redes de pesca: "Assim, do algodão e do tucum, depois de tecidos, empregavam-nos no fabrico de rêdes [...] Das cascas e fibras e palhas de palmeiras faziam cofos e balaios; para a pesca, o jique, covo, gereré e puçá [...]".

[31] Em 1921, Raul Brandão escreveu: "Na Foz são os pescadores que fazem as redes, sentados no areal, com a primeira malha metida no dedo grande do pé, na mão direita a agulha com o fio e na mão esquerda o muro. As melhores redes eram as de ticum e o melhor ticum o que se vendia em Lordelo" (BRANDÃO, s/d, p. 44).

[32] A antropóloga Denise Adrião constatou o uso do ticum (ou tucum) no Pará: "São os próprios pescadores os responsáveis pelo fabrico e manutenção das áreas de pescar. Entretanto, apenas lembram que os seus antepassados teciam os fios para confeccionar as redes de pesca, que eram obtidos a partir das palhas da palmeira de tucum, curtidas na água, depois tirados os fios. Depois do fio de tucum, veio o de algodão e logo chegou o fio de náilon, que é mais prático" (ADRIÃO, Idem, p. 84).

[33] Sobre isso Mussolini (1980, p. 227) disse: "os índios usavam ainda redes de *ticum* [grifo da autora] para emalhar o peixe, e o modo de cercá-lo, batendo-se depois n'água para assustá-lo para que assim ele se aprisionasse nas malhas da rede [...]".

pouco tempo porque a maioria dos pescadores artesanais ainda o empregava até 1960.

Quando estudou os jangadeiros da praia de Pontas de Pedra, em Goiana, Pernambuco, na metade do decênio de 1960, Severino Aguiar (1965, p. 83) constatou que:

> A mesma jangada feita com toros de madeira, utilizada no século XVI pelos caboclos que habitavam o litoral do Nordeste na época do descobrimento, continua a ser, em pleno século XX (quando o homem prepara-se para ir à rua), a principal navegação dos pescadores da vila.

A diminuição de espécies nativas de árvores (decorrente de desmatamento devido à expansão do cultivo da cana-de-açúcar e à especulação imobiliária nas regiões costeiras) e as proibições ambientais advindas da legislação, somadas às mudanças tecnológicas, impuseram mudanças consideráveis. No entender de Helena Tassara (2005):

> Durante as décadas de 1970 e 1980, com o acelerado desmatamento das florestas costeiras, a 'madeira boeira' da piúba tornou-se cada vez mais escassa. Apenas em alguns pontos da costa, como no sul da Bahia, onde ainda existem áreas preservadas de mata nativa, encontra-se o pau-de-jangada de boa qualidade, aquele que, no linguajar do jangadeiro, 'não dá madeira alagada'. Hoje, são pouquíssimas as comunidades que conservam as técnicas tradicionais da construção de jangadas de rolo, mantendo essas embarcações em uso na atividade pesqueira. Em substituição, surgiram as jangadas feitas de tábua que se disseminaram por todo o litoral jangadeiro (Idem, p. 40-41).

Na década de 1970, os barcos motorizados (botes – ver Figura 24), com capacidades maiores de armazenamento de pescados e de tempo de permanência nas águas marinhas, começaram a ser difundidos pelo litoral nordestino. Eles impuseram uma nova dinâmica sem, no entanto, mudar significativamente a histórica

organização e divisão social do trabalho praticada há muitos séculos pelos jangadeiros (RAMALHO, 2006; 2007; 2011; 2012a). Pode-se afirmar que os pescadores de bote são herdeiros de muitas das tradições do saber-fazer dos jangadeiros, pois inúmeros deles socializaram-se no mar através do trabalho nas jangadas, passando, portanto, a dominar as mesmas técnicas e tecnologias de pesca (covo, linha e redes de emalhar) e a dar continuidade a elas.

Figuras 23 e 24 – Jangada à vela e pescadores de bote, respectivamente
Fonte: acervo pessoal de Cristiano Ramalho, 2009.

Os jangadeiros de São José da Coroa Grande, Pernambuco

A história de vida de três jangadeiros (um total de doze foram entrevistados) do município de São José da Coroa Grande ilustrará este último trecho do artigo. A partir dos relatos desses trabalhadores é possível compreender uma série de mudanças experimentadas, seus modos de vida e a importância deles para a referida localidade – fato constatado ao longo da pesquisa etnográfica (observações diretas e participativas, além das entrevistas).

Ademais, a história de vida desses três homens expressa elementos comuns pela capacidade de síntese de seus relatos, o que permite um melhor entendimento – do ponto de vista da socioantropologia marítima – dos processos geracionais (do tempo pretérito ao presente), e, ao mesmo tempo, pelas especificidades das pescarias das quais são portadores. Dos três, apenas um é pescador de jangada de alto (a mais antiga); os demais utilizam jangadas de isopor e madeira ou de fibra.

Os depoimentos centrais apoiam-se nas falas dos jangadeiros seu Inácio (cerca de 70 anos – ele não lembra o dia exato em que nasceu), seu Babau (50 anos) e, por fim, Alexandre (32 anos). Como se nota, buscou-se um recorte geracional para melhor enriquecer algumas questões do texto. Todavia, tais histórias serão entrecruzadas e não serão contadas isoladamente.

Então, questões mais gerais, que se apresentam nas falas, serão sintetizadas a partir dos relatos orais desses homens do mar e da vivência dos pesquisadores em São José da Coroa Grande.

Em primeiro lugar, do ponto de vista histórico, algumas mudanças e permanências podem ser ressaltadas na pesca artesanal de jangada:

(a) É uma atividade que se baseia no trabalho familiar e que utiliza as mesmas técnicas seculares de pesca (formas de mapear o

mar, de analisar a profundidade das águas, de usar armadilhas – redes e linha, principalmente – e de organizar o trabalho com mestre e proeiro), apoiando-se em conhecimentos náuticos e pesqueiros ancestrais sobre a profundidade do mar e sobre rotas para encontrar pontos de pesca e retornar à praia, por exemplo. Segundo os jangadeiros de São José da Coroa Grande, "tudo ainda continua igualzinho na forma de navegar e pescar" (Seu Inácio) porque "é uma transmissão da sabedoria... da mesma coisa que dá certinho" (Alexandre); daí, portanto, você "não bole que funciona bem, a maneira de trabalhar" (seu Babau). Isso foi algo identificado entre os jangadeiros cearenses e demonstra uma rica compreensão da natureza marinha (emersa e submersa) por parte dos pescadores, que se combina com leitura dos astros, enquanto um aspecto universal do saber-fazer desses trabalhadores:

> As três técnicas principais de orientação no "mar de fora" são os astros, a direção das ondas e a saçanga. Quanto aos primeiros, durante o dia, dirige-os a posição do sol e à noite a do Cruzeiro do Sul. Todos consideram essa constelação como um dos meios mais seguros de orientação – "É só encofrontar a proa da embarcação bem em cima (da Terra)". – Quando, porém, está nublado o tempo, têm que valer-se de outros recursos. O primeiro deles é a direção das ondas que, segundo os pescadores, se movimentam sempre rumo a Terra. O segundo é a saçanga que na realidade constitui na opinião de todos o mais seguro meio orientador na região. Com ele vai o pescador tomando de trecho em trecho a medida da profundidade do mar, concluir então a que lado deve dirigir-se (CHAVES, 1975, p. 20).

Acima de tudo,

> O pescador é sempre resultado de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em suas técnicas (manejo das águas, das armadilhas e o do barco, formas de sociabilidades) repassadas, aperfeiçoadas e constantemente renovadas no campo material e simbólico, que são também patrimoniais. É objeto e sujeito de um saber-fazer, que não se esgota, renova-se e se refaz para que esse trabalhador possa continuar existindo, resistindo, reproduzindo-se na sua relação com a totalidade social (mercado, turismo, projetos

> governamentais, chegadas de complexos portuários, fazendas de camarão, outros) da qual é parte integrante [...] Para tanto, por conta de seus equipamentos tradicionais, suas pescarias, o conhecimento patrimonial dos pescadores fundamenta-se num profundo e complexo conhecimento sobre os ciclos de vida de inúmeras espécies de pescados (peixes, lagostas, camarões, polvo), suas sazonalidades, locais de alimentação e demais hábitos biológicos, fato esse aprendido no desenvolver de seu trabalho, naquilo que chamamos do ato de ver, sentir, escutar, avaliar, estudar, observar, executar e de refazer sempre sistematicamente por meio de sua atividade produtiva, no decorrer de uma grande vivência nas águas, de uma vida inteira [...] (RAMALHO, 2012b, p. 19).

As técnicas e tecnologias de trabalho nas jangadas são formas ancestrais de produção, de uma cultura marítima que se recriou no tempo e no espaço das praias nordestinas, em especial, de Pernambuco, seja em termos materiais, seja no âmbito imaterial. Adiciona-se a isso um modo de vida singular, pois "a gente é diferente de outros daqui; o pescador tem suas superstições, suas coisas, seu jeito" (seu Babau). Essa simbologia passa pela presença não só de pescados nas águas, mas também de seres sobrenaturais, como o Velho do Mangue, a Mãe-d'água (Iemanjá) e o João-galafoice. São seres que devem ser respeitados e nunca ofendidos. O mesmo se dá com o nome de pessoas mortas. Impropérios ao mar também são um tabu: "vários não gostam que se dica palavrões no mar" (seu Inácio), de "dizer nome dos finados" (seu Babau) e, dessa maneira, "deixa isso só acontecer em terra, pra alguns caras" (Alexandre).

Por isso, "o jangadeiro é diferente na sua vida e no trabalho, e é o pai de outras pescarias daqui" (seu Inácio). De fato, "tudo vem dos jangadeiros velhos" (Alexandre).

(b) É uma pesca formada por trabalhadores mais autônomos em comparação a outros setores da classe trabalhadora local. Por exemplo, no passado, os homens que se voltaram para a pesca de jangada não queriam trabalhar no corte da cana em São José da Coroa Grande e viram no mar sua possibilidade de emancipação.

Hoje, esse sentimento ainda continua pelo fato de muitos pescadores preferirem a jangada devido ao seu baixo custo de manutenção quando comparada aos barcos motorizados, que precisam de combustível, redes de maior porte, gelo, rancho (comida) para que uma tripulação passe mais tempo no mar (dez dias). Nesse sentido, os jangadeiros defendem-se melhor dos atravessadores de pescados, por não precisarem investir grande capital financeiro em suas pescas, fato que não ocorre com a maioria dos botes (barcos motorizados). Ou seja, "o jangadeiro é mais liberto, e os caras dos botes mais presos aos atravessadores daqui porque eles [pescadores de bote] são mais dependentes dos pombeiros e nós [jangadeiros] não; muitos trabalham nos barcos de comerciantes" (seu Inácio).

Somando-se a isso, pode ser destacada a questão da geração de renda e da segurança alimentar permitida pelo trabalho dos jangadeiros. Acerca disso, vale mencionar os seguintes aspectos:

(a) Diferentemente dos botes, a produção das jangadas (de menor porte, que pescam próximo à praia) volta-se para o mercado local a partir da captura de pescados de menor preço, fato que possibilita o acesso de setores populares, de baixa renda, a esse tipo de alimento. Já as jangadas de alto-mar – ainda presentes em grande quantidade – capturam pescados de valor comercial maior, "e isso é bom porque a gente ganha uma graninha a mais, mesmo que a gente não pegue tanto peixe que nem os botes" (Alexandre). Essa transcrição da fala do jangadeiro mencionado encontra eco, especialmente no que diz respeito às jangadas de alto-mar, numa pesquisa de Diegues:

> Num estudo no litoral do Ceará, analisamos a produtividade e a rentabilidade das diversas embarcações utilizadas pelos pescadores. Em 1974, constatamos que o bote a motor apresentava uma produtividade maior (1.130 kg/mês) que a jangada (500 kg/mês). No entanto, o valor unitário do pescado capturado pela jangada era cerca de 40% mais elevado que o do bote motorizado. Esse diferencial pode ser explicado, tanto pelo tipo diferente de recurso explorado, quanto pela habilidade dos pescadores (DIEGUES, 1983, p. 238).

(b) Boa parte dos produtos capturados pelos pescadores de jangada é utilizada para sua alimentação e de seus familiares, "porque a gente garante logo a boia da nossa casa, da nossa família" (seu Babau); e isso é uma característica universal dos pescadores artesanais (MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2006).

(c) As jangadas ainda geram renda para uma massa expressiva de trabalhadores em São José da Coroa Grande, pois das 239 embarcações cadastradas junto aos Poderes Públicos 161 são jangadas (IBAMA, 2005). Aqui, "se não existissem as jangadas, de todos os tipos, o desemprego seria grande" (Alexandre), pois "o trabalho nas jangadas é meio de vida de muitos daqui" (seu Inácio), "da maioria mesmo" (seu Babau).

No que diz respeito às transformações ambientais, a história desses pescadores artesanais permite apontar algumas questões, visto que os jangadeiros detêm grande habilidade náutica e pesqueira. Sendo assim, eles são portadores de um conhecimento patrimonial pesqueiro único na localidade, uma cultura marítima secular, fato que os permite também conhecer profundamente as mudanças socioambientais ocorridas nas últimas décadas na região costeira, do continente ao ambiente aquático, como o desaparecimento de algumas espécies pesqueiras e/ou as mudanças no continente. No primeiro caso, vale destacar: diminuição de tamanho de vários pescados (cavala, pargo, galo, cioba, lagosta, etc.) e o quase (ou o total) desaparecimento de outras (mero, lagostinho e polvo, por exemplo) mencionadas nos depoimentos dos jangadeiros.

Com relação ao continente, como os jangadeiros utilizam os marcos de terra para marcarem suas rotas de navegação – "morros, árvores, coqueiros, tudo isso é ponto de referência pra nós na água" (seu Babau) –, eles afirmam que o grande desmatamento fez desaparecer muitas das marcas que já serviram para orientar os que estavam no mar. A expansão dos canaviais, dos hotéis, das casas e da urbanização impactou e fez sumir da terra esses pontos. Por isso, "de

uns tempos pra cá, o sistema de marcação teve que se apoiar noutras referências" (Alexandre), especialmente "devido às mudanças na terra" (seu Inácio), provocadas pelas derrubadas de árvores e construções de casas. O conhecimento tradicional dos jangadeiros não é estático pelo fato de responder às dinâmicas socioambientais do tempo presente; assim, responde às mesmas para poder reproduzir-se.

Outros fatos importantes foram o desmatamento de manguezais e a poluição dos rios e do mar, que levaram à diminuição dos pescados, segundo os entrevistados. Eles também destacaram a intensa movimentação de motos aquáticas e lanchas nos rios e no mar (perto dos corais) como uma das fortes razões disso. "Eles não respeitam nada e atrapalham nossa pesca, afastando peixes e prejudicando o ambiente mesmo" (Alexandre).

As questões acima listadas ofertam algumas possibilidades para compreendermos a importância dos jangadeiros nos dias de hoje na praia de São José da Coroa Grande, situação que possivelmente pode ser estendida para aqueles mais de oitenta municípios nordestinos – mencionados no início deste escrito – que mantêm elementos valiosos nessa forma ancestral de trabalho. Sem dúvida, devido aos aspectos aludidos e discutidos, os jangadeiros – mais do que uma herança histórica e personagens apenas de um tempo pretérito – são trabalhadores ainda importantes na geração de renda e alimentos. São guardiões de conhecimentos aprofundados sobre os fatores náuticos, pesqueiros e ambientais em muitos municípios; ou seja, são profundos portadores da maritimidade, de uma verdadeira cultura marítima.

Portanto, mais do que profetizar o fim desses trabalhadores, o interessante seria buscar compreender os processos de sociabilidade que engendram a realidade dos jangadeiros, o seu modo de vida, as suas capacidades de conhecimento territorial e o valor socioambiental que portam. A Ciência, os gestores públicos e a sociedade devem muito aos jangadeiros do Nordeste brasileiro e ainda têm muito a aprender com eles.

Conclusão

Os jangadeiros nordestinos possuem mais de cinco séculos de existências nas águas dessa região. Antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil, índios utilizavam a jangada como meio de transporte e captura de peixes. As jangadas depois se tornaram instrumento de trabalho para negros escravos e, principalmente, libertos, os quais se apropriaram de diversas artes de pesca portuguesas.

Pode-se frisar que, hoje, o jangadeiro e a jangada são frutos da interconexão de culturas, sendo expressões de nossa miscigenação étnica (indígena, africana e portuguesa), que produziu uma forma de trabalho e um modo de vida com particularidades práticas e simbólicas. Sua presença e importância nas praias revelam a força de uma cultura de trabalho secular e de uma cultura marítima que guardam diversos valores inestimáveis: autonomia produtiva, saber-fazer ancestral e patrimonial; segurança alimentar; geração de trabalho e renda; conhecimento e gestão socioambiental tradicional e moderna; simbologias ricas.

Os jangadeiros marcam (e marcarão) a história de nossas praias e de nossa pesca, apesar da falta de reconhecimento de sua importância por parte do Estado e de vários setores da sociedade. A imprensa, por exemplo, tem demonstrado certa ignorância e/ou preconceito quanto à continuidade do modo de vida e trabalho dos jangadeiros, o qual é fundamentado em contribuições decisivas para amplos setores populares do Nordeste e necessita ser apoiado com políticas públicas de incentivo ao seu desenvolvimento.

Referências bibliográficas

ADRIÃO, Denise Genuína da Silva. **Pescadores de sonhos: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis, PA.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 2003.

AGUIAR, Severino. **Mudanças em um grupo de jangadeiros de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1967.

BRANDÃO, Raul. **Os pescadores**. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d.

BRAUDEL, Fernand. **Memorias del Mediterráneo: prehistoria y antigüedad**. Madrid: Cátedra, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: SAI, 1957.

_____. **Jangada: uma pesquisa etnográfica**. São Paulo: Global Editora, 2002.

CHAVES, L. G. Mendes. Pesca artesanal no Ceará: tecnologia, sistema cognitivo e relações de produção. In: **Revista Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. VI, n. 1 e 2, p. 5-28, 1975.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da Costa. **Anais pernambucanos**: 1493-1590. Vol. I. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951.

_____. **Anais pernambucanos**: 1795-1817. Vol. VII. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

_____; ARRUDA, Rinaldo S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; NUPAUB/USP, 2001.

FORMAN, S. **The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy**. Indiana: University Press, 1970.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 7ª edição. São Paulo, Editora Global, 2004.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

CEPENE-IBAMA. **Boletim Estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil** – 2002. Tamandaré, PE, Cepene/IBAMA, 2003.

_____. **Boletim Estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil** – 2003. Tamandaré, PE: Cepene/IBAMA, 2004.

_____. **Boletim Estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil** – 2005. Tamandaré, PE, Cepene/IBAMA, 2005.

_____. **Boletim Estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil** – 2006. Tamandaré: Cepene/IBAMA, 2006.

_____. **Relatório técnico do projeto de cadastramentos das embarcações pesqueiras no litoral das Regiões Norte e Nordeste do Brasil.** Brasília: IBAMA; SEAP, 2005.

KIDDER, Daniel. **Reminiscência de viagens e permanência no Brasil (províncias do Norte).** São Paulo: Livraria Martins, 1943.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Vol. I. 11ª. ed. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2002.

_____. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Vol. II. 11ª. ed. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2002.

KOTTAK, Conrad. **The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community.** Columbia: University of Columbia, 1966.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

MELLO, José Antonio Gonsalves. **Tempo dos flamengos: influências da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil.** 3ª edição. Recife: Fundaj, Ed. Massanaga, 1987.

MILLER, Francisca de Souza. Jangada, os jangadeiros e o etnógrafo. In: **Revista Coletiva**, n. 1, Jul/Ago/Set., 2010. Disponível em: < http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=11&Itemid=76&idrev=2>. Acesso em: 10 out. 2010.

MOURÃO, Fernando A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Cec, 2003.

MUSSOLINI, Gioconda. Ensaios de antropologia indígena e caiçara. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto**. "Ah, esse povo do mar!": um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.

_____. **Embarcadiços do encantamento: trabalho como sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE.** Tese em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Formação histórica da pesca artesanal**: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. In: Cadernos de Estudos Sociais, v. 24, p. 261-286, Recife, 2008.

_____. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. In: **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, vol. 54, n. 1, p. 315-352, jan/jun, 2011.

_____. Uma etnografia lukacsiana sobre o trabalho pesqueiro. In: **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, n. 19, p. 123-137, jul/dez, 2012a.

_____. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. In: **Revista de Ciências Sociais**, UFC, Fortaleza, vol. 43, n. 1, p. 8-27, 2012b.

SETTE, Hilton. Aspectos da atividade pesqueira em Pernambuco. In: Anais da Associação dos Geográficos Brasileiros. São Paulo, n. 11, p. 234-245, 1959.

SILVA, Luiz Geraldo. Os pescadores na história do Brasil. vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo, NUPAUB/USP, 1993.

_____. A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

_____. Escravos das águas. In: Revista Nossa História, ano 2, n. 15, p. 66-71, Rio de Janeiro: Vera Cruz, jan/2005.

TASSARA, Helena. Os vários pescadores artesanais. In: LINSKER, Roberto; TASSARA, Helena. O mar é uma outra terra. São Paulo: Terra Virgem, 2005. p. 29-63.

TOLLENARE, Louis-François. Notas dominicais. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato Rivaben. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, Adriane Lobo (Org.). Nas redes da pesca artesanal. Brasília: IBAMA, 2007. p. 15-83.

VIEIRA, José A. Prefácio. In: CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: SAI, 1957. p. 7-8.

CAPÍTULO 5

Gênero e pesca: o Conselho Pastoral da Pesca e sua contribuição para a trajetória da Articulação das Mulheres Pescadoras

Maria do Rosário de
Fátima Andrade Leitão

Introdução

A pesquisa "Gênero e pesca: O Conselho Pastoral da Pesca (CPP)[34] e sua contribuição para a trajetória da Articulação de Mulheres Pescadoras" promove um resgate das ações do CPP em Itapissuma no período de 1975 a 1995. Este estudo identifica os elos de inter-relação entre o CPP e a Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras, movimento social organizado nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

O tema gênero e pesca está relacionado ao conceito de patriarcado, que nos fornece subsídios para compreender tal assunto a partir das desigualdades entre as subjetividades relacionadas aos comportamentos considerados masculinos e femininos na sociedade, ou seja, na cadeia produtiva que consiste em diferenças sociais historicamente construídas e legitimadas em função das desigualdades vivenciadas e organizadas pela sociedade. Nesse

[34] Projeto aprovado no edital CNPq Nº 20/2012.

contexto, vale ressaltar que na pesca artesanal predomina a seguinte divisão do trabalho: homens no mar e mulheres na terra.

Importante salientar também que esse resgate histórico evidencia situações e momentos de rupturas com modelos cristalizados de divisão sexual do trabalho. As principais categorias de análises conceptuais escolhidas para o nosso objeto de estudo são: relações de gênero, movimentos sociais e empoderamento/agendamento[35] das pescadoras artesanais.

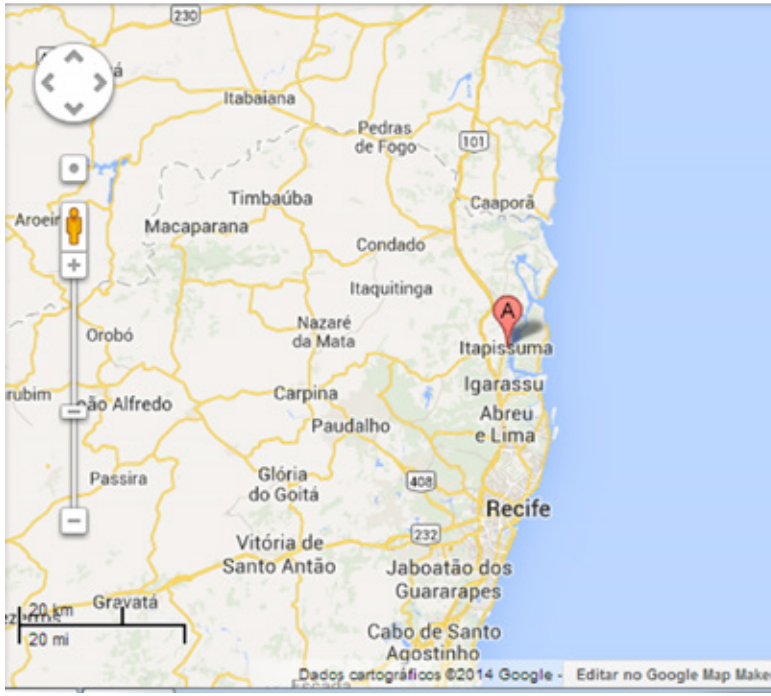


Figura 25 – Mapa da localização de Itapissuma, região metropolitana de Recife
Fonte: Google Maps, 2012.

[35] Na pesquisa considera-se agenda de gênero, a agenda-síntese dos temas priorizados por diversos atores (e atrizes), tendo como eixo as relações de gênero (...). Reúne, assim, temas e propostas levantados por mulheres participantes de movimentos populares e temas e propostas formuladas pelo feminismo, em suas diferentes vertentes (Farah, 2004:53).

O aporte teórico sobre movimentos sociais está fundamentado nos estudos pós-coloniais e nos estudos sobre a diáspora a partir da perspectiva de reinterpretação da opressão e da desigualdade. Contempla, desse modo, a análise crítica da inclusão com exclusão (demandas políticas e culturais não atendidas e preconceito identitário) somada ao novo sentido dado às narrativas de emancipação (SCHERER-WARREN, 2011: 19).

Seguindo essa perspectiva teórica, as reuniões de grupos temáticos e o lugar de fala das pescadoras foram priorizados na elaboração deste texto, o que delimita o nosso posicionamento em relação aos sujeitos desta pesquisa – as mulheres pescadoras. Foi trabalhada, portanto, uma memória coletiva não hegemônica, diferenciada da memória construída a partir dos centros de poder (SCHERER-WARREN 2011: 22).

Assim, o processo de coleta de dados desta pesquisa – cujo objetivo é resgatar a história da luta feminista por espaços de poder nas Colônias de Pescadores – contou com a colaboração de oito pescadoras de Itapissuma e algumas lideranças do movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras de Pernambuco. Os dados foram coletados a partir de uma metodologia participativa aplicada em reuniões de grupos focais. Isso possibilitou realizar diagnóstico sobre a situação das mulheres na pesca artesanal, conhecer as atividades laborais desenvolvidas e verificar os entraves por elas denunciados quando tentam acessar políticas públicas e direitos trabalhistas (principalmente os que envolvem a previdência social).

A utilização de metodologia participativa a partir de grupos focais[36] consistiu em atividades planejadas a partir de dinâmicas entre seus integrantes para fomentar o diálogo entre todos eles. Nesse contexto, nas diversas fases da pesquisa, foram realizadas técnicas de dinâmica de grupo, jogos dramáticos e outras ações que objetivam, por meio de fantasia, diagnosticar situações reais (Colette, 2010: 15).

[36] Todo material coletado foi gravado, transcrito posteriormente por uma equipe interdisciplinar e sistematizado em relatório.

Documentos reunidos pela Irmã Nilza de Miranda Montenegro[37], hoje com quase 90 anos de idade, tornaram-se mais uma importante fonte de dados. Esse acervo organizado pela religiosa possibilitou-nos conhecer o cotidiano das pescadoras de Itapissuma nas décadas de 1970 a 1990 e resgatar as ações do CPP nesse mesmo período.

A coletânea documental na forma de um arquivo pessoal estava composta por anotações de trabalho de campo, páginas manuscritas e datilografadas, além de um conjunto de reportagens sobre Itapissuma em jornais dos anos setenta a noventa do século XX. Todo esse material foi catalogado e organizado por Gilmar Soares Furtado, que também entrevistou a Irmã Maria Nilza – gravou seus depoimentos nas três visitas a João Pessoa, em Paraíba, com a intenção de responder às dúvidas suscitadas durante a pesquisa. A freira interagiu com a pesquisa ao comparecer à defesa da dissertação de Furtado (2010) e à apresentação dos resultados da pesquisa na comunidade, em outubro de 2010.

A sistematização do conjunto de dados do presente trabalho está fundamentada na proposta de "descrição densa", de Clifford Geertz (1978). Esse autor sugere que a antropologia interpretativa esteja assentada na análise do conjunto de práticas e relações sociais mediante as quais o corpo social e suas instituições conjugam o real e produzem sentido.

Contexto histórico: mulheres e pesca artesanal

A escolha por pesquisar este público específico, as mulheres pescadoras, se justifica pela história de criação e gestão das Colônias de Pescadores, as quais foram controladas pela Marinha de Guerra.

[37] Em 1975, chega a Itapissuma a irmã Maria Nilza de Miranda Montenegro, da Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia da Frassinetti. Ela dedicou-se durante vinte anos a estimular a prática participativa entre pescadores e pescadoras de Itapissuma.

Como essa instituição não aceitava mulheres em seu quadro de pessoal até o final da década de 1970, as pescadoras não podiam exercer sua cidadania nesse espaço que representava os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca.

Figura 26 – Pescadoras em Itapissuma
Fonte: Acervo pessoal de Juliana Leitão, 2012.

A partir de 1979, as pescadoras solteiras[38] puderam obter seu reconhecimento profissional. Mas para terem acesso ao Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), elas dependem até hoje, assim como os homens, de um atestado – assinado pelo (a) presidente de colônia e mais duas testemunhas – de que são profissionais dessa cadeia produtiva.

As mulheres pescadoras vivenciaram, durante várias décadas, a precarização do trabalho e a marginalização em relação aos direitos sociais. Apesar de seus papéis ativos na atividade pesqueira, elas são, muitas vezes, consideradas ajudantes ou companheiras

[38] A partir da Constituição de 1988, as pescadoras passaram a ter acesso ao Registro Geral da Pesca e, consequentemente, aos direitos sociais.

de pescadores, preconceito que revela a falta de reconhecimento por parte da colônia de pescadores e das instituições[39] que validam o exercício profissional da pesca artesanal.

Em 2004, durante a Conferência Nacional das Trabalhadoras da Pesca em Brasília, as pescadoras organizaram-se e formaram o movimento social Articulação das Mulheres Pescadoras. Contudo, esse movimento social ainda não possui Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A não existência jurídica ao longo de quase uma década, entretanto, nunca constituiu impedimento para sua atuação em defesa da pesca artesanal e dos direitos das mulheres pescadoras (Veras e Leitão, 2012: 203).

A partir de sua organização, a Articulação, além de participar das ações relacionadas à equidade de gênero para garantia de acesso aos direitos laborais das pescadoras, vem sistematicamente, desde 2010, apoiando candidaturas a presidências e secretarias das colônias e das associações comunitárias de pescadores (as) artesanais. Essa inserção tem sido realizada com a presença de representantes da Articulação em todo o processo eleitoral a fim de construir plataformas de direitos humanos que comportem as suas necessidades enquanto sujeitos subalternos na cadeia produtiva da pesca e também para compor formações discursivas, por meio de práticas articuladas em rede, que contemplem sua historicidade (SCHERER -WARREN, 2011: 22).

A Articulação tem recebido apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres por meio de projetos aprovados em parceria com instituições de fomento[40] e de atividades de pesquisa e extensão que contribuem – a partir dos princípios definidos pelo Plano Nacional

[39] No diagnóstico elaborado no projeto "Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e Aquicultura do MPA" verificou-se nas entrevistas realizadas com pescadoras de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Santa Catarina e Pará a existência de queixas em relação ao Instituto Nacional do Seguro Social, ao Ministério do Trabalho e, algumas vezes, ao Ministério de Pesca e Aquicultura. Convênio MPA/078/2009.

[40] Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Programa de Extensão Universitária (ProExt), e Ministério de Educação (MEC).

de Políticas para as Mulheres[41] – no processo de conhecimento relacionado às políticas públicas, afinadas ou não.

A construção do agendamento das pescadoras artesanais com base nos princípios feministas teve como marco referencial a vitória de uma mulher na eleição para o cargo de presidente de Colônia em Itapissuma, Pernambuco, no final da década de 1980. Esse fato social possibilitou o acesso a espaços de poder dos quais as profissionais da pesca artesanal estavam totalmente excluídas (Leitão, 2009: 163).

Gênero e políticas públicas na pesca artesanal

O ano de 1979 representa o marco da implantação de políticas públicas para as pescadoras artesanais, pois incluiu acesso aos seguintes direitos sociais: licença maternidade, aposentadoria, auxílio doença e o seguro defeso. Trinta anos depois entrou em vigor a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que estabelece regras para a atividade pesqueira e normas gerais sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Essa política foi formulada, coordenada e executada a fim de promover: a) o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura; b) o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira; c) a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos; d) o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

Nessa mesma legislação, o artigo nº 4 e seu parágrafo único respondem a uma parcela da demanda das pescadoras ao incluírem na condição de atividade pesqueira o processamento e a comercialização, funções estas desenvolvidas por muitas mulheres que atuam nessa cadeia produtiva.

[41] Disponível em: http://www.spm.gov.br/pnpm/livreto-mulher.pdf. Acesso em: 17 set. 2012.

No entanto, elas defendem também o direito ao seguro defeso para as trabalhadoras que não coletam, mas participam de outro processo da cadeia produtiva que envolve a espécie em período de reprodução. Questionam, além disso, algumas interpretações da lei, que as mantêm ainda demasiadamente dependentes da figura de um homem (seja pai, marido, irmão ou filho) para legitimar a existência de economia familiar definida na lei citada.

Evidencia-se nesse debate que, no processo de construção social dos comportamentos atribuídos às subjetividades do masculino e feminino, persistem as representações sociais que diferenciam o lugar dos sujeitos nas atividades realizadas na casa e na rua, consequentemente nas profissões e na reprodução social, no uso do tempo e na divisão desigual do trabalho doméstico.

Essa desigualdade nas relações de trabalho remunerado e não remunerado tem contribuído para a tomada de consciência das pescadoras por seus direitos sociais e as tem mobilizado para a luta em favor de políticas públicas que as contemplem. Sobre o tema, Farrah (2004: 51) afirma que "políticas públicas com recorte de gênero são políticas que admitem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres".

Apesar dos trinta anos entre o acesso das pescadoras aos direitos sociais e a vigência da Lei da Pesca, as profissionais dessa cadeia produtiva ainda identificam na legislação uma cultura de invisibilidade da autonomia das mulheres enquanto sujeitos sociais.

SCHERER-WARREN (2011: 25) questiona sobre a construção de

> [...] uma plataforma de direitos humanos que respeite e consolide os "direitos tradicionais" das populações subalternas e que inclua medidas reparadoras de suas condições históricas de sujeitos discriminados, sem que se utilize de políticas meramente assistencialistas ou clientelistas, mas que busque recuperar a história, a cultura, as vozes, os desejos e os projetos das populações subalternas e socialmente excluídas.

As contradições apresentadas sobre a Lei da Pesca evidenciam o debate sobre transversalidade de gênero e políticas públicas. No que se refere à transversalidade do gênero Labreque (2010: 901) apresenta várias dimensões. Neste artigo foi adotada a concepção defendida por Sylvia Walby, que atribui à transversalidade do gênero um conjunto teórico e um conjunto de práticas:

> Enquanto conjunto teórico, a transversalização do gênero consiste em revisar os conceitos-chave que possibilitam um entendimento mais adequado de um mundo enquanto elemento estruturado em função do gênero, em vez de propor uma teoria separada do gênero. Enquanto conjunto de práticas, a transversalização do gênero constitui uma nova estratégia para o desenvolvimento como processo estruturado em função do gênero (WALBY, 2003 apud LABRECQUE 2010, p. 901).

Outro aspecto importante na relação entre gênero e políticas públicas consiste no empoderamento/agendamento. Sobre esse tema, Farah (2004: 56-58) afirma o seguinte:

> A agenda de gênero na passagem para o século XXI, fundamentada na plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e a trajetória do movimento de mulheres no Brasil, influencia diversas diretrizes no campo das políticas públicas.

Sobre políticas públicas de gênero Bandeira (2005: 09) argumenta que

> Políticas públicas de gênero implicam e envolvem não só a diferenciação dos processos de socialização entre o feminino e o masculino, mas também a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidos nas relações interpessoais, que se estabelecem entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres. Também envolvem a dimensão da subjetividade feminina que passa pela construção da condição de sujeito.

No que se refere ao agendamento de acesso ao poder político e *empowerment*, Farah (2004: 58) chama a atenção para a

> [...] abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, de modo a garantir que estas interfiram de maneira ativa na formulação e na implementação de políticas públicas. Criação de condições de autonomia para as mulheres, de forma que estas passem a decidir sobre suas próprias vidas, envolvendo, portanto, mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que estão inseridas.

No que se refere ao acesso aos espaços de poder e decisão nas Colônias de Pescadores (as) de Pernambuco, os posicionamentos da Articulação de Mulheres Pescadoras identificam-se com uma agenda positiva de gênero fundamentada em plataformas mais inclusivas de direitos humanos.

Contextualizando a atuação do CPP em Itapissuma

Entre os anos de 1959 e 1964, foram organizadas no Brasil campanhas e programas para a educação de adultos. Entre eles estavam: o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), estabelecido em 1961, com patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De pé no chão também se aprende a ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; o Movimento de Cultura Popular do Recife; o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (1964), o qual contou com a participação do professor Paulo Freire. Grande parte desses programas estava funcionando no âmbito do Estado ou sob seu patrocínio (HADDAD e PIERRO, 2007: 104).

Com o golpe militar de 1964 produziu-se uma ruptura política, em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos e seus ideais,

censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado em abril do mesmo ano, seus dirigentes foram presos e os materiais apreendidos. A Secretaria Municipal de Educação de Natal foi ocupada, os trabalhos da Campanha De pé no chão foram interrompidos e suas principais lideranças foram presas (HADDAD e PIERRO, 2007: 105).

A atuação do Movimento de Educação de Base da CNBB[42] foi bloqueada não só pelos órgãos de repressão, mas também pela própria hierarquia católica. Transformou-se, na década de 1970, muito mais em um instrumento de evangelização do que propriamente de educação popular. As lideranças estudantis e os professores universitários que estiveram presentes nas diversas práticas tiveram seus direitos políticos cassados ou foram impedidos de exercerem suas funções.

É nesse panorama político de forte repressão e atuação do Estado militar que, no ano de 1968, é criada a Comissão Pastoral dos Pescadores – hoje denominada Conselho Pastoral dos Pescadores (as). Essa comissão se fez presente na história das lutas e das conquistas dos pescadores (as) no Brasil. Sua contribuição no município de Itapissuma está relacionada ao trabalho do Frei Alfredo Schnuettgen – franciscano de origem alemã, que já havia realizado atividades semelhantes na comunidade de Acaú e na sede do município de Pitimbu, no estado da Paraíba – e da Irmã Nilza Montenegro.

Segundo um relato de Frei Alfredo, em meados de 1972, Itapissuma tinha em torno de nove mil habitantes – cerca de três mil deles viviam da pesca e a Colônia Z-10 contava com aproximadamente quatrocentos associados. Entre as atividades desenvolvidas nessa cadeia produtiva estão a salga e a venda do peixe, além do tecer e consertar as redes utilizadas para a pesca. A maioria dos pescadores

[42] A educação de base é um organismo da CNBB (criada em 14 de outubro de 1952) em colaboração ao Ministério da Educação e Desporto com a finalidade de estimular a Educação Popular. Lançado na década de 60, com a implantação de Escolas Radiofônicas, o Movimento de Educação de Base permitiu um amplo processo de alfabetização nas diversas regiões do Brasil, principalmente no Nordeste e no Norte. O objetivo é alfabetizar pessoas jovens ou adultas das populações mais carentes. Disponível em <http://www.arquidiocesecampinas.org.br/cnbb_historia.htm>. Acesso em: 12 fev. 2011.

utilizava redes de mangotes[43] e os chamados arrastos, com malha tão fina que permitia pescar todos os peixes miúdos.

A proposta da Comissão Pastoral dos Pescadores, segundo a Irmã Nilza, consistia em sensibilizar e mostrar que os trabalhadores tinham inteligência, pois pescavam, teciam as redes, vendiam os peixes, consertavam as baiteiras. Ela considerava que, apoderados de seus direitos e deveres de cidadãos, pescadores (as) poderiam utilizar sua inteligência para a formação de uma sociedade mais justa.

As reuniões de sensibilização ocorreram na Colônia e objetivaram conscientizar principalmente as trabalhadoras sobre seus devidos direitos e acerca da importância da associação de classe.

Essa ação iniciou a luta pela inclusão das pescadoras nas colônias de pesca, considerando que, até o ano de 1978, essas instituições eram controladas pela Marinha de Guerra, a qual não aceitava mulheres em seu quadro de trabalhadores. Pescadoras não eram reconhecidas na instituição que representava os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca até 1979, quando puderam obter seu reconhecimento profissional por meio de registro. Apesar disso, ainda há muito a ser feito para dar equidade às trabalhadoras da pesca artesanal em relação aos pescadores do sexo masculino.

Dados coletados demonstraram que a questão ambiental tomou fôlego na comunidade durante os anos de 1980 em virtude de lutas contra a poluição provocada pelas usinas de cana-de-açúcar e por outras indústrias que então despejavam dejetos no Rio Botafogo e no Canal de Santa Cruz.

Em 1985, na Constituinte da Pesca, realizada em Brasília - DF, fizeram-se presentes Anita de Luna, presidente da Associação dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos (município de Cabo de Santo Agostinho - PE), e Margarida Mousinho Rodrigues, que assumiu o cargo de presidente da Colônia Z-10 (Itapissuma - PE) após a renún-

[43] Mangote: rede utilizada para pescar peixes de pequeno porte. Utiliza até sete pessoas para o arrasto. In SILVA, Almir José Da. Dissertação de Mestrado do PRODEMA/UFPB, 2001, p.107.

cia de Genival Aquino de Souza. Anita e Margarida lutaram e defenderam a aposentadoria para as pescadoras casadas, considerando que desde 1979 as pescadoras solteiras poderiam obter esse benefício. No entanto, tal direito era ainda pouco acessado, o que resultava num privilégio apenas dos pescadores homens.

Na eleição de 1989 foi organizada uma chapa para presidente da Colônia Z-10. À frente estava a pescadora Joana Rodrigues Mousinho.

Eleição da primeira presidente de colônia de pescadores (as)

> "[...] no princípio do ano (1989), percebendo o descontentamento dos pescadores em relação à diretoria da Colônia em exercício, começamos um trabalho de preparação para a eleição de uma nova diretoria a realizar-se em junho. O trabalho de conscientização foi por meio dos contatos informais com os pescadores e de modo especial com as pescadoras que em número de 40 ou 50, semanalmente se reúnem para debater seus problemas" (Nilza Montenegro).

A Irmã Nilza Montenegro relata que havia um descrédito no sistema eleitoral, uma reação muito negativa sobre participação, o que conduzia à seguinte indagação: votar pra quê, se as coisas vão continuar do mesmo jeito?

Iniciaram as reflexões sobre eleição a partir das qualidades necessárias para ser presidente da Colônia e, nesse debate, chegaram à conclusão de que "somos pescadoras profissionais, associadas da Colônia, temos direito de votar e queremos lutar pela classe".

Segundo a religiosa, as mulheres colocaram-se à disposição para, dentro das possibilidades, integrarem a chapa e fazerem a campanha. Era muito frequente ouvir delas: "vamos mostrar a estes homens o que é que pode fazer uma mulher que já descobriu os seus direitos". Consistiu numa campanha inédita na história das Colônias do Brasil e, segundo os depoimentos, "elas estavam bem conscientes disso".

A estratégia utilizada para que as pescadoras pudessem escolher a cédula de eleição foi estabelecer cédulas coloridas, considerando a baixa escolarização da comunidade. Feita uma sondagem, foi escolhida a cor vermelha para a chapa composta por mulheres, para não confundir com a cor da outra chapa. No entanto, faltando poucos dias para a eleição, a Federação Estadual das Colônias de Pernambuco, não aceitou a cor vermelha porque foi associada à cor do comunismo. Elas substituíram a cor vermelha pela cor verde, que, segundo elas, representava a "cor da esperança". A Irmã Nilza relatou que "o entusiasmo era tão grande que muitas fizeram um vestido verde para votar", considerando que todas estavam pela primeira vez exercendo seu direito de votar em um representante para a Colônia.

A apuração dos votos no fim da tarde do dia 07 de junho de 1989 apresentou o seguinte resultado: dos 679 associados da Colônia, votaram 416 (sendo 178 pescadoras de um total de 240 inscritas naquela época). A "chapa verde" venceu com uma margem de diferença de 126 votos para a chapa branca.

Joana Mousinho tornou-se vitoriosa e pela primeira vez uma mulher foi eleita presidente de uma colônia de pescadores no Brasil. Joana foi reeleita até o ano de 2005, quando foi substituída de forma eletiva pela pescadora Mirian Mousinho da Paz. Mais recentemente, em dezembro de 2009, Joana Mousinho foi eleita mais uma vez e ocupa atualmente a posição de presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma.

Trajetória da Comissão Pastoral da Pesca em Itapissuma

É importante ressaltar uma síntese das atividades que a religiosa Nilza Montenegro registrou. São ações priorizadas pela Comissão Pastoral da Pesca nas décadas de 1970, 1980 e 1990:

1. Em novembro de 1975, com o apoio da pescadora Maria das Dores, foi possível reunir dezesseis pescadoras na Ponte dos Carvalhos, em Pernambuco, a fim de dialogar e refletir sobre o cotidiano da pesca artesanal.
2. No início de 1976, seis pescadoras de Ponte dos Carvalhos foram convidadas a fazer uma visita ao grupo de Itapissuma e, durante um dia de reunião, trataram dos seguintes assuntos: encarecimento do custo de vida, fome, doenças, precariedade de habitação, grande número de filhos, abortos frequentes, alcoolismo, trabalho e remuneração.
3. No mesmo ano, oito pescadoras de Itapissuma se associaram à SAMPESI[44] e começaram a vender os produtos de seu trabalho (ostra e sururu).
4. Foi reconhecida no ano de 1979 a necessidade da documentação das pescadoras. Nesse ano as mulheres conseguiram o registro da pesca por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE[45]).
5. A conscientização dos direitos provenientes da cidadania – a importância de procurar o médico em caso de doença, por exemplo – foi uma marca do ano de 1980.
6. O dia 22 de novembro foi definido como data nacional da luta dos pescadores durante a Assembleia Nacional dos Pescadores, realizada em Olinda, Pernambuco, em novembro de 1981.
7. Em 1982, a Comissão Pastoral da Pesca apoiou e incentivou as reivindicações dos pescadores junto às autoridades competentes no que diz respeito a irregularidades envolvendo derrubada de caiçaras, depredação e aterro de mangues, poluição e proibição de exercer atividades de pesca em mangues por parte de alguns proprietários de terras. Foi iniciado um programa radiofônico, a "Voz do pescador", que socializava os resultados das reuniões entre a Comissão e a Colônia de pescadores.

[44] SAMPESI (Sociedade de Ajuda Mútua dos Pescadores de Itapissuma).
[45] A falta de registro de nascimento, porém, representava um entrave para algumas mulheres.

8. O ano de 1984 foi marcado pela participação das pescadoras num encontro regional da categoria.

> No ano de 1993 entre as ações de destaque estão a campanha de conscientização feita através de reuniões, cartazes e divulgação no carro de som, para esclarecimento sobre os direitos previdenciários e como obtê-los. Vários contatos com o INSS[46] para esclarecimentos e solicitação de funcionários para fazer o cadastramento e que este fosse realizado na sede da Colônia. Campanha sobre a necessidade da observância da lei do defeso do camarão (Nilza Montenegro).

9. Foram realizadas, em 1994, reuniões sobre a comemoração dos direitos da mulher e sobre os danos à ecologia causados pela pesca predatória, tendo em vista também a preparação para a substituição das redes de malhas de cinco a oito milímetros e de algumas redes com malhas tipo "tela".
10. Foram realizadas reuniões com a Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH) de 1995 a 1997. A poluição do rio Botafogo foi um dos pontos de discussão. Grupo de Marisqueiras, por exemplo, sentia os prejuízos do impacto ambiental no trabalho.

Considerações finais

Ao longo desse resgate da história das pescadoras de Pernambuco, concordamos com SCHERER-WARREN (2011: 23) ao considerar relevante o posicionamento, a localização e a memória dos atores sociais no debate político e intelectual contemporâneo. A partir dessa perspectiva, o relato das pescadoras possibilita "desenvolver um debate crítico em torno da diversidade e das contradições das

46 A criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, se deu por meio da fusão do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (INPS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (IAPAS), responsáveis pela concessão de benefícios e arrecadação das contribuições previdenciárias, respectivamente. O novo órgão, uma autarquia federal, passou, pois, a cumular a função de ambos. Fonte: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7777>. Acesso em: 22 jun. 2011.

experiências vividas, dos poderes de representação social e das lutas por reconhecimento".

As três décadas de inserção das mulheres nos direitos sociais da pesca artesanal e os quase dez anos de existência da Articulação de Mulheres Pescadoras contribuíram no processo de visibilidade e de conquistas dessas trabalhadoras.

Os resultados dos diagnósticos conseguidos pelo Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade (desenvolvido na UFRPE e financiado pelo CNPq) mostram que as pescadoras identificam os gargalos e reconhecem a necessidade de evidenciá-los e corrigi-los. Algumas lacunas por elas destacadas são:

- Falta de: documentação (carteira de identidade, PIS, CPF e título de eleitor); informações sobre acesso aos direitos sociais; ordenamento na atividade; gestão compartilhada do meio ambiente; educação ambiental; crédito para beneficiamento.
- Necessidade de: cartilha sobre doenças ocupacionais das marisqueiras para médicos e peritos do INSS; alternativa de renda para os meses das chuvas (março a agosto); equipamentos de proteção individual e coletiva (mãos perdem as impressões digitais ao mariscarem); kits específicos de primeiros socorros; valorização da atividade profissional das pescadoras.
- Dificuldade de: comercialização do produto na temporada baixa; segurança (a maioria não sabe nadar).

No Litoral Norte de Pernambuco – espaço social, cultural, político e econômico que vivenciou a experiência de construção de um lugar de fala e acesso ao poder de mulheres pescadoras –, a Colônia Z-10 expandiu fronteiras a partir da formação do movimento social Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras.

Desde 2012, o movimento social Articulação das Pescadoras de Pernambuco é liderado pelas seguintes mulheres: Maria das

Neves (Lagoa do Carro), Joana (Itapissuma), Aparecida (Jaboatão dos Guararapes), Ana Angélica (São Lourenço), Maria da Guia (Floresta) e Cícera (Rio Formoso). Elas foram eleitas em outubro de 2012. Na liderança da Articulação Nacional de Mulheres Pescadoras existem duas representações de pescadoras pernambucanas. São elas: Joana Mousinho (Itapissuma) e Maria José de Paula, conhecida como Lia (Sirinhaém). Sobre a formação deste movimento social, a líder Joana Mousinho relata:

"Eu vejo uma coisa muito importante porque a gente no passado, não eu – eu não era dessa época –, as mulheres nem tinham direito de chegar dentro da colônia. A colônia era só de homem. Aí, hoje a gente vê tantas mulheres presidentes de colônia, não só aqui em Pernambuco, mas em todo o Brasil. Essa Articulação das Mulheres até em Brasília é conhecida. Muitas vezes vai o pessoal da Articulação pra lá discutir problemas".

Para a irmã Nilza, uma grande conquista da Comissão Pastoral da Pesca em Itapissuma é a participação ativa de quatro pescadoras na Diretoria da Colônia desde a década de 1980.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1999.

BANDEIRA, Lourdes. **Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. CEPAL, SPM, Brasília, jan. 2005. p. 03-33.

BARROS, H.; LEÇA, E.; PARANAGUÁ, M. **Gestão comunitária de recursos naturais:** ampliando competências locais para o tratamento sustentável da questão litorânea no nordeste. In: RIOS, Gilvando Sá Leitão; NAVAES, Ana Maria (Orgs.). **Processos de Gestão e Políticas Públicas**. Recife: Editora UFRPE, 1999.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas**. O mundo da saúde, São Paulo: 2011;35(4):438-442.

CASTELLO, Leandro. **Re-pensando o estudo e o manejo da pesca no Brasil.** Pan-American Journal of Aquatic Sciences (2008) 3 (1): 17-22. Disponível em: <http://*www.panamjas.org/pdf_artigos/PANAMJAS_3(1)_18-22.pdf*>. Acesso em: 11 out. 2012.

CASTRO, A. Gomes; DUARTE, Armando; SANTOS, Teresa Rocha. **O ambiente e a saúde**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

COLETTE, Maria Madalena. **Moderação**. In: BROSE, Markus (Org.): **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2010.

COSTA, Paulo Alberto Silva (Org.); SILVA, George Olavo Mattos e (Org.); MARTINS, A. S. (Org.). **Biodiversidade da fauna marinha profunda na costa central brasileira**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007.

_____. **Pesca e potenciais de exploração de recursos vivos na região central da Zona Econômica Exclusiva brasileira**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005.

DALLMANN, J. M. A.; Lago, Mara Coelho de Souza. **A importância da etnografia nas pesquisas interdisciplinares: uma abordagem para o estudo do Programa Bolsa Família em Florianópolis, SC.** Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (Online), v. 13, p. 60-78, 2012.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas Públicas.** Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, p. 56-58, jan.-abr. 2004.

FOLADORI, Guillermo. **Sustentabilidad ambiental y contradiciones sociales**. In: Ambiente e Sociedade. v. 2. n. 5, 1999.

FOUCAULT, Michel. **El orden del discurso**. 3 ed. Barcelona: Tusquets, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, C. M. S.. **Do espaço verde da cana ao espaço cinza da indústria**: o processo de industrialização no município do Cabo de Santo Agostinho. In: Vitória Régia Fernandes Gehlen; Valdenice José Raimundo. (Org.). **Tecendo a trama do Território**: terra, trabalho e questão socioambiental. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

Haddad, Sérgio; Di Pierro, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, mai.- ago. 2000.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. **Estudos de Gênero no Brasil**. In: O que ler nas Ciências Sociais (1970-1995) Sergio Miceli (Org.). 2 ed. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

ISAAC, Victoria (Org.); MARTINS, A. S. (Org.); HAIMOVICI, Manuel (Org.); ANDRIGUETTO FILHO, José Milton (Org.). **A pesca marinha e estuarina**

do Brasil no início do século XXI: Recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. 1. ed. , v. 1, Belém: Editora Universitária UFPA, 2006.

JR, Vital Pasquarelli; ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sônia Alves. **Gênero e meio ambiente**: mulher, justiça ambiental e desenvolvimento sustentável. In: PARENTE, Temis Gomes (Org.); MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Org.). Linguagens Plurais: Cultura e Meio Ambiente. Bauru: EDUSC, 2008, p. 65-88.

LABRECQUE, Marie France. **Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? Estudos feministas**. Florianópolis, 16(3): 336, set.-dez. 2010, p. 901-912.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade:** Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

_____. Gente da Terra e do Mar. In. RIAL, C. S.; GODIO, M. (Orgs.). **Pesca e turismo:** etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006. p. 103-111.

LEITÃO, Mª. R. F. **Gênero e pesca artesanal**. Recife. 1. ed. Recife: Liceu, 2012.

_____. **Gênero e trabalho:** diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais. 1 ed. Florianópolis: Editora de Mulheres, 2012.

_____. **Gênero e políticas públicas na pesca artesanal de Itapissuma.** In: CALLOU, A. B. F; TAUK SANTOS. M, Sallet; GEHLEN, V. R. F(organizadores). Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas. Recife: Ed. Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009. p. 161-174.

_____. **30 anos de registro geral da pesca para mulheres.** Recife: Editora FASA, 2010.

LEITÃO, Mª. R. F., et al. **O desenvolvimento humano, ecológico, econômico e social.** In: LEITÃO, Mª. R. F. (Org.) **A extensão rural, extensão pesqueira:** experiências cruzadas. Recife: FASA, 2008. p 43-51.

_____. **Pesca e gênero:** o papel da mulher no desenvolvimento local. Fundação Antônio dos Santos Abranches, Recife, 2008.

LUCAS, L., HOFF, T. **Formas sutis de dominação hierarquizada:** corpo e feminização da pobreza. P.133-154. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0874-5560 55.> Acesso em: jun. 2011.

MENOYO, Maria Ángeles Murga. **Desarrollo local y agenda 21:** una visón social y educativa. Madrid: PEARSON, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 9 ed. Traduzido por Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2004.

OLIVEIRA, M. L. L.; RABAY, Glória. **A vida das mulheres no semi-árido nordestino:** pobreza, desigualdades e teimosia. Jornal da Rede Feminista de Saúde, v. 26, 2004. p. 2-35.

PEDRO, J.; Arend, S.; RIAL, C. S. (Orgs.). **Fronteiras de gênero**. 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. v. 1.

RIAL, C. S.; TOMIELLO, N.; RAFFAELLI, R. (Orgs.). **A aventura interdisciplinar** – quinze anos de PPGICH/UFSC. 1. ed. Blumenau: Nova Letra, 2010. v. 1.

RIAL, C. S.; PEDRO, J.; Arend, S. (Orgs.). **Diversidades:** dimensões de gênero e sexualidade. 1. ed. v. 1. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero:** Uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS/ CORPO, 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: **Movimentos sociais e participação:** abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Ed da UFSC, 2011. p. 17-35.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: Albertina Costa; Maria Betânia ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Orgs.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do Capitalismo.** Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, 2010. p 57-65.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

TORREÃO, Nádia. Questões de gênero no desenvolvimento local sustentável. *In* FILHO, Adalberto do R.M; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luis Márcio de Oliveira (Org.). **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Recife: Editora, 2006. p. 59-107.

VERAS, Dimas Brasileiro; LEITÃO, Maria do Rosário de F. A. Por uma Articulação ambientalmente sustentável: práticas e representações da educação ambiental na Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco. In: LEITÃO, M. R. F. A.; CRUZ, M. H. S. (Orgs.). **Gênero e trabalho:** diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais. 1 ed. Florianópolis: Editora de Mulheres, 2012. p. 201-220.

CAPÍTULO 6

Aspectos do fenômeno jurídico entre os pescadores da Barra do Jucu, em Vila Velha, Espírito Santo

Márcio De Paula Filgueiras

Resumo

Determinadas percepções que consideram a existência de uma desorganização constitutiva na atividade pesqueira praticada na Barra do Jucu contrastam com o observado em pesquisa de campo na qual identifiquei a configuração de regras locais que organizam as pescarias. Nesse sentido, contrariando a sabedoria convencional de membros da Prefeitura de Vila Velha e de segmentos ambientalistas locais, a observação etnográfica revelou que as pescarias da Barra do Jucu dependem, para obter sucesso, de um sistema sofisticado de regras que é colocado à prova cotidianamente. Regimes jurídicos locais podem fornecer subsídios para o sucesso de eventuais políticas públicas que busquem regular a exploração de recursos pesqueiros.

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa realizada ao longo do ano de 2007, na Barra do Jucu, bairro localizado na cidade de Vila Velha, no Espírito Santo[47]. Os dados foram produzidos por meio de trabalho de campo, no qual fiz entrevistas e cheguei a desempenhar a pesca em si junto dos pescadores locais.

Quando decidi produzir a pesquisa, conversei com alguns amigos da Barra do Jucu, em busca de sugestões e contatos que facilitassem o acesso aos pescadores, principalmente os mais velhos que não mais pescavam e não eram encontrados na praia. As reações com as quais me deparei foram basicamente de dois tipos: a) algumas pessoas manifestaram-se de forma positiva, sendo capazes de sugerir nomes de pescadores antigos – ativos ou afastados da pesca – e de comentar que a pesquisa que eu pretendia desenvolver era muito importante para a memória local; b) outras pessoas afirmaram que não valia a pena tentar investigar o trabalho dos pescadores da Praia da Concha porque estes eram "intransigentes", "problemáticos" e "difíceis de lidar". Essas mesmas pessoas declararam que o grupo era "extremamente desorganizado".

Percebi, então, que as diferentes opiniões sobre os pescadores (em princípio pessoais) estavam presas a uma ou outra de duas representações identificadas e tratadas como fundamentais no processo de estudo. A primeira enfatiza a dimensão tradicional da atividade, chamando a atenção para o fato de que os pescadores são descendentes dos primeiros moradores do bairro, protagonistas de grandes pescarias no passado, quando distribuíam peixes generosamente para toda a comunidade, sempre que a produção permitia.

A outra representação corrente entende esses mesmos pescadores como um grupo desorganizado, sem consciência ecológica,

[47]Pesquisa resultou na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF) no ano de 2008.

que não cuida da Praia da Concha[48] e que precisa passar por um processo de educação ambiental. Esse último ponto de vista sobre a atividade está ligado também à ideia de que a organização produtiva dos pescadores deveria tomar a forma de "cooperativa" e de que sua representação política mereceria assumir o formato de "associação". Identifiquei em minha dissertação de mestrado que tais conclusões sobre os pescadores da Praia da Concha eram reproduzidas, sobretudo, por membros do poder executivo do município de Vila Velha e por segmentos locais identificados como ambientalistas.

Aqui é narrado como as percepções que pressupõem a desorganização constitutiva da atividade pesqueira na Barra do Jucu contrastam com o que foi observado durante a pesquisa de campo, quando identifiquei a configuração de regras locais que propiciam organização às pescas. Nesse sentido, contrariando a sabedoria convencional de membros da Prefeitura de Vila Velha e de segmentos ambientalistas locais, as pescarias da Barra do Jucu dependem, para alcançarem êxito, de um sistema sofisticado de regras que é colocado à prova diariamente, durante a execução do labor.

Diferente da suposta "falta de consciência ecológica" que lhe é atribuída por setores ambientalistas locais, a pesca na Barra do Jucu depende, para ter resultados satisfatórios, de um conhecimento naturalístico que produz prognósticos capazes de diminuir os riscos e as incertezas da produção. Isso porque um dos primeiros itens a se destacar a propósito das relações entre sociedade e natureza na pescaria (KANT DE LIMA E PEREIRA, 1997; MALDONADO, 1994; ACHESON, 1988) é o fato de que o processo produtivo se debruça sobre um meio em grande medida instável – o mar – e sobre objetos que possuem grande mobilidade – os peixes. O saber naturalístico (LÉVI-STRAUSS, 1970) que é constituído num contexto desse tipo se estrutura como um modelo probabilístico que busca conjugar as condições do mar, dos ventos e das correntes com o movimento e os hábitos das espé-

[48] Localizada na Barra do Jucu, Vila Velha - ES.

cies que se pretende capturar. Esse saber consubstancia-se em regras técnicas a cuja obediência o êxito da pesca está condicionado (KANT DE LIMA E PEREIRA, 1997: 100).

Uma vez estabelecido o saber naturalístico nos lugares de pesca, resta a questão de como regular o acesso a tais lugares para que os pescadores exerçam suas pescarias. É exatamente esse aspecto da organização social das pescarias que abordo neste artigo. Note-se, portanto, que é do ponto de vista sociológico que o Direito é abordado neste texto. Nesse sentido, a organização ou morfologia social expressa pelas pescarias da Barra do Jucu permite identificar aspectos mais amplos da identidade do grupo, em que pescar não é de maneira alguma uma imposição do ambiente, mas uma escolha entre alternativas possíveis e, sobretudo, desejáveis (BRITTO, 1999, p. 11). Essa perspectiva permite livrar-nos, por um lado, da ideia das pescarias como algum tipo de arcaísmo, não só técnico e econômico, mas também social e moral, em que:

> Subestima-se não só o homem, visto como um mero predador, mas também a pesca artesanal, rebaixada, com a caça e a coleta, à categoria de "atividade de subsistência", em que se subtrai à natureza o que esta produz, sem nada acrescentar-lhe em troca. Não surpreende, pois, que os modos de vida estruturados em torno da caça, da coleta e da pesca tenham sido representados, sempre, pela ausência de cultivo, no sentido material, social, intelectual e moral do termo (MELLO e VOGEL, 2004, p. 304).

Por outro lado, a ideia das pescarias como uma escolha entre alternativas possíveis permite-nos também a ruptura com as determinações geográficas e ambientais, operação que já fora realizada de maneira exemplar por Marcel Mauss (1974a) em seu diálogo com autores como Ratzel a respeito da organização social esquimó. Nesse sentido, de acordo com o representante da Escola Sociológica Francesa, é em todas as categorias da vida coletiva, e não exclusivamente no ambiente natural, que devem

ser buscadas as condições das quais depende a forma material dos grupos humanos.

Certamente, as discussões trazidas por Marshal Sahlins (1976) sobre as relações entre simbolismo e razão prática são outra referência fundamental para superar as correntes de pensamento que reduzem atividades econômicas como as pescarias de beira de praia a uma resposta mecânica ao meio ambiente na forma de algum tipo de fatalidade geográfica ou posiciona tais atividades em um lugar inferior dentro de uma escala arbitrária de desenvolvimento em cujo topo estão as formas empresariais de gerência econômica.

É a partir da autonomia da cultura sobre a natureza que podemos encontrar uma crítica a tais perspectivas que aparecem em autores do século XIX: para Morgan, por exemplo, as categorias sociais são a representação, em termos simbólicos, de uma lógica que estaria inscrita na natureza. De acordo com os que tomam a cultura como um mero sistema adaptativo, seus efeitos lógicos partiriam dos constrangimentos naturais para a prática comportamental e então para a institucionalização cultural (SAHLINS, 1976).

Essas concepções, no entanto, não estão encarceradas em um passado distante. Foram atualizadas na contemporaneidade por autores como Napoleon Chagnon, que em suas pesquisas sobre os Ianomâmis da região fronteiriça entre Brasil e Venezuela encontrou o sentido de uma instituição como a guerra na necessidade daqueles grupos de perpetuarem seu arsenal genético. Como já demonstrou Sahlins (2000; 1976), essas explicações são, na verdade, racionalizações posteriores da nossa própria cultura, são parte da nossa própria ideologia, a qual é familiarizada com explicações baseadas nas causalidades naturais para os fenômenos culturais. Sempre corremos o risco de atribuir tais fenômenos aos outros sistemas culturais ao negarmos os sentidos próprios que seus protagonistas atribuem às suas instituições e práticas sociais. A racionalidade instrumental, que buscamos a todo o momento, seria apenas a forma cultural particular

por meio da qual buscamos justificar nossas próprias práticas e as de outras sociedades.

Não caberia aqui, no entanto, desconstruir cada uma dessas proposições, como as de Morgan ou de Chagnon, mas de indicar como elas fazem parte de uma perspectiva para a qual desejo oferecer uma alternativa. Ou seja, apoiado teoricamente em Mauss e Sahlins, proponho deixarmos de conceber a cultura e o sistema de regras que regulam as pescarias da Barra do Jucu como uma resposta instrumental às imposições da natureza – ou como reflexo de algum arcaísmo moral e intelectual – e compreendê-los como possuidores de uma lógica própria que só pode ser acessada na interpretação das categorias sociais que lhes fornecem sentido e inteligibilidade antropológica a fim de que possam ser entendidos do ponto de vista do sistema mais amplo dos quais fazem parte.

Assim, ao invés de uma continuidade evolucionista que encontre sentido em categorias como a "pré-capitalista", o que sugiro é uma descontinuidade entre as diferentes formas de organizar a atividade pesqueira. Desse ponto de vista, a pesca industrial e a pesca artesanal, por exemplo, não se sucederiam no tempo, mas coexistiriam de maneira separada, submetidas a categorias sociais e a princípios lógicos diferentes. Nesse sentido, as pescarias da Barra do Jucu não são sobrevivências do passado, mas maneiras autênticas de organização social.

Os dados aqui apresentados foram produzidos mediante longas interações face a face com os pescadores da Barra do Jucu, em Vila Velha, Espírito Santo. Frequentei a praia quase cotidianamente durante o ano de 2007, quando reunia elementos para minha dissertação de mestrado. Participei de pescarias, ajudei nas tarefas rotineiras na praia e reuni-me com alguns dos pescadores em momentos de descontração, como churrascos e conversas em bares.

O fenômeno jurídico nativo

Partindo do pressuposto elaborado por Marcel Mauss (1974b) de que é o alcance do fenômeno jurídico de uma sociedade que define suas fronteiras morais, descrevo aqui as regras de repartição dos fatores de produção (recursos, equipamentos e homens) e, em seguida, as regras de distribuição do produto final da pescaria (GODELIER, 1969). Sigo o modelo oferecido por Godelier com o intuito de identificar a racionalidade própria da atividade pesqueira local. Isso permite desconstruir a ideia recorrente de que os pescadores seriam desorganizados ou careceriam de lógica econômica. Identificando a racionalidade inerente a essa atividade podem ser explicitados os princípios que a subjazem e organizam.

No que se refere à regulação dos espaços, o fenômeno jurídico nativo pode ser pensado tanto em sua dimensão interna – estabelecendo para os pescadores o usufruto dos lugares de pesca – quanto em sua esfera externa – afirmando lugares tradicionais (a Praia da Concha, por exemplo) como ambientes de pesca na relação com outros segmentos da sociedade. Este texto aborda o primeiro nível dessa sensibilidade jurídica nativa, em que o grupo atualiza internamente regras de usufruto dos lugares no mar.

O objetivo aqui é tratar especificamente das pescarias que partem da Praia da Concha. A discussão, dessa forma, não abrange as relações dessas pescarias com a pescaria de arrasto que parte preferencialmente da Praia do Peitorí, popularmente conhecida como Praia do Barrão.

Figura 27 – Ilustração do artista plástico Marcelo Leão (neto do pescador local Írio Leão), feita a partir de fotos aéreas feitas pelo fotógrafo local Lobão e cedidas pela Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu
Fonte: AMABJ, 2012.

A imagem mostra, à direita, a pequena enseada chamada Praia da Concha. As setas indicam, de maneira aproximada, como o vento nordeste e o vento sul encontram a praia. Ao fundo (canto superior esquerdo) está o rio Jucu e no canto inferior esquerdo encontra-se um pequeno trecho da Praia do Peitorí.

As regras de repartição dos fatores de produção

Do ponto de vista da legislação federal, os peixes explorados no mar contíguo à Barra do Jucu são de domínio público, assim como as praias e os pontos pesqueiros. No entanto, os pescadores locais criaram regras que lhes permitem conciliar a competição pelas unidades de produção com a garantia da sustentação do grupo

como um todo. Assim, o caráter público da praia e do mar requer a existência de sistemas de direitos temporários que regulem a apropriação desses espaços em caráter privado pelos grupos de pesca e encontrem legitimidade no consenso do grupo (KANT DE LIMA e PEREIRA, 1997).

Em sua etnografia das pescarias de Itaipu, Bruno Mibieli (2004) destaca que:

> Diferente da pesca de arrasto, na pesca da rede de malha não existem normatizações tradicionais como o direito à vez. O local, hora e tipo de rede é exclusivamente decisão dos pescadores de uma pescaria, sendo que as redes podem ser colocadas muito próximas uma das outras.

Ainda segundo o autor, isso implica que alguns pescadores locais definam como "uma grande confusão" a relação que a pesca de rede de espera tem com o espaço marítimo. Diferente do que sugere Mibieli sobre Itaipu, observei que existem regras bem definidas sobre a alocação das redes de espera na pescaria da Barra do Jucu. "Cercar" a rede de alguém significa colocar uma rede de espera muito próxima da rede de outro pescador. Além de capturar os peixes da rede que estava no lugar há mais tempo, tal ação pode danificar os dois equipamentos, dependendo da força da corrente. É consensual entre os pescadores que "cercar" a rede de alguém é uma atitude de "olho grande" e que – dependendo do histórico das relações entre os pescadores envolvidos e de seu tempo de pertencimento ao grupo – essa situação poderá ser resolvida com uma simples conversa ou resultará em um ato semelhante "só pra sacanear". Pode ter como consequência também uma briga aberta na forma de discussão na praia.

A categoria "olho grande" possui fortes conotações morais que regulam as relações entre os pescadores. É recorrentemente usada em sentido acusatório contra aqueles que não repartem adequadamente o produto da pescaria ou "cercam" a rede de alguém,

como no exemplo citado. Em outro sentido, a categoria empresta significado social às distinções entre o verão e o inverno, quando a maior ocorrência de peixes no verão permite que digam que "no verão o olho cresce", o que expressa o recrudescimento da competição e de conflitos entre os pescadores nessa estação. Voltarei a ela na parte final do texto.

Neste momento, entretanto, vale ressaltar que as regras de alocação das redes de espera se aproximam menos das observadas por Mibieli (2004) em Itaipu e mais das normas de alocação de armadilhas dos pescadores de lagosta de Maine (EUA), detalhadas por James Acheson (1988) quando destacou a importância da posição na estrutura do grupo e do caráter das relações entre as pessoas envolvidas no processo de alocação de armadilhas: "Exatamente o quanto um homem pode cercar um vizinho depende de sua própria posição no grupo e de sua relação com a outra pessoa" (ACHESON, 1988, p. 100).

Em relação à pescaria de linha, também realizada pelos pescadores da Praia da Concha, identifiquei apenas uma regra que é consensual entre os pescadores. Ela diz que, a fim de que as possibilidades de captura sejam equilibradas, um parceiro de pesca não pode "apoitar"[49] sua "baitera"[50] por trás de outra, tomando por referência o sentido no qual a água está correndo. Se estiverem próximas, as baiteras devem ficar paralelas, pois especialmente o baiacu come o engodo que é lançado na água, em linha reta e no sentido contrário à corrente, de maneira que se uma parceria "apoita" sua embarcação atrás da outra, o peixe encontrará primeiro o anzol da embarcação que estiver atrás.

Em se tratando da localização de pesqueiros, estudos como os de Forman (1970), Kant de Lima e Pereira (1997), Mello e Vogel (2004) e Colaço (2006) destacam a relevância do segredo como mecanismo que permite esconder a estratégia utilizada para

[49] Ato similar ao de ancorar uma embarcação.
[50] Barco de pesca artesanal utilizado por pescadores do balneário de Vila Velha, no Espírito Santo.

a exploração de um território comum (KANT DE LIMA E PEREIRA, 1997). Pode-se admitir, portanto, uma política do sigilo na qual o direito de mentir é garantido.

Na Barra do Jucu, por mais que seja visto como negativo "seguir" os outros, constatei que os pescadores estão sempre atentos ao lugar onde as redes são colocadas e se estão obtendo sucesso. Dessa maneira, as performances – sejam elas positivas ou negativas – dominam grande parte do interesse dos pescadores e das conversas durante as interações na praia.

Ouvi histórias sobre pescadores que escondem o peixe que conseguiram pescar e que mentem sobre o lugar onde colocaram suas redes. Porém, pessoalmente, só presenciei uma situação desse tipo. Na véspera de uma pescaria, meu parceiro disse publicamente que iríamos pescar na direção norte e, em seguida, cochichou para mim que, na verdade, rumaríamos para sul, justificando ter dito aquilo para "despistar" os outros pescadores. Isso vale para as pescarias realizadas com rede de fundo e de linha.

Próximo à praia existe a "carreira de lances", que é uma sequência de redes de espera boieras[51], colocadas a partir de um tronco preso entre as pedras de uma pequena península do Morro da Concha, local estratégico no qual os pescadores afirmam "correrem" peixes como guaibira, robalo, bonito e xaréu, os quais são preferencialmente capturados com esse tipo de rede de espera. Os pescadores são consensuais ao afirmarem que "antigamente" havia o costume de "correr os lances", ou seja, promovia-se um rodízio no posicionamento das redes, porque, segundo o saber local, os peixes costumam "malhar" mais nos primeiros lances, em especial no primeiro.

Apesar de já ter tentado várias vezes, não consegui identificar o momento e as circunstâncias que levaram à interrupção da "corrida

[51] Redes que capturam preferencialmente os peixes que "correm" mais próximos à superfície da água (como a guaibira), em oposição às redes de fundo que capturam peixes que são encontrados nos fundos de lama ou pedra da região (como a pescadinha).

dos lances", algo realizado sistematicamente, de acordo com os pescadores antigos. Alguns deles disseram que havia na Barra do Jucu um representante da Marinha (o último teria sido Oyles Régis) que garantia o cumprimento da "corrida dos lances" por meio da ameaça de suspender temporariamente a pesca. Porém, entre 2006 e 2007, três pescadores que eram "donos" dos arinques (pontos onde as redes são amarradas sequencialmente) eram acusados de se comportarem como "donos dos lances", e tal fato é apontado como causador da interrupção. Esses pescadores citados, por outro lado, afirmaram publicamente em reuniões que qualquer um pode colocar rede nos lances ou pedir para realizar a "corrida" e negam comportarem-se como "donos".

Presenciei acontecimentos durante o trabalho de campo e neste artigo proponho-me a narrar o contexto das situações. Em uma delas, durante um "tempo frio" (mais precisamente no final de maio de 2007), o mar esteve "grosso"[52] por vários dias. Mesmo assim, um pescador resolveu colocar suas redes nos três primeiros arinques, já que os "donos" desses arinques tinham deixado suas redes em terra em função das condições do mar. Esse pescador obteve sucesso em sua pescaria: apanhou três robalos, duas guaibiras, uma sarda e um pampo. Um segundo pescador comentou então comigo que certamente no dia seguinte os "donos" dos arinques colocariam suas redes de volta no lance, medida considerada "olho grande". Ele explicou que essa era a razão pela qual preferia não pôr redes naqueles lances, pois sempre ocasionava problemas.

Ainda na tarde daquele mesmo dia, um dos "donos" de arinque comentou que pediria ao pescador que havia colocado a rede no seu lance para retirá-la, exatamente como o segundo pescador previra. Pediu a mim para transmitir o recado ao pescador, pois precisava deixar a praia naquele momento. Eu concordei em passar o recado e o fiz, apesar de ter hesitado um pouco, receoso de ser

[52] Referência ao mar muito agitado, inadequado para a pescaria.

envolvido em algum possível desentendimento entre os dois. Quando dei o recado, o pescador concordou dizendo: “Pode deixar. Se Deus quiser, amanhã de manhã eu tiro as redes”. Entendi, no dia seguinte, que essa fala carregava um tom de ironia porque o mar “engrossou”, como os pescadores já esperavam e haviam comentado comigo, de maneira que a “carreira de lances” ficou vazia, ou seja, os pescadores “donos” do arinque não puseram as redes lá.

Ainda nesse dia em que o mar “engrossou” eu conversava com outro pescador que não presenciou os acontecimentos do dia anterior. Querendo entender melhor os padrões de uso da “carreira de lances”, perguntei-lhe se tinham voltado a fazer a “corrida” das redes. Ele me respondeu enfaticamente que não. Também falou que nada que fora dito em reunião a esse respeito se concretizou. Continuou dizendo que, no dia seguinte à reunião na qual se decidiu que “ninguém era dono de nada ali”, um dos “donos” de arinque apontou outro pescador no mar e falou: “aquele cara vai colocar rede no meu lance?” ao que o pescador com quem conversava teria retrucado “ué, você não disse que ninguém era dono de nada?”. Pelo que pude perceber, os pescadores têm um consenso a respeito de como a pescaria na “carreira de lances” deve ser feita. No entanto, reivindicar a “corrida de lances” depende de algo mais do que mencionar a regra, exige que o pescador “se imponha”, como ouvi diversas vezes. A possibilidade de impor-se depende da capacidade e disposição para negociar sua posição diariamente, o que é também influenciado pelo tempo de pertencimento ao grupo.

Parece então que o padrão de acesso à “carreira de lances” está relacionado a duas circunstâncias: por um lado, os pescadores que colocaram os arinques consideram que têm uma prioridade na sua utilização (afinal, eles tiveram o trabalho de instalar os arinques lá) e, por outro, reconhece-se que a “corrida dos lances” é a maneira tradicional e mais prudente de manejar aquele lugar de pesca. Até mesmo os “donos” dos arinques concordam com esse entendimento,

ainda que de maneira aparentemente ambígua e contraditória. Segundo os pescadores locais, colocar rede na carreira de lances significa ter disposição para estar frequentemente envolvido em discussões ou brigas.

Pode-se perceber por meio do que já foi exposto que normas e regras gerais de conduta são traduzidas na prática e, em última análise, manipuladas por indivíduos em situações específicas para servirem a fins específicos (VAN VELSEN, 1987, p. 355). Por isso, não basta identificar regras gerais, mas é necessário um estudo sobre as ações 'normais' e 'excepcionais' dos indivíduos que operam a estrutura, isto é, os processos que ocorrem no interior da organização (VAN VELSEN, 1987, p. 361).

Há claramente um sistema de regras que regula a apropriação dos recursos na pescaria da Barra do Jucu. O fato de a "corrida dos lances" não ser realizada como antigamente é explicado por alguns pescadores como "olho grande" dos que "se impõem mais". Por outro lado, esses mesmos pescadores, todas as vezes que foram ouvidos publicamente sobre o assunto durante a pesquisa, afirmaram-se favoráveis à "corrida dos lances" e explicaram o fato de estarem permanentemente nos lances pela falta de interesse de outros pescadores, os quais não teriam sequer rede em algumas ocasiões, mas ficariam de "olho grande" e reivindicando os lances "só para criar problema".

A afirmação de que a "corrida de lances" é a maneira mais tradicional e equilibrada de usufruto do lugar de pesca funciona, portanto, mais como um discurso ideal sobre as regras – usado circunstancialmente para legitimar uma reivindicação de um lugar na "carreira de lances" – do que como um discurso sobre o que realmente acontece nas interações.

Quanto à repartição dos equipamentos, ferramentas essenciais de pesca, como baiteras e redes, são de propriedade particular. Às vezes um parceiro possui a baitera e o outro as redes, mas outra realidade pode ser a de um só parceiro ser dono de todo o equipa-

mento. Esse último caso pode gerar consequências no momento da apropriação do produto final da pescaria. Durante o verão, entre 2006 e 2007, identifiquei na pescaria da Praia da Concha oito parcerias e dois pescadores trabalhando sozinhos com equipamentos próprios. Em seis das parcerias os equipamentos pertenciam a um só parceiro. Nas outras duas um parceiro tinha a baitera e algumas redes e o outro apenas redes.

Percebi que as diferenças não estão livres de avaliações morais. Os pescadores que possuem seus equipamentos completos explicaram que para tê-los é necessário empenho na atividade. Referem-se aos pescadores que estão na atividade há cerca de vinte anos, mas não têm equipamentos próprios (ou possuem apenas uma rede ou duas, mas não são donos de baiteras) como "preguiçosos" ou "gastadores".

Há parcerias mais assiduamente em atividade. Outras se estabelecem mais eventualmente (nos fins de semana) e são formadas geralmente por pessoas que possuem outra atividade profissional preferencial. Pescadores que têm a pesca como atividade econômica principal e são mais assíduos costumam reclamar dos pescadores eventuais por causa das baiteras destes, as quais acabam ocupando o reduzido espaço da Praia da Concha e dificultando as manobras das baiteras que vão ao mar todos os dias.

Os pescadores da Praia da Concha contavam com barracões contíguos ao Morro da Concha e à Praia da Concha até o final do ano de 2007[53]. Esses barracões eram feitos de tábuas de madeira e telhas de zinco, armazenavam os materiais de trabalho e, algumas vezes, também as embarcações. Esses barracões funcionavam como "elementos simbólicos da existência da pescaria, na medida em que esses objetos demarcavam a apropriação social do espaço no qual se desenvolve a atividade" (BRITTO, 1999, p. 173). Os pescadores mais

[53] Quando foram removidos pela Prefeitura de Vila Velha, seguindo Recomendação 33/07 do Ministério Público Federal. Tive oportunidade de discutir esse assunto em artigo publicado no livro Antropologia e Direitos Humanos 5, pela Associação Brasileira de Antropologia e Fundação Ford.

antigos, de até noventa anos, disseram-me que aqueles barracões estavam naquele lugar desde a época de seus pais e avós. Compartilhar um barracão significava fazer parte de um feixe de relações que ligava muitas vezes até cinco pescadores, que não eram necessariamente parceiros de pesca. Assim, as parcerias – compostas por duplas que vão ao mar – e o grupo de barracão formavam dois eixos fundamentais de relações entre os pescadores.

Identifiquei três formas de transmissão dos barracões de um pescador a outro na Praia da Concha: 1) na forma de herança de um parente; 2) a partir da compra dos materiais de pesca de um pescador que estava deixando a pesca, nesse caso o comprador herdava o barracão sem ter de desembolsar mais por isso; 3) através de compra direta do barracão, atitude considerada "olho grande" pela etiqueta local. Dos doze barracões existentes, havia três cujos donos não viviam da pesca e ficavam meses sem ir à Praia da Concha. Porém, tais barracões eram utilizados por pescadores locais que diziam "tomar conta" deles. Havia também três donos de barracões que pescavam regularmente na Praia da Concha, mas não moravam no bairro e nem eram descendentes de famílias locais de pescadores, entretanto compraram os barracões de pescadores locais. Além disso, um dos barracões pertencia a uma senhora que guardava mesas e cadeiras plásticas para montar um pequeno comércio nos fins de semana. Os outros cinco barracões pertenciam a pescadores nativos ou moradores de longa data do bairro. Aqui vale destacar que possuir ou utilizar um barracão de alguém era uma garantia maior – embora não suficiente – contra a manipulação dos equipamentos por pessoas ou crianças que estivessem na praia ou contra roubos eventuais. Não eram eficazes para impedir possíveis prejuízos devido à estrutura relativamente frágil dos barracões, feitos de tábuas de madeira e telhas de zinco.

De maneira geral, podemos dizer que entre 2006 e 2007 era verdadeiro afirmar que estavam no topo da estrutura social da pescaria da Praia da Concha os pescadores que possuíam baitera, redes

e barracão. Entre eles destacavam-se os detentores de mais experiências na atividade e estabelecidos há muito tempo no local – uma espécie de núcleo duro dos pescadores, que interagem mais entre si e sentem-se herdeiros de uma tradição de pesca, com vários ascendentes que foram também pescadores. Esse núcleo é composto em sua maior parte por irmãos, primos, sobrinhos, tios ou cunhados.

Em seguida vêm os pescadores sem materiais ou que possuem apenas uma ou duas redes e dependem de quem tem baitera para pescar. Percebi que alguns pescadores não possuem materiais, mas, por terem comprovada experiência e serem estabelecidos há muito tempo no bairro, sempre encontram parceiro. Um pescador na mesma situação, sem materiais, e que não fosse "conhecido" do grupo, dificilmente pescaria e seria mais bem incluído na posição descrita a seguir. Mais abaixo na estrutura do grupo estão algumas pessoas que não pescam, mas que ficam na praia ajudando a empurrar as embarcações e esperam receber algum peixe por isso. Entre essas pessoas, estão numa posição privilegiada as estabelecidas há muito tempo na região e, algumas vezes, parentes de pescadores, que têm preferência no momento de ganhar o peixe ou "panhar pra vender".

Cabe ainda afirmar que, para algumas pessoas, o envolvimento na atividade implica passar por essas diferentes posições, na forma de etapas. Alguns pescadores com quem conversei disseram-me que eram "puxador de barco" e que depois começaram a ir ao mar e foram aprendendo as técnicas. Notei também que ser levado para a Concha por um pescador conhecido facilita a "entrada": conheci um puxador de baitera que se ofereceu algumas vezes para ir ao mar, mas ninguém estava disposto a levá-lo; justificaram para mim que não o conheciam bem e que não queriam dar muita confiança. Segundo Pessanha (2003, p. 69-70), a mobilidade espacial dos pescadores em Itaipu implicava tradicionalmente um ritual de apresentação e aval das qualidades do transferido por parte de alguns dos membros da comunidade de origem. Já na década de 1970, no entanto, a autora observa

uma maior facilidade para inserção do grupo. Na Praia da Concha, a inserção de novos pescadores geralmente acontece via algum conhecido já inserido na atividade. Entre os puxadores de baitera aparecem mais pessoas "estranhas". Muitos pescadores possuem um vínculo afetivo especial com o pescador que o levou para a atividade e o ensinou sobre dominar elementos técnicos e naturalísticos. O pescador que repassa conhecimentos geralmente é chamado de "mestre" ou "professor". Em minha experiência na pescaria, comecei puxando baitera e depois fui convidado a ir ao mar; mas minha situação era um pouco diferente, pois eles sabiam de meus interesses de pesquisa.

As regras de repartição do produto final

Seguindo o pensamento de Godelier (1969), é possível identificar aspectos da repartição que possuem motivações diretas. Marshall Sahlins (1970, p. 116-148), ao tratar da economia tribal no quinto capítulo do livro Sociedades tribais, utiliza uma tipologia sobre as formas de troca nessas sociedades. A perspectiva fundamental que permeia essa tipologia é a de que a diferentes formas de estruturar as relações sociais correspondem diferentes formas de trocas. Sahlins, trabalhando com o modelo de sociedades segmentares, relaciona os diferentes tipos de troca à distância setorial entre pessoas e grupos, mas esclarece que se trata de um modelo hipotético (SAHLINS, 1970, p. 134) que acaba sendo alterado quando se analisa sociedades reais.

Entre os grupos estruturalmente mais próximos, como os ligados por parentesco, os objetos são compartilhados sem expectativa de ressarcimento proporcional. Predomina, portanto, a generosidade, muitas vezes para benefício de pessoas que nunca poderão prestar ajuda aos outros da mesma forma, como idosos ou membros doentes do grupo. Essa forma de troca caracterizaria a reciprocidade "generalizada".

Uma forma de reciprocidade intermediária seria a "equilibrada", na qual se espera uma contrapartida proporcional e imediata, seja na forma de produtos ou serviços. Pode ser uma estratégia utilizada com tribos estrangeiras, com quem não seria interessante manter estado de guerra constante: "imuniza uma importante interdependência econômica contra uma divergência social fundamental" (SAHLINS, 1970, p. 134).

O outro extremo desse "continuum" de formas de troca é a reciprocidade negativa, em que as partes estão sempre tentando levar a maior vantagem possível uma sobre a outra. Pode ser na forma de trapaças no comércio até ações de saque ou roubo.

Seria até possível aplicar esse modelo hipotético às formas de circulação do produto da pescaria da Barra do Jucu. Na pescaria de rede de espera a divisão do pescado tem por referência a propriedade dos equipamentos e a proximidade estrutural dos parceiros (parentesco, amizade). Quando um dos parceiros é dono de todos os equipamentos (baitera e redes), costuma-se dividir dois por um, o que significa uma parte para os equipamentos, uma para o dono dos equipamentos e a terceira para o outro parceiro. Dependendo da proximidade social dos parceiros, no entanto, a divisão pode ser meio a meio, mesmo com um dos parceiros sendo o dono da maioria dos equipamentos. Quando a propriedade dos equipamentos é equilibrada, a divisão meio a meio é a regra. Há alguns pescadores que são rotulados de "olho grande" devido à forma como dividem o produto da pescaria, já que combinariam dois por um, mas na prática determinam uma proporção diferente. Dessa forma, por mais que tenha identificado regras que regulam a repartição do produto da pescaria entre os pescadores, elas são em grande medida negociáveis, dependendo das relações estruturais entre os parceiros, como parentes, amigos de longa data ou apenas "conhecidos". Seguindo Sahlins (1970), pode-se chamar essa forma de reciprocidade de equilibrada porque a troca do trabalho pelo produto está ligada às motivações diretamente

econômicas da atividade, mas é influenciada por elementos de outras ordens, como o parentesco e a amizade.

Depois de divididos os peixes, se o sucesso da pescaria permitir, os pescadores provavelmente darão um peixe ou mais para os homens que ajudam a puxar a baitera, embora seja vista como negativa a atitude de "só ajudar se for ganhar peixe". Interpretei essa prestação de serviço como uma forma de reciprocidade generalizada (SAHLINS, 1970) que funciona como um aprovisionamento de relações sociais, criando uma expectativa de retribuição que não deve ser exigida diretamente e que, neste caso, deixa perceber a desigualdade estrutural entre os atores. Variam bastante as pessoas que vão à Praia da Concha ao longo do ano puxar as baiteras. Há dois irmãos, no entanto, que desempenham essa função regularmente. Eles estão há muito tempo estabelecidos, são netos de pescadores e, por isso, costumam ter preferência em relação a pessoas "estranhas". A estas, alguns pescadores dizem achar melhor não "dar muita confiança" porque não as conhecem suficientemente.

A esfera da reciprocidade negativa estaria relacionada à alocação do produto da pescaria no mercado. Há pelo menos duas formas principais dela na pescaria da Praia da Concha. A primeira seria a venda feita entre pessoas que, se não chegam a ser pescadores, mas são próximas do grupo, conhecem os peixes e costumam pagar o preço que é considerado "correto". A segunda seria a venda a pessoas que não conhecem os peixes e a quem se pode vender eventualmente uma coara como se fosse um parente do sargo (peixe de maior valor comercial). Eu mesmo cheguei a comprar um bonito por um preço que considerei bom, mas antes de chegar à minha casa fui informado por três pessoas diferentes de que tinha pago caro demais. Uma dessas pessoas explicou ainda que o "bonito não tem preço", significando que, por não ser muito conhecido no mercado mais amplo, ele não teria um bom valor de mercado. Situação inversa seria a do robalo, ao qual um pescador referiu-se como "dinheiro na hora".

Aqui vale destacar que os pescadores diferenciam os peixes que "dão quebra" dos que não dão. O peixe que "dá quebra" é aquele que, depois de "limpo", tem seu peso muito reduzido, como o baiacu. Exemplo de peixes que "não dão quebra" seriam a sarda e a pescadinha. Essa distinção faz-se relevante nas relações de mercado porque os pescadores acabam tendo o valor de sua pescaria reduzido ao venderem o peixe depois de "limpo" (no caso dos peixes que "dão quebra"). Os consumidores dificilmente levam essa "quebra" em consideração e costumam reclamar quando os pescadores tentam vender o peixe "limpo" por um preço mais elevado. Por isso, os pescadores que possuem refrigeradores cortam esses peixes em filés, que podem ser vendidos por um valor mais alto sem dificuldades.

Segundo um pescador local, as possíveis rotas de circulação do pescado até o consumidor são:

Mar – Praia – Consumidor

Mar – Praia – Atravessador – Consumidor

Mar – Praia – Casa de pescador – Consumidor

No decorrer da pesquisa, tive contato com uma história envolvendo um pescador local, contada sempre como piada, que acredito oferecer uma boa oportunidade para pensar as diferentes formas de troca que estão sendo abordadas. Após capturar o peixe, o pescador teria optado por vendê-lo ao dono de uma mercearia local. O comprador do peixe, revendido pelo dono da mercearia, no entanto, veio a ser o pai do pescador. Depois disso, esse mesmo pescador almoçou o peixe na casa do pai. Segundo outra versão da história, não teria havido intermediário; então o pescador teria vendido o peixe diretamente para o pai. Uma terceira versão diferia desta última porque a venda teria sido feita para a mãe. A desaprovação jocosa que acompanha a história toda vez que esta é contada deve-se ao fato de ter havido uma incompatibilidade entre a relação social (pai e filho) e o tipo de troca que se efetuou, já que ao invés de o peixe ter sido dado na forma de reciprocidade generalizada, acabou sendo vendido.

Na pescaria de linha os pescadores podem pescar "na mesma caixa" ou em "caixas separadas". No primeiro caso, considerado pela etiqueta nativa como o mais adequado, os pescadores dividem os peixes em duas partes iguais, independente de quem capturou mais. No segundo caso, cada um fica com o que pescou.

Considerações finais

Neste artigo busquei descrever alguns aspectos do fenômeno jurídico atual dos pescadores da Barra do Jucu. Como vimos, o direito local regula uma diversidade de instâncias coletivas, como o acesso aos lugares de pesca, a distribuição dos equipamentos, as relações de produção e o produto final da pescaria. Como em qualquer sociedade, tais regras são colocadas à prova cotidianamente, sendo objeto de discussões e conflitos, mas também expressam vínculos sociais e relações de reciprocidade.

O leitor deve ter percebido o papel desempenhado pela categoria acusatória "olho grande" no contexto das pescarias da Barra do Jucu. Além de designar uma espécie de controle moral da exploração dos recursos e da competição entre os segmentos das pescarias e entre os próprios pescadores, a categoria social "olho grande" acrescenta um significado social à distinção sazonal entre tempo quente e tempo frio.

Minha observação permitiu identificar que no verão (tempo quente), além da pescaria com rede de espera, realiza-se a pescaria com rede de arrasto, modalidade dificilmente executada no tempo frio, já que o mar costuma estar "grosso", difícil para navegação, e os peixes estão "correndo mais por fora". É, portanto, no verão – quando o mar está menos agitado e há um aumento da piscosidade conhecida e prevista socialmente – que as relações estruturais entre a pescaria com rede de arrasto e as pescarias da Praia da Concha (com redes de

espera e com linha), em grande medida distendidas ou "adormecidas" no tempo frio, tornam-se observáveis, pois são marcadas por uma maior competição e conflitos. Os pescadores consideram o verão como o tempo da acumulação, que garantirá reservas monetárias para os dias de mar "grosso" do inverno, quando chegam a ficar mais de uma semana sem poderem ir ao mar. É por isso que os pescadores dizem que o verão é o período em que o "olho cresce". Nota-se aí que a categoria social "olho grande" acrescenta um significado social à distinção sazonal entre tempo quente e tempo frio.

Assim, "olho grande" é também uma categoria nativa chave para a compreensão das mudanças sazonais nas relações estruturais na pescaria da Barra do Jucu, ao mesmo tempo em que designa uma espécie de controle moral da exploração dos recursos e da competição entre os segmentos da pescaria e internamente aos mesmos. Enquanto categoria social, essa expressão funciona, portanto, como "princípio de juízo e raciocínio" (MAUSS, apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1979, p. 40), estruturante de uma etiqueta que busca regular tanto as relações dos homens com a natureza quanto as dos homens entre si.

Com relação aos usos da categoria, foi-me contada uma história que expressa bem como as pescarias da Barra do Jucu são reguladas por uma racionalidade econômica que expressa determinadas estruturas simbólicas que contrastam com outras existentes em nossa sociedade.

Chegando ao final de uma pescaria bem sucedida de linha, na qual houve a captura de várias caixas de baiacu, o membro de uma parceria teria dito ao seu parceiro para acenarem para a outra parceria próxima a fim de indicar o bom êxito, para que estes outros amigos tivessem sucesso também, já que considerara que aquela quantidade de peixes já estava satisfatória para os objetivos daquele dia. Foi quando seu parceiro, conhecido publicamente por sua fé cristã evangélica, teria subitamente respondido algo parecido com: "Como chamá-los? Vamos pescar mais porque a benção é nossa!". Essa

história foi contada com um tom fortemente jocoso e permitiu-me identificar como a racionalidade econômica das pescarias da Barra do Jucu é regulada por convicções morais que, implícitas nos acordos tácitos cotidianos, podem tornar-se objeto de reflexão a partir dessas situações que permitem explicitar alguns de seus princípios, que contrastam fortemente com outros existentes na sociedade local e que tomam forma nos usos da categoria acusatória "olho grande".

Como podemos observar, categorias como "olho grande" desempenham o papel de organizar a realidade, no sentido de lhe atribuir significado social. Nesse sentido, é possível identificar a confusão corrente entre os padrões próprios de organização social dos pescadores e a ideia de "desorganização social", fundada em uma concepção arbitrária sobre o que os pescadores "deveriam" ser. Assim, proponho que estas pescarias deixem de ser vistas como consequência de algum tipo de arcaísmo técnico, intelectual ou social para serem encaradas como um modo de vida que representa uma escolha entre alternativas possíveis e desejáveis, que garante não só a reprodução material do grupo, mas também a reprodução do sentimento de pertencimento a uma tradição que organiza alguns dos significados mais fundamentais das vidas dos pescadores.

Referências bibliográficas

ACHESON, James M. **The Lobster gangs of Maine**. Hanover and London: University Press of New England, 1988.

BRITTO, Rosyan. **Modernidade e tradição.** Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo-RJ. Niterói: EdUff, 1999.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e Irracionalidade na Economia.** Parte III: Racionalidade dos Sistemas Econômicos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

KANT DE LIMA, R.; PEREIRA, L. **Pescadores de Itaipu:** meio ambiente, conflito e ritual no Estado do Rio de Janeiro. EdUff. Niterói, 1997.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós.** In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974a.

_____. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974b.

MELLO, M. A. S.; VOGEL, A. **Gente das areias**: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro, Marica (1975 a 1995). Niterói: EdUFF, 2004.

MIBIELI, Bruno. **Mestre Cambuci e o "sumiço da tainha"**: uma nova imagem sobre Itaipu. Monografia – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PESSANHA, Elina. **Os companheiros:** trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói: Eduff, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. Two paradigms of Anthropological Theory. In: **Culture and Practical Reason**. The University of Chicago Press, 1976.

_____. The Washington Post, BOOK WORLD; Pg. X01, December 10, 2000.

CAPÍTULO 7

O mar não está para peixe: a constituição do campo da conservação da biodiversidade e os conflitos de visões de natureza

Jerônimo Amaral de Carvalho

Introdução

O presente artigo tem como proposta apresentar um cenário de conflitos ambientais gerados na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (ResexMar), extremo sul do estado da Bahia. Tal cenário delineia um embate não só de cunho material, relacionado ao acesso a recursos pesqueiros, como também consiste em um patamar simbólico, no qual os discursos de conservacionistas e populações tradicionais são conduzidos com base em argumentos (ACSELRAD, 2004) que opõem práticas e necessidades locais: preservação x subsistência; recursos escassos x sobrevivência; áreas protegidas x territorialidade da pesca; sustentabilidade x adaptabilidade.

Esse embate no território da ResexMar aguçou uma necessidade de análise baseada em uma noção de campo de disputa constituída na sua estrutura simbólica por uma visão tencionada da parte de quem opera esse campo (BOURDIEU, 1979, 1996, 2007; FABIANI, 1984; VIÉGAS, 2009). Por seu lado, a normatividade da

ResexMar (conjunto de regras, acordos e zoneamento) é um recurso de poder guiado pelas representações simbólicas que dão sentido a esse campo.

Pode ser dito então que o campo ambiental possui uma visão de natureza que não considera a possibilidade de outros coletivos ecológicos e culturais, uma vez que os agentes desse campo são guiados por premissas modernas de intocabilidade da natureza (DIEGUES, 1994). De outro lado, os pescadores artesanais estão circunscritos a outra visão de natureza: a que se fundamenta na prática da pesca artesanal (SAUTCHUK, 2007), a qual agrega a produção à apropriação da natureza.

Entender as características desse conflito, o modo pelo qual se articulam os agentes desse campo e as diferentes visões de naturezas é importante por inscrever tal fato em um conjunto de argumentações necessárias e também porque permite repensar as práticas e ações que podem contribuir para que as iniciativas de conservação e a reprodução de saberes do grupo sejam viáveis, de forma a favorecer um estreitamento do diálogo.

A constituição do campo de conflito entre pescadores artesanais e a Reserva Extrativista do Corumbau

Uma breve contextualização histórica é necessária para enquadrar o problema no percurso teórico necessário e abordar de maneira coerente os conflitos socioambientais entre uma unidade de conservação que propõe usos sustentáveis e o modo de vida de pescadores artesanais que utilizam os recursos ambientais da área.

Acredita-se que a construção da política local de conservação da biodiversidade marinha foi e é realizada em uma esfera superior (Estado e sociedade civil), cujo campo de dominação e de produção do discurso sobre equilíbrio ambiental torna-se uma crença necessária

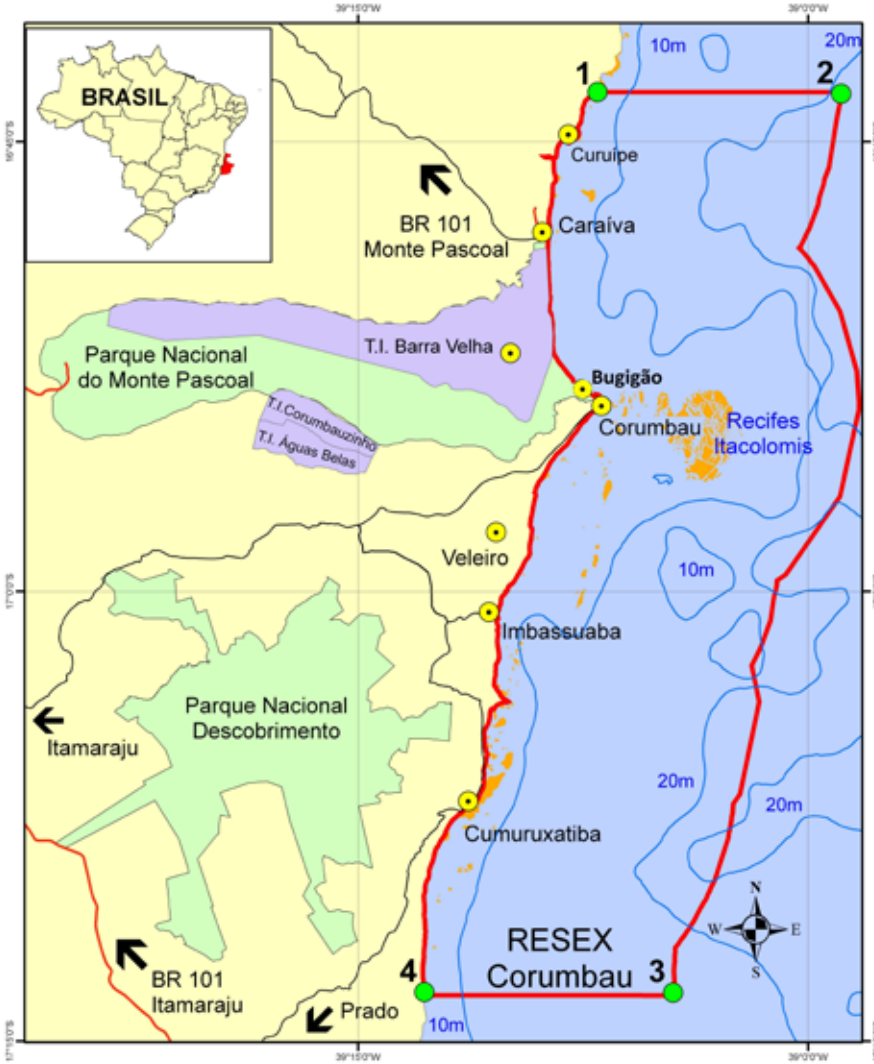


Figura 28 – Mapa de localização das principais comunidades da Resex do Corumbau, do Parque Nacional do Monte Pascoal, dos Territórios Indígenas dos Pataxós e do Parque Nacional do Descobrimento
Fonte: CI-Brasil, 2010.

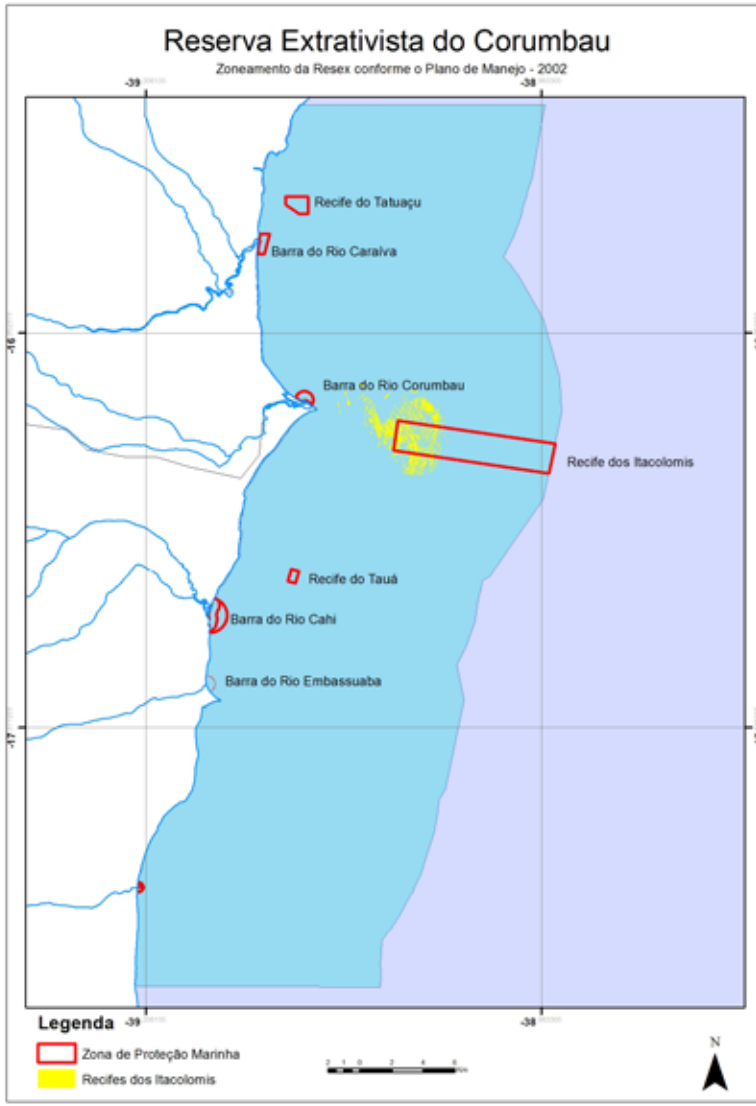


Figura 29 – Localização das Zonas de Proteção Marinha de toda a Resex do Corumbau em seu zoneamento. Há sobreposição da maior Zona de Navegação e Pesca (ZNP) em relação aos recifes dos Itacolomis, área de grande atuação da frota pesqueira das comunidades do Corumbau e Bugigão
Fonte: CI-Brasil, 2010.

e facilmente sustentada no espaço (BOURDIEU, 2007). Sendo assim, em relação ao Estado, é importante ressaltar a relevante atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) nas primeiras articulações locais e nacionais para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (ResexMar). Outro ponto relevante está nas organizações ambientalistas locais, sobretudo a Conservação Internacional do Brasil (CI - Brasil) e o Instituto Baleia Jubarte (IBJ), que colaboraram com os primeiros aportes técnicos e científicos em prol da criação da unidade de conservação.

A ResexMar do Corumbau foi criada em 2000; porém, anteriormente à sua criação foi iniciado um movimento de pescadores locais em busca de um instrumento jurídico que garantisse o acesso exclusivo aos recursos pesqueiros. Esse movimento foi impulsionado nos anos 80 por causa da atracação, na região, de barcos de pescas comerciais provenientes do Espírito Santo, de Alagoas e do município de Alcobaça. A concorrência direta com os pescadores comerciais em relação à captura do pescado – a qual mostrava sinais claros de queda – foi o eixo motor para a criação da ResexMar, instrumento jurídico viável para a resolução desse conflito naquela época. Para ganharem força nesse pleito, as lideranças locais da pesca mobilizaram as organizações ambientalistas que já atuavam na região do Banco dos Abrolhos[54], como a CI - Brasil e o IBJ, bem como os setores do governo (CNPT e IBAMA, por exemplo).

No entanto, durante a fase final de sua criação, foram realizadas várias reuniões entre entidades ambientalistas e pescadores

[54] Trata-se de uma denominação geográfica que caracteriza uma região de grande concentração de biodiversidade marinha, como espécies de corais endêmicos – existentes apenas nesta região –, além de uma grande biodiversidade de peixes associados a estas áreas de recifes de corais. A extensão do Banco dos Abrolhos se faz entre os limites do rio Doce, no Espírito Santo, e do rio Jequitinhonha, no Sul da Bahia, pela porção marinha.

locais[55] com o objetivo de definir o zoneamento e as áreas de exclusão total de pesca. As metas principais eram a recuperação dos estoques pesqueiros e dos *habitats* e a garantia do manejo destinado à gestão pesqueira.

Durante as reuniões, os membros das organizações ambientalistas (CI, IBJ e IBAMA) e os representantes dos pescadores locais estabeleceram em acordo as principais áreas destinadas à proteção e à conservação da biodiversidade marinha. Os espaços de pesca foram excluídos dessa delimitação. Tais áreas seriam inclusas posteriormente no plano de manejo da unidade de conservação, que após sua aprovação passaria a conter um conjunto de regras de utilização dos recursos para todos os pescadores. Uma das áreas em destaque – principalmente no momento de maior conflito com os beneficiários da Resex – é a Zona de Proteção Marinha[56] dos Itacolomis. É uma área equivalente a 1.829,1 hectares sobrepostos aos recifes coralíneos, o que corresponde a 2,04% de toda área da Resex, porém, abrange aproximadamente 1/3 dos principais pontos de pesca.

Contudo, os acordos locais para o estabelecimento do referido plano não foram trabalhados de forma suficiente, embora discutissem a localização e tamanho da área protegida. Um pescador que esteve presente nas primeiras reuniões mencionou o seguinte problema:

> É porque naquele tempo a turma estava tudo sem noção, a gente pensava que ia ajudar um pouco a comunidade e tudo. Naquele tempo, esta era a área onde a gente mais pescava de canoa e baitera, então naquele tempo era a área que a gente mais usava (pescador local).

[55] Essas reuniões para discussão do zoneamento, antecipando o processo de criação da unidade de conservação, não foram devidamente registradas em ata de reunião ou relatório pela Conservação Internacional. Os únicos registros existentes são fotografias que estão organizadas por datas. Elas estarão disponíveis em breve e servirão como recursos para resgate desse processo em reuniões com os pescadores envolvidos durante as reuniões.

[56] Conforme mencionado no plano de manejo da Resex do Corumbau.

Essa citação demonstra que a elaboração do Plano de Manejo da Resex não passou por um período de amadurecimento junto aos pescadores e impôs, de forma involuntária, uma nova linguagem, cujo domínio residia nas organizações não governamentais e também no Estado. A linguagem técnica não é só de difícil acesso, como também é sustentada pelo discurso de uma natureza finita que está sofrendo risco e ameaça. De acordo com ACSELRAD (2004), "a emergência da questão ambiental será acompanhada por uma ecologização das justificações". Trata-se de uma tentativa de universalizar os valores ambientalmente aceitáveis em relação às partes. Desse modo, os atores locais apresentam uma proposta universalista para os problemas locais da pesca, sendo que a zona de proteção é uma solução de médio e longo prazo para a gestão dos recursos pesqueiros. Trocam-se apenas as peças[57], mas mantém-se o jogo pela disputa da produção e reprodução social, cultural e imaterial da pesca artesanal local.

Todavia, a questão do plano de manejo e seu formato não possuem apenas o problema da linguagem técnica e científica que fora usada. Acrescenta-se a ele a baixa participação dos pescadores locais na elaboração e no entendimento do conteúdo. A baixa participação reflete, de uma maneira geral, o quanto a reserva extrativista não criou laços com os pescadores, uma vez que os assuntos e conteúdos referentes ao funcionamento da referida unidade de conservação ficaram restritos a grupos específicos, como ONGs e entidades governamentais.

Ao analisar as atas de reunião do conselho deliberativo da ResexMar do Corumbau, entre 2006 e 2008, pôde-se perceber que foi recorrente o questionamento da participação dos extrativistas de todas as comunidades da ampla região da ResexMar na elaboração do plano de manejo. A primeira crítica está na forma de construção do plano[58], de cima para baixo[59]. Tendo isso como ponto de partida, alguns membros extrativistas do conselho foram a Brasília para contribuir com a elaboração da Instrução Normativa (IN) número 1 do ICMBio, que trata sobre os processos de elaboração de

[57] Neste caso, podemos entender que, no lugar do pescador comercial que antes era o concorrente direto dos pescadores artesanais, atualmente encontramos outro ente que passa também a disputar o território da pesca artesanal praticado nesta área.

[58] ATA DO CDRC. Porto Seguro: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 20ª Reunião, jul. 2006.

[59] Mencionado desta maneira nas Atas do Conselho Deliberativo.

plano de manejo participativo em ResexMar e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)[60]. Após a publicação da IN, formaram-se grupos de trabalho dentro do Conselho para tratar da revisão do plano de manejo e elaborar o documento conforme as reais necessidades das comunidades[61]. Por fim, na reunião seguinte, foi mantida a formação do mesmo grupo de trabalho, uma vez que o ICMBio de Brasília já solicitava prazo para entrega[62].

É importante destacar a sensação dos pescadores diante da utilização de instrumentos como mapas – sobre os quais eles tinham pouco ou nenhum domínio – para a construção do plano de manejo: "eu vi aquele mapa foi tudo atrapalhado, eu vi, as pedras que eram num canto tava em outro, pela marcação do mapa. Tava doido o mapa (sic)"[63] (pescador local). As formas de orientação do conhecimento naturalístico do local se dão a partir de pontos cardeais como nordeste[64], sul[65], leste e oeste[66]. Mas também há os pontos fixos em terra e a posição dos cabeços[67] dentro do mar, os quais formam um sistema complexo de triangulação de acordo com a rota de navegação. Isso permite criar mentalmente uma série de caminhos, trilhas e atalhos em meio aos recifes.

Desse modo, percebe-se que há a produção de um tipo de mapa mental como um coletivo de elementos naturais (cabeços, pedras, peixes) e não naturais (casas, eucaliptos, faróis, barcos). Esse mapa mental tem um sentido próprio, diferente de uma visão azimutal[68] (expressa nos mapas

---

[60] ATA DO CDRC. Prado: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, 25 ª Reunião, nov. 2007. (17/11/2007).

[61] ATA DO CDRC. Porto Seguro: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, 26 ª Reunião, mar. 2008.

[62] ATA DO CDRC. Porto Seguro: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, 27 ª Reunião, ago. 2008.

[63] Não eram os nomes dos pesqueiros (pedras) que estavam errados, o ângulo de visualização do pescador para os seus pesqueiros é que era diferente. Na sua forma de olhar, há diversas marcações, que orientam além dos pontos cardeais, utilizam pontos em terra como forma de triangular suas posições. Desse modo, a apresentação do mapa na função padrão, com outro ângulo e tendo como referência a orientação para o Norte, foi um dos pontos que permitiu um acordo com certo ressentimento, uma vez que nada entendiam do que era apresentado, mas existia certa confiança de que a promessa de uma vida melhor seria garantida a partir daquele momento.

[64] Vento predominante no período do verão que é associado a uma pesca razoável.

[65] Associado ao vento sul, que é conhecido por ventos fortes, frios, com chuvas, fazendo com que os pecadores fiquem em casa à espera do tempo melhorar.

[66] Sentido de navegação de uma pesca costeira para uma pesca em áreas mais profundas, além de ser a rota de ida ao trabalho e volta para casa.

[67] São estruturas de recifes em formato de torre, com algumas espécies de recifes com o coral cérebro em cima, que dá uma forma de cabeça à estrutura. São encontrados em cobertura de recifes (pedras) ou isoladamente, que são chamados de recifes salteados.

[68] A visão azimutal é a visão conhecida nos mapas, em que observamos sempre um espaço e/ou um território a partir de um ponto visto em um ângulo reto em relação à superfície terrestre, no caso uma visão vertical.

técnicos que separam os elementos naturais de elementos não naturais[69]), e torna-se estranho para aqueles que veem o território a partir de outra perspectiva. Sendo assim, a citação anterior expressa um engajamento objetivo e subjetivo dos pescadores artesanais do Corumbau. Mas pode, por ouro lado, revelar uma praxiogenética (SAUTCHUK, 2007) em relação à prática local da pesca, indicando um engajamento pessoal, com significações exclusivas do grupo.

Diante do cenário até então apresentado, encontramos uma situação de conflito em relação às normas previamente construídas dentro do plano de manejo. Tais normas indicam quais são as áreas necessárias para que se tenha uma exclusão total ou parcial da pesca. Desse modo, não se trata apenas de um conflito material de acesso aos recursos pesqueiros em relação às zonas de proteção, mas de perspectivas e visões de natureza diferentes, nas quais o conflito alcança patamares simbólicos da luta pelo poder de dizer e pelo poder de (di)visão (BOURDIEU, 1990, cap. 2) entre os agentes situados no interior desse campo. Essa luta envolve, portanto, categorias de legitimação com suas justificações, seus pressupostos e suas distintas visões de natureza.

Um esboço da constituição do campo ambientalista enquanto categoria de análise sobre os conflitos ambientais em áreas protegidas

A questão ambiental no Brasil envolve apropriações materiais e imateriais de recursos em um determinado território. Trata-se de um campo de disputas no plano simbólico e da produção de conflitos em torno da luta por significação (VIÉGAS, 2009). Nesse palco dos

[69] Ao desenhar um mapa, um dos primeiros passos a serem realizados é a separação dentro de elementos cartográficos, como a legenda agrupando todos os elementos naturais, como rios, lagos, mares, curva de nível e cobertura florestal, associando diretamente uma representação simbólica a partir das cores. Os elementos naturais são nitidamente visíveis com sua representação de cor, em relação às representações não naturais, como estradas, aglomerados urbanos, pontes, sendo que estes não possuem uma correspondência lógica direta em relação às cores: uma estrada asfaltada no mapa é vermelha enquanto ela mesma é da cor do asfalto. Isso mostra que os mapas impõem uma separação entre natureza e cultura, de forma a deixar estanques estas categorias.

conflitos ambientais em disputa enfrentam-se diferentes visões de natureza: aquela conhecida pelo *status* de paisagem (imperativo do olhar artístico e contemplativo); o meio ambiente (e suas explicações técnico-científicas), e aquela visão capaz de ganhar terreno na esfera política em nível mundial (idem, 2009).

Nesse sentido, o contexto histórico de firmação do campo ambientalista é pautado por várias disputas contra a hegemonia desenvolvimentista. Na década de 70, o movimento ambientalista foi reconhecido como uma nova força inscrita dentro da ideia de um novo movimento social, tendo em vista que possuía um projeto histórico de transformação da sociedade (FERREIRA, 1999).

Entretanto, segundo Ferreira (op. cit.), esse movimento começou a viver uma crise pela dificuldade de constituir-se como um ator social e ao mesmo tempo como um agente político, vivendo uma crise de representação, a qual proporcionou um passo importante em relação à aliança para a formação do chamado terceiro setor, ou Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas, que ganhou força a partir da década de 50.

As ONGs começaram a ter um espaço midiático maior a partir da ECO-92, no Rio de Janeiro, momento em que Estados e terceiro setor estavam presentes, lado a lado, para debater a respeito da crise ambiental, reproduzir novos valores para uma sociedade moderna, impulsionar a constituição de um novo campo político de disputas. As ONGs passaram a ser protagonistas do processo (FERREIRA, 1999)[70].

Sendo assim, emergem das ONGs retóricas significativas (proteção e conservação) como elementos necessários para a re-estruturação e o reordenamento de espaços territoriais (VIÉGAS, 2009). Configura-se uma luta simbólica entre diferentes segmen-

[70] Desse modo, as ONGs configuram-se como peças fundamentais na constituição do campo ambiental, primeiramente em um nível histórico de disputa pelo poder. Inscrevem-se como a alternativa frente ao Mercado e ao Estado, marcando sua posição no espaço social por meio da articulação, sobretudo, nos âmbitos político e cultural, além de incentivarem a produção e a reprodução do conhecimento sobre a natureza.

tos, de diferentes frações. Cada qual busca impor de alguma forma uma definição/visão de mundo ou mesmo uma noção de natureza. Tal definição, ou violência simbólica, se dá a partir da distribuição dos agentes sociais no campo, segundo princípios de diferenciação (capital social, cultural, político, econômico e simbólico) que guiam a ação dos agentes enquanto "estruturas objetivas", que são os espaços sociais ocupados, bem como as "estruturas subjetivas", categorias vigentes de construção de mundo (ACSELRAD, 2004; VIÉGAS, 2009).

Nesse sentido, os valores e crenças de cada ator inscrito em uma determinada posição no espaço social são incentivos que mobilizam a ação dentro do campo, formam identidades e o próprio terreno para a luta de seus direitos, tal como uma luta classificatória acerca de qual natureza e qual noção de sustentabilidade e risco deve ser universalmente justificável e aceitável. Legitimam-se e deslegitimam-se, com isso, as práticas aceitáveis e não aceitáveis de apropriação dos recursos naturais[71] (ACSELRAD, 2004; VIÉGAS, 2009). Desse modo, a constituição do campo ambientalista permitiu articular a luta social e simbólica. Alianças foram construídas a partir de uma perspectiva de representações alternativas de natureza e de meio ambiente (VIÉGAS, 2009).

Retomando as discussões em torno do caso brasileiro, as primeiras impressões mostram que o processo histórico de criação da Reserva Extrativista do Corumbau consiste em um espaço, conforme Bourdieu (1996; 2007), em que as diferentes perspectivas se encontram, lutam para melhorar suas posições e força, apesar das regras do jogo estarem previamente definidas pelos principais agentes desse

[71] O caso do conflito entre caçadores rurais, ecologistas e caçadores profissionais na França, relatado pelo autor Fabiani (1984) no artigo "L'opposition à la chasse et l'affrontement des représentations de la nature", demonstra a referida luta classificatória. Este conflito inicia-se a partir de certa mobilização nacional desencadeada por ecologistas que construíram uma retórica a partir da dimensão moral em torno da caça utilitária. A mobilização colocou caçadores rurais e caçadores esportivos em disputa. Os caçadores rurais estavam descritos na visão utilitária da caça como recursos de fauna cinegética, diferentemente da caça esportiva, que era um dos instrumentos de manejo para o equilíbrio ecológico de parques nacionais na França (FABIANI, 1984).

campo[72], representados pelas suas principais associações públicas e civis, como o IBAMA (atualmente ICMBio[73]) e CI - Brasil. A noção de campo, para o conflito em questão, pode ser entendida como um:

(...) campo de forças, cuja **necessidade** se **impõe aos agentes** que vão adentrando nele, e como um campo de lutas dentre o qual os **agentes se enfrentam**, com **meios e finalidades** diferenciadas, segundo a sua **posição na estrutura do campo de forças**, contribuindo deste modo a **conservar ou transformar a sua estrutura** (BOURDIEU, 2007, p. 50. Grifos nossos).

A necessidade imposta diz respeito ao fato de a criação da reserva extrativista já trazer previamente um conjunto de metas e regras preestabelecidas a partir de um determinado tipo de visão de mundo, que é a própria visão de natureza. Estender a compreensão dessa visão de mundo para a ideia de coletivos ecológicos e culturais permite verificar que a ideia de natureza vista pelo Estado é resultado da construção de um artefato sociotécnico (LATOUR, 1994) em que o poder e a burocracia estão associados a tal visão. Desse modo, a criação de espaços territoriais protegidos seria uma maneira mais efetiva de cumprir o seu ato enquanto poder.

Vê-se aí uma ideia de natureza para a qual os principais agentes sociais (ONGs e Estado), com suas visões técnicas e científicas, alimentam a necessidade de criar novas unidades de conservação associadas a uma visão ordinária, matematista, inclusa em leis gerais, regras de funcionamentos imutáveis, com fragilidade sistêmica, em risco, ameaçada, mas que, sobretudo, produz bens e recursos escassos, desvinculada de uma noção mais conjunta com a noção de cultura, balizando-se em uma suposta neutralidade. Tais agentes lutam pela hegemonia no conflito mencionado. Assim, a fim de mante-

[72] Os objetivos, metas e ações de conservação da biodiversidade fazem parte da constituição de tais agentes, enquanto visão e missão. Desse modo, ao falar do jogo possuir regras prévias, agrega-se valores e crenças que movem esses grupos.
[73] Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

rem-se na disputa pelo poder dentro do campo, ocupam os espaços de representações.

Em linhas gerais, esse tipo de visão de natureza produz o discurso da necessidade de protegê-la. Os agentes de maior capital/poder na constituição desse campo conseguem impor sua visão e realizar ações contra os demais agentes que vão adentrando esse campo, tornando o conflito uma constante e o campo mais conflitante (BOURDIEU, 2007).

Considerações finais

Podemos concluir que as restrições à pesca, as zonas de proteção marinha e as regras de utilização dos recursos são os elementos mais materializados do conflito ambiental, ao mesmo tempo em que ganha destaque a disputa simbólica em torno do discurso hegemônico, neste caso, do equilíbrio sistêmico, da sustentabilidade ambiental, que entra em choque com a garantia de sobrevivência e as particularidades locais. Ou seja: há uma disputa entre o universal e o específico.

Além desse ponto, é importante salientar que a tentativa dos pescadores ao buscarem, em um primeiro momento, o auxílio de ONGs e de entidades do Estado, para garantirem o acesso exclusivo aos recursos, os fez se depararem, no desenrolar do processo, com um conjunto de regras e metas de conservação (regidas pelo discurso hegemônico), não previstas e de pouca familiaridade para esses pescadores.

Desse modo, conclui-se que, embora o objetivo principal do plano de manejo seja a conservação da natureza, mesmo que tenha previsto a inclusão das populações locais, ele possibilita o descortinar de um cenário de conflitos entre distintas visões de natureza e apreensões de mundo. Sendo assim, a ação em uma natureza/cultura, por parte de pescadores artesanais, e a ação de uma ideia de natureza representada cientificamente desvelam os principais constituintes do conflito aqui expostos: humanos e não humanos; modernos e não modernos; objetos e sujeitos (CREADO, 2011; LATOUR, 1994).

Referências bibliográficas

ATA DO CDRC. Porto Seguro: **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais**, 20ª Reunião, jul. 2006.

_____. Prado: **Instituto Chico Mendes de Biodiversidade**, 25ª Reunião, nov. 2007.

_____. Porto Seguro: **Instituto Chico Mendes de Biodiversidade**, 26ª Reunião, mar. 2008.

_____. Porto Seguro: **Instituto Chico Mendes de Biodiversidade**, 27ª Reunião, ago. 2008.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 294.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do Mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. p. 136.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas sobre a teoria da Ação**. 8 ed. Campinas: Papirus Editora, 1996. p. 224.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 322.

CREADO, E. SANTOS J. **Lugares de vida, espaços de lembranças**. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2011. p. 234.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Edusp/ Nupaub, 1994.

FABIANI, J. -L. L'opposition à la chasse et l'affrontement des représentations de la nature. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 54, n. 1, p. 81-84, 1984.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Conflitos sociais contemporâneos**: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. Ambiente & Sociedade, n. 5, p. 35-55, 1999.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 1-149.

SAUTCHUK, C. E. **Técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)**. Universidade de Brasília, 2007.

VIÉGAS, R. N. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. n. 19, p. 145-157, 2009.

CAPÍTULO 8

Patrimônio, museus e cultura marítima: o caso do Museu do Mar da Vila de Sesimbra, Portugal.

Luís Jorge Gonçalves
Áurea da Paz Pinheiro
João Ventura
Andreia Conceição
Cristina Conceição
Cássia Moura

«Com estas sojugada foi Palmela
E a piscosa Sesimbra e, juntamente,
Sendo ajudado mais de sua estrela,
Desbarata um exército potente
(Sentiu-o a vila e viu-o a serra dela),
Que a socorrê-la vinha diligente
Pela fralda da serra, descuidado
Do temeroso encontro inopinado.

Luís de Camões, Os Lusíadas, III-65.

Introdução

O Projeto e o Programa do Museu do Mar para Sesimbra encontram-se em desenvolvimento; o Museu será instalado em uma fortaleza do século XVII.

Sesimbra é uma vila situada a quarenta quilômetros ao sul de Lisboa, inserida na Serra da Arrábida. Apresenta uma área costeira de clima e paisagem mediterrânicos em pleno Atlântico. Abriga uma reserva marítima muito procurada pelos praticantes de mergulho. Sua inserção no complexo calcário da Arrábida traz à vila algumas peculiaridades geográficas e geológicas.

Sesimbra está no limite meridional de um vale tifônico, rodeado pela serra e pelo mar, com substratos de argila e camadas detríticas vulcânicas; singularidades ambientais, com zonas marítimas salinizadas e um clima ameno. A localização geográfica privilegiada favoreceu-lhe o desenvolvimento de uma intensa atividade ligada ao mar, nomeadamente a pesca; trata-se na região do Algarve, de importante porto do país virado a sul, abrigado dos fortes ventos e tempestades vindos do norte que habitualmente se abatem sobre o território português.

Recortada por três grandes ribeiras de água doce, Sesimbra apresenta evidências arqueológicas que atestam a existência de uma estrutura de indústria ligada à pesca desde o período romano. Com uma vocação eminentemente marítima, a pesca é uma das principais formas de subsistência de seus habitantes desde a pré-história.

Há evidências seguras de ocupação humana na região da Arrábida há trinta mil anos pelo Homem de *Neandertal*[74]. Há vestígios de comunidades mesolíticas que aproveitavam os recursos do mar entre 10.000 e 5.000 a.C. As primeiras comunidades agropastoris e metalúrgicas deixaram suas marcas, cerca dos 5.000 a 3.000 a.C., em povoados ou em marcas funerárias nas grutas da região calcária (GONÇALVES, CALADO *et al*, 2009).

Os fenícios/cartagineses também deixaram fortes evidências de sua presença. A mais significativa foi um santuário numa gruta sobre o mar, onde depositaram um tesouro como oferenda (informação ainda inédita). Da época romana, há restos de uma fábrica de produção de pastas de peixe, o famoso *garum*, e de conservas (FERREIRA E CONCEIÇÃO, 2009, p. 164-165). Ainda da época romana, na área do Cabo Espichel, foram descobertos cerca de 60% dos cepos de âncora em chumbo identificados na costa portuguesa (ALVES *et al*, 1988-1989, p. 120).

Na época islâmica, as evidências às pescas e ao mar são menores, mas existiu uma escola corânica, que legou uma placa em

[74] As evidências de épocas anteriores não são seguras.

madeira do século X com excertos do Corão (GONÇALVES, CALADO *et al*, 2009). A partir do século XII e, sobretudo, no século XIII, começou a constituir-se a moderna comunidade de marítimos e de pescadores que perdura até os dias atuais (GONÇALVES, CALADO *et al*, 2009).

Os pescadores de Sesimbra foram inovadores e demonstraram ao longo dos séculos um espírito de resposta aos novos desafios.

As origens de uma comunidade: a força da tradição

Sesimbra, uma comunidade marítima: contextualização histórica

Ao considerarmos o *corpus* documental que informa sobre a história de Sesimbra, o Foral de 1201, doado por D. Sancho I, é a primeira referência escrita à prática da pesca na região de Sesimbra, nomeadamente no que se refere à taxa paga pelo pescado: *um soldo* (CHORÃO, 2001, p. 30).

A abundância de cardumes nas águas da região durante a Idade Média seria, pois, uma realidade atestada não só pela arqueologia, mas também por um documento de 1247, referente a uma avença entre o Rei e a Ordem de Santiago, a qual indica que até navios estrangeiros vinham pescar nas suas águas (PEDROSA, 1985, p. 39).

A partir do reinado de D. Dinis, com a introdução das almadravas atuneiras, e, em meados do século XV, com o advento dos acedares da sardinha, a indústria da pesca sofreu um amplo desenvolvimento: houve aumento do volume de pescado e dos dividendos. Lucrativas redes comerciais foram estabelecidas.

Até o século XV e início do XVI, a Vila de Sesimbra localizava-se no interior do Castelo. Com os alvores da modernidade, foi deslocada progressivamente para a região marítima e passou a ser denominada Póvoa da Ribeira de Cezimbra.

Desenvolveu-se em torno das atividades ligadas ao mar, das quais podemos destacar a construção naval, a pesca e o comércio. Em 1514, foi-lhe concedido novo Foral por D. Manuel I, o qual legitimava a povoação ribeirinha. Tal caráter foi reforçado em 1536, com a criação da Freguesia de Santiago (CHORÃO, 2001, p. 30).

No ano de 1527, depois de Setúbal, Sesimbra era o maior núcleo populacional da Arrábida, com cerca de 2.800 habitantes. (NOGUEIRA, 1991, p. 31).

Em termos jurisdicionais, a vila pertencia ao Mestrado da Ordem de Santiago, o qual dividia os rendimentos dos impostos com a Coroa. Nesse domínio, as sisas, os dízimos da alfândega, a dízima nova do pescado e das armações de atum, bem como as terças do conselho eram do monarca. As rendas restantes pertenciam ao Comendador da vila, autoridade máxima da Ordem. A esse respeito importa, igualmente, salientar que o Cabido da Sé de Lisboa usufruía de um terço dos dízimos eclesiásticos então cobrados (NOGUEIRA, 1991, p. 31).

Foi ao longo do século XVI que Sesimbra sofreu um importante impulso no desenvolvimento da sua frota e das capacidades náuticas de seus pilotos e mareantes, os quais passaram das navegações costeiras às oceânicas.

A Vila de Sesimbra possuía uma sólida e hábil indústria de construção naval, fundamental para a existência de uma verdadeira frota comercial: os navios produzidos nas ribeiras sesimbrenses eram, durante o século XVI, de reconhecida qualidade no Reino (NOGUEIRA, 1991, p. 32).

Em consonância com referências documentais aqui descritas, é possível afirmar que o desenvolvimento da frota sesimbrense seria do interesse da Coroa. Em documento de 20 de maio de 1514, D. Manuel I concedeu aos armadores navais de Sesimbra a isenção do pagamento de direitos pelos materiais destinados à construção de navios, o que se confirma com o Foral Novo, de 28 de julho do citado ano (PAULO, 1992, p. 23).

De acordo com Joaquim Preto Guerra (2001, p. 49), a caravela seria a embarcação de excelência utilizada na vila. É crível – a julgar pelas citadas evidências históricas e arqueológicas – que, ao longo do século XVI, esse fosse o navio majoritariamente utilizado nas rotas comerciais de longo curso.

Em consonância com o citado autor (2001, p. 51), as caravelas construídas em Sesimbra eram: "estroncadas (sem coberta) e telhadas (com coberta), com o mínimo de oito bancos e três ou quatro mastros, latinas e redondas e de armada [...]". Importavam entre cinquenta a setenta mil reais.

Nos estudos de Arqueologia encontram-se documentadas evidências do apreço dos mareantes sesimbrenses por esse tipo de embarcação, nomeadamente no decurso de trabalhos de escavação efetuados no Hospital do Espírito Santo dos Mareantes (datado de finais do século XV), no interior do qual foram identificados diversos grafitos de embarcações. (SERRÃO, 1978).

Das navegações de caravelas sesimbrenses para portos localizados além-mar, em finais do século XV, encontram-se documentadas, dentre outras, as presenças da *Estrelim da Flandres* no Senegal e da *Santo Antônio* em Larache. Essas caravelas possuíam cada qual uma tripulação de trinta homens (GUERRA, 2001, p. 57).

Para o século XVI, há, igualmente, evidências da existência das caravelas *S. Miguel* (1521); *Espírito Santo* (1538); *S. João* (1582); *Santa Catarina*; *Nossa Senhora da Vitória* (1566); *Nossa Senhora do Monte Sião* (1566), e da nau *Santo Antônio*. Segundo Joaquim Guerra (2001, p. 53), os citados navios comercializavam ouro da Mina, âmbar, escravos, pescado, trigo e alfarroba proveniente de Algarve.

No que tange aos pilotos e mareantes, de acordo com o *Livro I de Registo da Câmara de Sesimbra* (1588-1633) (MONTEIRO, 2001, p. 43), 187 encontram-se referenciados e datam de finais do século XVI. Também cerca de setenta caravelas de alto-mar foram registradas no porto da vila (NOGUEIRA, 1991: 31), armadas para destinos variados,

como Brasil, Índia, S. Tomé, Cabo Verde e Angola (GUERRA, 2001, p. 83).

De acordo com Rafael Monteiro (2001, p. 43), encontra-se historicamente documentada a existência de 79 mareantes durante o século XVII e 25 ao longo do século XVIII; porém esses números podem ser muito superiores.

No decurso dos séculos subsequentes, as navegações de longa distância reduziram-se e, progressivamente, desapareceram, ao ponto de perderem-se na memória dos próprios sesimbrenses. Contudo, a prática da pesca nos piscosos mares de Sesimbra – tal como os apelidou Luís de Camões, em 1572, em *Os Lusíadas* – foi-se desenvolvendo até atingir, em meados do século XIX, um amplo desenvolvimento com a introdução das "armações de copo à valenciana" (MARQUES, 2007, p. 24), as quais, até a década de 70 do século XX, eram fixas ao longo da costa e direcionadas particularmente para a captura de sardinha, carapau e cavalas, podendo, igualmente, pescar outras espécies, como as corvinas.

A introdução dessas armações potencializou a implantação da indústria de conserva de peixe em azeite, a qual se mostrou tão rentável que, no início do século XX, laboravam na vila catorze fábricas, que empregavam várias centenas de trabalhadores. A última encerrou suas atividades em 1961 (RODRIGUES, 2003, p. 151).

No final da década de 60 e início da década de 70 do século XX, a vila assistiu ao esgotamento dos bancos pesqueiros de peixe-espada branco localizados na sua costa, fato que obrigou os pescadores a procurarem novas alternativas. Nesse domínio, em princípios da década de 70, foram iniciadas as primeiras incursões, por parte dos sesimbrenses, aos bancos de pesca localizados entre 120 e 200 milhas marítimas a oeste do Cabo de São Vicente, nomeadamente o *Gorringe*, o *Amper* e o *Josefine*.

Reiniciava-se a prática da navegação oceânica, da qual foram pioneiros os arrais Antônio "da Estrudes", proprietário do barco *Pérola Dourada*, e Antônio Anacleto, proprietário de uma embarcação homônima.

Em um primeiro momento, a náutica costeira foi aplicada às navegações para os citados pesqueiros, ainda que tenham sofrido pequenas alterações. De fato, a navegação para os mesmos era feita junto à costa portuguesa, sendo que, chegados ao Cabo de S. Vicente, fariam rumo estimado para leste, com recurso à agulha, utilizando a sonda para identificação do banco pesqueiro.

A falta de experiência e conhecimento em relação aos citados mares levava alguns mestres a não conseguirem localizar os pesqueiros, podendo esse processo demorar horas ou, até mesmo, dias.

Desconhecendo, até aquele momento, noções como latitude ou longitude, teria sido a partir de então o início da aplicação das primeiras cartas náuticas e a utilização da agulha efetuada por meio de *quartas*, correspondendo cada uma delas a 22,5°.

De acordo com o Mestre João Conceição, até o aparecimento dos primeiros aparelhos eletrônicos de navegação, em fins da década de 70 do século XX – dos quais podemos destacar o radiogoniômetro –, nenhum pescador se atrevia a fazer o rumo direto entre Sesimbra e os citados bancos pesqueiros, considerando o risco que a viagem implicava.

No início da década de 80 do século XX, os pescadores foram estimulados a obterem uma formação, os primeiros Mestres do Alto passaram por uma reciclagem teórica e prática e a navegação oceânica sofreu um amplo desenvolvimento. Atualmente, os pescadores navegam para mares distantes, como Canárias, Cabo Verde ou Canadá, e a pesca consiste numa das atividades econômicas mais rentáveis praticadas na Vila de Sesimbra.

Tradição religiosa: a celebração ao Senhor Jesus das Chagas

A devoção mariana está presente na região de Sesimbra e na maior parte do território português. A devoção à Santa Maria

está estreitamente relacionada à reconquista cristã[75] referenciada em dois templos[76]. Os locais de culto situam-se majoritariamente no espaço correspondente à Freguesia de Santa Maria do Castelo[77] e, a partir do último quartel do século XX, também, na Freguesia da Quinta do Conde. Na atual Freguesia de Santiago, correspondente à antiga Póvoa da Ribeira, apenas se assinala a devoção mariana no templo dedicado a Nossa Senhora da Misericórdia.

Existiram outros lugares e templos de devoções marianas, merecendo particular destaque o culto a Nossa Senhora de Guadalupe (século XV a XVIII), que teria sido venerada em três dos templos da Póvoa da Ribeira, e da qual teria existido uma irmandade na Igreja Paroquial de Santiago. O seu culto esteve intimamente ligado às questões de saúde, mau tempo e naufrágios, sobretudo, ao resgate de cativos.

O território sesimbrense, pela sua localização geográfica, seria vulnerável a ataques por terra e por mar. Os perigos inerentes às invasões muçulmanas ou aos ataques de pirataria e de corso teriam possibilitado a existência daquela e de outras devoções direta ou indiretamente ligadas ao resgate de cativos. A ação dos mamposteiros da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos na região teria sido notória, bem como o número de resgatados por parte da mesma no Norte da África. Dos resgates gerais ocorridos entre 1655 e 1729, foram libertados 51 cativos sesimbrenses de profissões diversas, dentre as quais contramestre, marinheiro, piloto, capitão, ferreiro e pedreiro (ALBERTO, 2010).

---

[75] "*Terras de Santa Maria é uma designação atribuída a Afonso III de Leão e Asturias em 868. O culto desenvolveu-se notavelmente durante e após a Reconquista, sobretudo por influência das Ordens de Cluny e de Cister*". (PATO, 2008:108). No século X, "*o território da beira-mar entre Douro e Vouga aparece com a designação especial de «Terra de Santa Maria», que depois se ampliou a toda a terra portuguesa e a própria zona sujeita aos muçulmanos tinha as cidades de Stª Maria do Oriente (Albarracin) e Stª Maria do Ocidente (Faro)* (REDROSA, 1986:558). O "*grande «surto da devoção mariana nota-se facilmente após o século XIII, e sobretudo nos séculos XIII e XV»*" (PATO, 2008: 108).

[76] A Igreja de Santa Maria, no Castelo (que a partir de 1366 se assumirá como sede de freguesia com a mesma denominação) e Santa Maria da Pedra da Mua (vulgo Nossa Senhora do Cabo Espichel). Destacamos que, a partir de inícios do século XVI, o templo do castelo foi referido na documentação escrita como Santa Maria da Consolação ou Nossa Senhora da Consolação.

[77] Atualmente, Freguesia de Nossa Senhora da Consolação, cuja sede se encontra na Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Corredoura.

Outros templos constituem testemunhos importantes das vivências e sensibilidades locais. Destaca-se a Capela de S. Sebastião, construída em finais do século XV às expensas dos mareantes e mandadores sesimbrenses, que demarcava a fronteira entre uma vila estabelecida no castelo, mas já com uma desocupação acentuada, e uma povoação que não se encontrava ainda legalmente instituída, mas que já estava em franco desenvolvimento econômico e social. Situada a meia encosta, a Capela de S. Sebastião teria servido de eventual local de apoio a quem circulava entre os dois povoados, purgando e purificando a meio caminho quem se dirigisse à povoação do castelo.

A estreita ligação com o mar permitiu que muitas das devoções se desenvolvessem ao ponto de organizarem-se em confrarias ou irmandades, sobretudo entre os séculos XV e XVIII. Em Sesimbra, encontramos não só as de caráter espiritual, como as da Senhora da Boa Viagem ou de São Miguel e as Almas, mas também as de ofícios e, nesse caso, surgiu a do Espírito Santo/Corpo Santo, que, além de possibilitar a ajuda espiritual, prestava também apoio assistencial e caritativo.

A região foi majoritariamente de devoção mariana. A partir do século XVI, registra-se o início do culto a Cristo. Encontramo-lo em três situações devocionais distintas: o Senhor Jesus dos Navegantes (séculos XVII - XX), o Senhor Jesus dos Passos (séculos XVIII - XX) e a devoção às Chagas de Cristo. Este último foi dos cultos mais populares no período tardio da Europa medieval. Portugal remete-nos para o princípio da nacionalidade, nomeadamente para a Batalha de Ourique e para a visão que Afonso Henriques teria tido de Jesus na Cruz. O culto desenvolveu-se em Lisboa e em Setúbal e, tal como em Sesimbra, está relacionado com mareantes, pilotos e pescadores.

Em Sesimbra, a tradição oral aponta o início da devoção às Chagas de Cristo na primeira metade do século XVI, mais precisamente em 1534, quando a imagem do Senhor Jesus das Chagas teria surgido junto à Pedra Alta. A devoção a essa imagem sofreu diversas oscilações,

mas, desde meados dos Seiscentos, fiéis devotos reverenciam-na. Nas *Memórias Paroquiais de 1758*, o Padre Antônio José Pato, da Paróquia de Santiago, respondendo ao interrogatório que lhe fora remetido pelo Desembargador Vigário Geral de Setúbal Henrique Henriques da Maya, refere-se ao "Senhor Jesus das Chagas" como uma "imagem milagrosíssima e de grande devoção"[78].

A partir do início do século XVIII, surgiram referências relativas a uma preocupação constante em administrar e organizar os bens relacionados à festa religiosa, ao altar e à imagem do Senhor Jesus das Chagas. No início do século XVIII, há referência à Confraria das Santíssimas Chagas de Jesus Cristo[79] em um *Termo* que visava à reorganização das capelas da Igreja da Misericórdia, considerando a recém-criada Irmandade dos Passos da Cruz. A referida confraria teria existido pelo menos até 1826, e seria composta em grande parte por irmãos da Irmandade da Misericórdia[80], possuindo escrivão próprio[81].

Apesar da eventual ausência de uma confraria durante grande parte do século XVIII, a festividade das Chagas teria sido sempre dinamizada por um conjunto de pessoas, os festeiros, que se faziam representar por um juiz. Em 1881, surgiu a Irmandade do Senhor Jesus das Chagas de Cezimbra, que esteve em atividade até 1895. Entre o período que medeia o fim dessa irmandade, em finais do século XIX, e a criação da atual Irmandade das Chagas, em 2002, decorreu praticamente um século, e, durante todo aquele período, a celebração às Chagas de Cristo não deixou de ser feita pela classe piscatória sesimbrense, mesmo em alturas de crise, instituindo-se, a partir de 1970, o dia 4 de maio como dia da festa do Senhor Jesus das Chagas, feriado municipal[82].

---

[78] *Memórias Paroquiais de 1758*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
[79] AMS, SCMS *Livro de Registo de Termos e Despesas, 1718-1773*, p. 14v.
[80] AMS, SCMS *Livro de Registo de Termos e Despesas, 1718-1773*, p. 14v.
[81] AMS, SCMS *Livro Terceiro dos Acórdãos e Termos, 1801-1833*, p. 169.
[82] *O Sesimbrense,* de 8 de Novembro de 1969.

O estudo do culto às Chagas de Cristo em Sesimbra é importante do ponto de vista do conhecimento da própria comunidade piscatória, é um símbolo religioso da identidade coletiva da população, lugar de memória de um passado que se faz presente. Para o marítimo, a festa de celebração das Chagas de Cristo já se realizava como hoje desde há muitos séculos, encontrando-se presente na memória e nas práticas devocionais. O fiel reconstrói o seu passado e a memória social a cada ano, em cada ato que pratica e em cada alfaia que usa; desse modo, reforça os laços de pertença e de identidade do grupo de devoção do qual participa ativamente, tal como fizera seu pai, seu avô, que participavam outrora das celebrações ao Senhor Jesus das Chagas. (AMANTE, 2006, p. 89).

Museus relacionados a contextos marítimos e fluviais

Em Portugal, os museus ligados às atividades marítimas em sentido *lato* – espaços museológicos que de alguma forma apresentam em suas coleções temas do mar e da vida das comunidades ribeirinhas (de mar e de rio) – têm uma tradição que remonta ao final do século XIX.

Não pretendemos, nos limites deste texto, apresentar uma descrição exaustiva ou detalhada de cada um desses museus, mas apenas oferecer um panorama tipológico de acordo com as categorias que seguem.

Quadro 8 – Museus com data de inauguração e localidade

Museu	Data de inauguração	Local, Município, Distrito
1. Aquários com espécimes vivos		
Aquário Vasco da Gama [1]	1898	Dafundo, Oeiras, Lisboa
Oceanário de Lisboa[2]	1998	Parque das Nações, Lisboa
Fluviário de Mora[3]	2001	Mora, Évora
2. Museu sobre o fundo mar		
Museu da Vida Submarina e da História Submersa[4]	1969	Lisboa
3. Museus dedicados às atividades de marinha		
Museu de Marinha[5]	Criado em 1863, inaugurado em 1962	Mosteiro dos Jerônimos em Belém, Lisboa
4. Museu de Comunidades Fluviais		
Museu do Rio[6]	2008	Alcoutim, Faro (junto do Rio Guadiana)
Museu Municipal de Vila Franca de Xira[7]	1951 embarcação tradicional 1988	Vila Franca de Xira, Lisboa (estuário do Rio Tejo)
Museu Municipal de Alcochete[8]	2003	Alcochete, Setúbal (estuário do Rio Tejo)
Museu Municipal da Moita[9]	1981	Moita, Setúbal (estuário do Rio Tejo)
Ecomuseu Municipal do Seixal[10] Núcleo Naval e embarcações tradicionais.	Inaugurado em 1984 e remodelado em 1993	Seixal, Setúbal (estuário do Rio Tejo)
Museu Naval de Almada[11]	1991	Almada, Setúbal (estuário do Rio Tejo)
5. Museus de Oceanografia		
Museu do Mar D. Carlos[12]	1976 inaugurado em 1992	Cascais, Lisboa
6. Museus de Indústria Conserveira		
Museu de Portimão[13]	2008	Portimão, Faro
Museu do Trabalho Michel Giacometti[14]	1995	Setúbal
Museu da Indústria Conserveira de Matosinhos[15]	Ainda não inaugurado	Matosinhos, Porto
7. Museus dedicados às comunidades de pescadores e às tecnologias das pescas		
Museu da Pesca do Atum[16]	2000	Tavira, Faro
Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão[17]	1962	Capitania do Orto de Faro, Faro
Museu Etnográfico da Santa Casa da Misericórdia de Alvor[18]	1993	Santa Casa da Misericórdia em Alvor, Portimão, Faro
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal[19]	1974	Setúbal
Museu Municipal de Peniche[20]	1984	Peniche, Leiria
Museu Dr. Joaquim Manso[21]	1956	Nazaré, Leiria
Museu Etnográfico da Praia de Mira[22]	1997	Mira, Coimbra
Navio-Museu Santo André[23]	2007	Ílhavo, Aveiro
Museu Marítimo de Ílhavo[24]	1937	Ílhavo, Aveiro
Rede de Museus de Matosinhos[25]	2012 Núcleo Museológico do Mar[26]	Matosinhos, Porto
Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim[27]	1937	Póvoa de Varzim, Porto
Museu Municipal de Esposende[28]	1993	Esposende, Braga (foz do Rio Cávado)
Museu da Graciosa[29]	1997	Ilha Graciosa, Açores
Museu da Horta[30]	1977	Ilha do Faial, Açores
Museu Baleiro das Lajes do Pico[31]	1988	Ilha do Pico, Açores

Fonte: arquivo dos autores, 2012.

O Museu do Mar de Sesimbra: projeto e o programa do Museu do Mar para Sesimbra

Remonta aos anos 30 a primeira tentativa de criação do Museu do Mar de Sesimbra. Contudo, foi a partir de 1982, com a realização de uma exposição temporária, que o projeto se consolidou, com a criação posterior de uma reserva aberta a visitação.

A partir de 1998, o projeto ganhou novo fôlego com o Programa Museológico de Sesimbra (GONÇALVES, 2000). Nesse programa, foi criada uma rede museológica que elabora uma narrativa sobre o território e sua ocupação pelo homem desde a pré-história até os nossos dias. Nesse contexto, a memória das pescas em Sesimbra estará representada nas instalações da Fortaleza de Santiago, um edifício que remonta ao início do século XVI[83], profundamente reestruturado em 1640 e que, no século XX, foi símbolo da autoridade naval, local onde todos os pescadores tinham que ir para obter as suas licenças de pesca[84].

Situada no centro da Vila, a Fortaleza é para a população de Sesimbra o único espaço possível para a instalação do Museu do Mar, quer pela localização, quer pelo que simbolizava para a comunidade de pescadores.

Um polo museológico sobre as atividades marítimas e a vida quotidiana de Sesimbra

O futuro polo museológico deve assumir a ligação de Sesimbra, e respectivo município, com o mar e a pesca; representar eventos e realizações do passado; descrever o presente, e projetar as potencialidades do oceano e das atividades culturais, científicas, lúdicas e econômicas do lugar.

---

[83] O Forte de *Ancua* foi construído na segunda metade do século XVI, de acordo com um mapa de Terzi.
[84] Os pescadores obtinham as licenças de pesca na delegação marítima. Na Fortaleza estava, num primeiro momento, instalado o poder militar, e, a partir de finais do século XIX, a Brigada Fiscal da GNR, que dava licenças para a venda de pescado na lota da praia.

O centro do discurso da exposição permanente deverá basear-se nas constantes respostas que os pescadores de Sesimbra deram sempre – e continuam a dar – à boa exploração dos recursos marinhos e dos oceanos como fronteira sempre aberta. Sem desvalorizar a apresentação dos fatos históricos e das técnicas e artefatos do passado, pretendemos mostrar que em cada época houve uma organização social, tecnologias e artefatos, que o processo de mutação social e tecnológica se mantém no presente e continuará no futuro. Assim, a exposição deverá salientar permanentemente os elementos de continuidade, apresentando as soluções do presente na sua equivalência com as do passado; mostrar como as formas organizacionais e os artefatos tecnológicos do presente estão destinados, eles próprios, a constituírem passado em um futuro próprio, que valoriza o processo de mudança, o sacrifício, o altruísmo e o sofrimento, que estimula a criatividade e a capacidade de adaptação às mudanças e que propõe o respeito ao ambiente e à preservação dos recursos.

Pretendemos, ainda, que o Museu do Mar de Sesimbra tenha uma natureza lúdica, assentada na dinâmica dos serviços educativos, de educação museológica, que valorizem e promovam novas vias de interatividade com os diferentes públicos, como a experimentação, a utilização e apreensão de recursos todos os sentidos e de materiais expostos.

Acreditamos em um projeto que tenha como um de seus públicos os jovens, que poderão recorrer às instalações especiais e às novas tecnologias (reais e virtuais) para simular atos como remar, zingar, alar redes, preparar e lançar as artes de pesca (empatar anzol, ensarremar aparelho, cozer redes, etc.), identificar as diversas espécies de peixes e seus respectivos ecossistemas (*habitat*), navegar na cabina do barco, usando o leme e aparelhos de orientação e comunicação (GPS, rádio, sondas, orientação pelos astros), dividir o produto da pesca pelo sistema das partes, venda e compra do peixe em lota, com pregão de viva voz.

Ao longo dos anos, foram efetuadas pesquisas junto à comunidade de Sesimbra e realizadas reuniões públicas que permitiram a captura de narrativas de experiências de anos de vida no mar em uma terra de pescadores. As sessões foram sistematizadas no Projeto Memória e Identidade. Há registros de várias horas de conversas em filmes, que nos permitem contar uma história.

Programa museológico e definição das narrativas

O programa museológico está condicionado a um espaço histórico, a Fortaleza de Santiago. Foi desenvolvido de forma sistemática e pluridisciplinar e exigiu vários anos até ficar pronto. A equipe técnica do Museu do Mar de Sesimbra estruturou esse programa com base nas componentes de investigação, documentação, incorporação, registro e inventário, sempre com base na ótica da preservação e da salvaguarda da memória social.

A distribuição funcional e temática da componente museológica da Fortaleza de Santiago é a seguinte:

a) O Território e o Mar;
b) História da Fortaleza;
c) Primeiras evidências das pescas e da navegação em Sesimbra;
d) Homens e embarcações de Sesimbra;
e) Proteção do divino;
f) A literatura e as pescas em Sesimbra;
g) Percursos pela fortaleza e leitura da paisagem;
h) Espaço laboratorial e expositivo dedicado à oceanografia;
i) Visitas em uma embarcação tradicional;
j) Estaleiro Naval.

A relação com o mar é a referência para a definição do programa museológico. A fronteira marítima é um limite ultrapassável, mas deve contar com o apoio imprescindível da comunidade local. Do ponto de vista museográfico, pretendemos utilizar um forte componente gráfico aliado à fotografia.

As narrativas

No Museu do Mar de Sesimbra, a ser instalado na Fortaleza de Santiago, bem no centro da vila e sobre o oceano, serão construídas diferentes narrativas que se conjugarão em uma narrativa que leva à descoberta de uma comunidade.

O Território e o mar

Trata-se de dois aspectos: por um lado, o contexto geográfico e ambiental; por outro, os primórdios mais recuados da história da comunidade. No que se refere ao contexto geográfico e ambiental, será abordada a formação do território por meio da colocação, no exterior da fortaleza, de elementos que permitam ler a paisagem.

No que se refere aos primórdios da comunidade, serão apresentados objetos que assinalam as atividades pesqueiras e marítimas em épocas precisas: a) últimas comunidades de caçadores/recolectores (período Mesolítico, cerca de 10.000 a 5.000 anos a.C.); b) primeiras comunidades de agricultores/pastores (período Neolítico, cerca de 4.000 anos a.C.); c) comunidades metalúrgicas da Idade do Bronze, de 1.000 anos a.C.; d) Idade do Ferro, cerca de 500 a.C.; e) época romana, entre os séculos I-IV d.C.; f) época visigótica; g) época islâmica, século X.

História da Fortaleza de Santiago

O espaço do Museu do Mar é a Fortaleza de Santiago, um edifício histórico. Portanto, haverá uma exposição dedicada à mesma, com ênfase: a) à construção da primeira fortaleza no início do século XVI, posteriormente atacada por uma armada inglesa em 1602; b) ao contexto histórico da construção da atual Fortaleza, bem como à sua ligação com outras fortalezas da região; c) à abordagem cronológica sobre a arquitetura, os acontecimentos relevantes, o uso militar, a organização do espaço, os militares e as personalidades que passaram pela Fortaleza; d) à Fortaleza como centro da autoridade marítima, para onde os pescadores tinham que se deslocar; e) à história mais re-

cente; f) aos manequins trajados de soldados por toda a Fortaleza; g) às plantas da Fortaleza; h) às fotografias de atividades mais recentes.

Primeiras evidências das pescas e da navegação em Sesimbra

O Museu do Mar de Sesimbra terá um núcleo expositivo responsável por abordar os primórdios da atual comunidade sesimbrense – originada do século XIII – em textos e objetos: a) conteúdos da época islâmica; b) Foral de 1201 de registro a fundação da Vila, então instalada no Castelo, e com a primeira menção às pescas; c) materiais que marcam a origem da comunidade junto do mar, a Ribeira de Sesimbra, com o rei D. Dinis (1279-1325), apesar de poder remontar à época anterior; d) embarcações e primeiras referências à construção naval com alusão aos conhecimentos náuticos que influenciaram os descobrimentos, com apresentação da maquete de uma Caravela de Sesimbra; e) artefatos de pesca e espécies pescadas.

A comunidade de Sesimbra e o mar

Trata-se do principal núcleo expositivo, centrado em imagens fotográficas atuais e passadas. O propósito é que a comunidade se identifique com o que está posto hoje e com os seus antepassados mais recentes. Serão apresentadas fotografias de objetos em contextos determinados a fim de construir uma narrativa que aborde a vida na comunidade em terra e no mar, e ambas as realidades frente a frente. Haverá textos, fotografias, vídeos, objetos, frases de depoimentos, maquetes de barcos, etc.

Em terra: a) pescadores e pescadoras; b) relação com a autoridade marítima, os registros, as cédulas de inscrição marítima, os livros de registro e de embarque; c) o escritório do armador; d) a casa; e) a família, as mulheres e suas ocupações, os filhos e a educação; f) a formação profissional nas pescas; g) os tempos livres; h) o preparo em terra para o trabalho no mar; i) os estaleiros navais; j) o porto de pesca; l) a vila e os aspectos da vivência quotidiana; k)

associações recreativas; m) associações profissionais e organização do trabalho; n) as lutas por melhores condições de vida; o) as lotas; p) o comércio; q) a indústria conserveira; r) festa e diversão; s) turismo de pesca desportiva; t) o moço chamador para o mar.

No mar: a) saída para o mar; b) os mares de Sesimbra, com mapa do mar local e mar longínquo; c) tipos de barcos; d) espaço da viagem, com apresentação de um vídeo e fotos de uma saída para o mar; e) técnicas de pesca; f) vida a bordo no mar; g) cozinhar a bordo e respectivas receitas culinárias; h) preparar redes; i) limpar o barco; j) pilotar e respectiva tecnologia e sua evolução; l) preparar o peixe; k) dormir e repousar; m) desembarcar e retirar o peixe, denominada "a verga".

Homens e embarcações de Sesimbra

Numa sala, pretendemos realizar uma homenagem a todos os pescadores mortos no mar e uma evocação a todos os homens e mulheres que trabalharam no mar em Sesimbra. Para isso será feita uma projeção de registros fotográficos de pescadores em diferentes momentos de suas vidas desde o final do século XIX até tempos recentes. Também será criado um banco de dados com cédulas marítimas. Faremos referência aos nomes de todos os barcos, pelo menos desde o início do século XX, dada a forte carga simbólica desses nomes e a presença constante deles na memória coletiva dos sesimbrenses. Será realizada projeção de barcos e ainda haverá possibilidade de consultar a base de dados.

Proteção do divino

Neste núcleo, fortemente encenado, tratar-se-á das sensibilidades, da religiosidade centrada na principal celebração, ainda presente em Sesimbra: a festa ao Senhor Jesus das Chagas, que ocorre sempre no dia 4 de maio. Será abordada a lenda do milagre de aparecimento da imagem que deu origem à celebração. As representações

de componentes artísticos (a própria imagem do século XVI) e a história da celebração também serão contempladas. As festas serão evocadas na atualidade por meio da descrição dos rituais, da preparação, dos mordomos, dos objetos de devoção (cendais de Cristo, bandeiras, registros em escamas de peixe, etc.), da procissão, dos cânticos, etc. Serão exibidos também textos, fotografias, vídeo e encenações da celebração ao Senhor Jesus das Chagas. Far-se-á referência ainda a outras celebrações organizadas pelos homens do mar, como as lendas de origem, as suas composições artísticas e históricas, com destaque para aquelas em louvor a Nossa Senhora da Boa Viagem e a Nossa Senhora do Cabo Espichel.

A literatura e as pescas em Sesimbra

Referências em textos literários e clássicos sobre as pescas, Sesimbra e seus pescadores: Luís de Camões (século XVI), Baldaque da Silva (século XIX), Raul Brandão (século XX), dentre outros.

Percursos pela Fortaleza de Sesimbra e leituras da paisagem

Trata-se de uma dupla interpretação: da paisagem envolvente e da arquitetura da fortaleza histórica em que se insere o museu. A primeira será realizada por meio de leitores da paisagem, explicitando-se, em termos geológicos, a formação da mesma. A segunda será possível assinalando-se os diferentes espaços da Fortaleza: entrada, torres, esplanada, cozinhas, camaratas, cômodos de oficiais, cisterna, paiol, residência do governador da Fortaleza e capela privada.

Espaço laboratorial e expositivo dedicado à oceanografia

Será criado um espaço laboratorial de introdução às ciências oceanográficas, que se pretende que seja lúdico. Abrigará experimentação e introduzirá processos utilizados para se conhecer os oceanos que interessa preservar. Terá um laboratório e um apalpário de espécies marítimas.

Visitas em uma embarcação tradicional

O museu dispõe de uma embarcação tradicional, o "Nossa Senhora da Aparecida", que permitirá ao visitante apreciar a dimensão de uma embarcação.

Estaleiro naval

Com relação à área portuária, será criado um polo museológico em um estaleiro naval – cuja continuação foi comprometida pelo mercado atual, pelas restrições aplicadas às pescas e pela criação das reservas marítimas. Esse polo funcionará como uma extensão do espaço museológico da Fortaleza de Santiago. O estaleiro naval encontra-se equipado com todos os meios necessários para a construção de embarcações em madeira. Hoje, devido aos constrangimentos nas pescas, essas embarcações têm sido as maiores vítimas. Então, o polo museológico deverá funcionar como estaleiro, *atelier* de construção naval e local de socialização dos saberes de mestres estaleiros a fim de conservar embarcações, cujo futuro seria o da destruição; porém, através do programa museológico, será permitida a recuperação.

Nesse sentido, para criar um espaço de museologia experimental, o primeiro aspecto é a continuação do trabalho dos atuais mestres em prol do desenvolvimento de um *atelier*/escola. Serão recolhidas as embarcações de madeira que seriam abatidas e dar-se-á início a um processo de restauro das mesmas com a participação dos visitantes. Estes, por meio da participação ativa, passarão a ter um saber prático a respeito do procedimento de recuperação de cada embarcação. Assim, os barcos recuperados terão nova função, agora não nas pescas, mas sim no desenvolvimento de um turismo marítimo e de lazer (neste caso, embarcações poderão ser adquiridas por particulares ou associações). Particulares ou associações, dessa forma, poderão patrocinar a recuperação das embarcações.

Esse processo permitirá a continuação do estaleiro naval e a transmissão dos saberes a respeito da confecção dos navios em Se-

simbra. Além disso, possibilitará um retorno financeiro que garanta a manutenção do local e dos recursos humanos e materiais.

A comunidade de pescadores de Sesimbra

Atualmente, vivenciamos tempos de acelerada mudança no mundo da pesca – última grande atividade do homem como caçador (a pesca é uma forma de caça). Os recursos pesqueiros não foram reproduzidos ao ritmo das capturas, mas têm ao seu serviço toda uma tecnologia de apoio, que coloca o homem em grande vantagem. Em consequência, as quantidades pescadas nunca foram tão elevadas e assistiu-se, nos últimos anos, ao financiamento do abate de navios e ao decréscimo do número de pescadores. Hoje, a média etária dos pescadores é muito elevada, os mais jovens não veem futuro nas pescas. Por todo território português, as comunidades pesqueiras começam a viver cada vez mais das suas memórias.

Os museus surgem como instituições que evocam e fixam a memória coletiva de uma comunidade. Ao longo da breve abordagem sobre os museus ligados ao mar (e aos rios), verificamos que predominam aqueles dedicados às comunidades de pescadores e às tecnologias das pescas. Isso se revela como resultado da necessidade social de salvaguardar memórias de vivências quotidianas e de tecnologias. Os casos mais evidentes são o Museu da Graciosa e o Museu Baleiro das Lajes do Pico, centrados em práticas pesqueiras já extintas, como a pesca à baleia. Acordos internacionais, procurando respeitar o contexto da economia local, converteram essa pesca em visitas de aproximação aos cachalotes.

No caso de Sesimbra, a comunidade pesqueira teve uma enorme redução em sua frota nos últimos anos em virtude de diretivas da União Europeia. Somado a isso, praticamente toda a costa marítima de Sesimbra foi classificada como reserva marinha,

impedindo qualquer prática de pesca, mesmo a mais artesanal.

Como consequência direta, o estaleiro naval tradicional deixou de ser viável e fechou as suas portas. Por outro lado, ao longo da história, os pescadores de Sesimbra souberam ter a capacidade de inovar, procurar novos mares, introduzir novas tecnologias, buscar novas espécies, diversificar as capturas e as suas atividades.

É este o momento em que nos encontramos: a busca por novos processos que permitam a continuação da comunidade com o turismo costeiro; a obtenção de novos produtos resultantes das pescas, os quais tenham maior valor agregado; a procura por novos mares e novas espécies.

Assim, a construção do Museu do Mar – espaço mais simbólico para a comunidade –, na Fortaleza de Santiago – onde outrora estava a autoridade marítima – constitui-se numa necessidade social de salvaguardar memórias ancestrais, de evocar epopeias e, sobretudo, a vida da comunidade. O Museu do Mar de Sesimbra poderá ser a essência das memórias mais vivas da vila.

Referências bibliográficas

Abreviaturas:

AMS – Arquivo Municipal de Sesimbra

SCMS – Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra

Fontes escritas:

AMS, SCMS *Livro de Registo de Termos e Despesas, 1718-1773.*

AMS, SCMS *Livro Terceiro dos Acórdãos e Termos, 1801-1833.*

Memórias Paroquiais de 1758, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Dicionário Geográfico de Portugal, vol. 10 c3, n. 285, p. 1941- 1956.

Publicações impressas:

ALBERTO, E. **Um negócio piedoso:** o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna. Tese de Doutoramento em História, Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2010.

AMANTE, M. de F. C. Fronteira e identidade local. Estratégias para a produção de localismos na zona praiana. In PERALTA, Elsa, e ANICO, Marta (org.) **Patrimônio e identidades**. Ficções contemporâneas. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2006.

ALMEIDA, C. A. B. **A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave.** Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média, In: I Seminário Internacional sobre o Sal Português, Porto, Portugal: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, p. 137-170, 2005.

ALVES, F.; REINER, F.; ALMEIDA, M. J.; VERÍSSIMO, L. Os cepos de âncora em chumbo descobertos nas águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. In: **O Arqueólogo Português**, 4, p. 109-185, 1988-1989.

BERNARDO, H. B. Monografia de Sesimbra. **Estudo geoeconômico do concelho**. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 1941.

BUGALHÃO, J. **A Indústria Romana de Transformação e Conserva de Peixe em Olisipo***:* Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 37-50, 2001.

CALIXTO, Carlos Pereira. Francisco Matos Machado, Capitão-Mor de Sesimbra, Apontamentos para a História das fortificações Marítimas. **Jornal Raio de Luz.** 1981.

CARDOSO, João Luís. Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, vol. 12, n. 1. 2009, p. 73-114, 2009.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte. **Forais de Sesimbra***.* Memórias de um Concelho. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2001.

CRUZ, Maria Alfreda. **Pesca e Pescadores em Sesimbra**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 79-90, 1966.

CUNHA, Rosalina B. da Silva. Subsídios para a conservação do peixe em Portugal. Do século XII ao XVI. In: **Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**, vol. XXIX, 1972.

FERREIRA, Luís; CONCEIÇÂO, Andreia. Vestígios da ocupação romana na frente marítima da Vila de Sesimbra. In: Luís Jorge Gonçalves, Manuel Calado *et al* (org.). **O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra***.* Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, p.164-165, 2009.

GONÇALVES, Luís Jorge; PEREIRA, Fernando Antônio Batista; DAURTE, Ana. **Festas, feiras e romarias:** percursos na Costa Azul. Setúbal: Região de Turismo da Costa Azul, 1977.

GONÇALVES, Luís Jorge. "Museu de Sesimbra: um projeto para o século XXI". In: **Sesimbra Cultura n. 1.** Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, p. 76-95, 2000.

GONÇALVES, Luís Jorge, CALADO, Manuel *et al*. **No Tempo do Risco***:* Carta Arqueológica de Sesimbra. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2009.

GONÇALVES, Luís Jorge. "Patrimônio histórico e arqueológico: exemplos de intervenção em Évora, Sesimbra e Idanha-a-Nova (Portugal)". In: Áurea Pinheiro, Luís Jorge Gonçalves, Manuel Calado (org.). **Patrimônio Histórico e Cultura Indígena**. Teresina: EDUFPI; Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, p. 75-92, 2012.

GUERRA, Joaquim Preto. **Estudos Históricos e Outros Escritos.** Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, p. 27-110, 2006.

MARQUES, Antônio Reis. **As Artes de Pesca de Sesimbra.** Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, p. 24-48, 2007.

MONTEIRO, Rafael. **Alguns mareantes desconhecidos da terra de Sesimbra**: e outros textos, Sesimbra. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, p. 43, 2001.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá. "A vila de Sesimbra na época dos Descobrimentos". In: **Sesimbra Cultural n 1**, Câmara Municipal de Sesimbra, 1991.

PATO, Heitor Baptista. **Nossa Senhora do Cabo***.* Um culto nas terras do fim. Artemágica, 2008.

PAULO, Jorge Afonso Silva. "Aspetos do desenvolvimento da vila de Sesimbra: Do Castelo à Ribeira (1165-1535)" In*:* **Sesimbra Cultural n. 2.** Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 1992.

PEDROSA, Fernando Gomes. "As devoções marinheiras através dos tempos". **Anais do Clube Militar Naval**, vol. CXVI, out-dez, 1986.

O Sesimbrense. 8 de novembro de 1969.

PEREIRA, J. M. M. A transição da navegação mediterrânica para o Atlântico. **Mestrado em História dos Descobrimentos.** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1996.

RODRIGUES, Raul Pinto. **Artes e Ofícios em Sesimbra** (1925/1950). Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, p. 145-151, 2003.

SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor Manuel. "Vestígios da Antiga Capela do Espírito Santo dos Mareantes em Sesimbra", In: **Atas das III Jornadas Arqueológicas**, vol. I, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978.

Webgrafia

Museu Municipal de Alcochete. Disponível em: <http://www.cm-alcochete.pt/pt/conteudos

/areas+interesse/cultura/equipamentos/museu+municipal+alcochete/>. Acesso em: out. 2014.

Cais e estaleiros navais. Disponível em: <http://www.cm-moita.pt/pt/conteudos/o+concelho

/patrimonio/fluvio-maritimo/embarcacoes+tradicionais/?wbc_purpose=basic&WBCMODE=

presentationunpublishedservicosloginfologinFOloginFOloginFOservicos>. Acesso em: out. 2014.

GONÇALVES, L. J. A Moita, os Barcos e o Tejo. Disponível em: <http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/30E942FB-A83D-42FD-8D43-860AB21B9726/5288/barcos.pdf>. Acesso em: out. 2014.

Conhecer o Museu Naval. Disponível em: <http://www.m-almada.pt/portal/page/portal

/MUSEUS/NAVAL/?mus=1&actualmenu=4197710&mus_nuc_naval=5712427&cboui=5712427>. Acesso em: out. 2014.

Museus. Disponível em: <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/museus/72>. Acesso em: out. 2014.

MUMA - Rede de Museus de Matosinhos. Disponível em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/446>. Acesso em: out. 2014.

Arraial Ferreira Neto. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arraial_Ferreira_Neto>. Acesso em: out. 2014.

Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão. Disponível em: <http://museusdoalgarve.wordpress.com/about/museu-maritimo-almirante-ramalho-ortigao/>. Acesso em: out. 2014.

Museu Etnográfico da Santa Casa da Misericórdia de Alvor. Disponível em: <http://radix.cultalg.pt/visualizar.html?id=3574>. Acesso em: out. 2014.

500 Anos do Foral Manuelino da Pederneira. Disponível em: <http://mdjm-nazare.blogspot.pt/>. Acesso em: out. 2014.

Navio-Museu Santo André. Disponível em: <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/pages/33> Acesso em 10/2014.

Museu Etnográfico da Praia de Mira. Disponível em: <http://www.cm-mira.pt/www//Templates/GenericDetails.aspx?id_object=2674&divName=912s1023&id_class=1023>. Acesso em: out. 2014.

Museu Municipal. Disponível em: <http://www.cm-esposende.pt/site/microsite.php?area=MUSEUMUNICIPAL#![navegador]Microsites/MUSEUMUNICIPAL/Apresentacao.php>. Acesso em: out. 2014.

Museu da Graciosa. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-drcultura-mg/>. Acesso em: out. 2014.

(Footnotes)

[1] http://aquariovgama.marinha.pt/PT/Pages/homepage.aspx

[2] http://www.oceanario.pt/. a inauguração d'O Oceanário de Lisboa assinalou a chegada de Vasco da Gama à Índia igualmente como o aquário Vasco da Gama, cem anos antes. Trata-se de um projeto de grande escala, como outros oceanários internacionais. Tem uma gestão privada, embora seja de domínio público.

[3] http://www.fluviariomora.pt/

[4] http://www.cpas.pt. O Museu da Vida Submarina e da História Submersa resulta de expedições por membros do Centro Português das Atividades Subaquáticas, realizadas na costa do continente português nas ilhas dos Açores, da Madeira e ex-colônias da África, ao longo de várias décadas, no fundo do mar; no seu acervo há peças de arqueologia e de espécies marinhas, equipamentos de imersão e representações das respectivas evoluções.

[5] http://museu.marinha.pt/museu/site/pt. É um museu dedicado à história da marinha portuguesa, que é apresentada em maquetes de barcos e pinturas históricas. Incorpora ainda galeotas e barcos de pesca da costa portuguesa, bem como o hidroavião que fez a primeira ligação aérea entre Portugal e o Brasil. Este museu agrega ainda o navio histórico "Fernando II e Glória".

[6] http://www.cm-alcoutim.pt/portal_autarquico/alcoutim/v_pt-PT/menu_turista/cultura/museus/museu_do_rio/. Este museu leva-nos para a história do rio Guadiana, centrando-se no transporte do minério no rio, nos tipos de pesca artesanal e no contrabando.

[7] http://www.museumunicipalvfxira.pt/PageGen.aspx. Este detém uma antiga embarcação recuperada que realiza passeios pelo Rio Tejo.

[8] http://www.cm-alcochete.pt/pt/conteudos/areas+interesse/cultura/equipamentos/museu+municipal+alcochete/. Este tem no núcleo sede do museu uma exposição sobre as atividades fluviais e marítimas, como a construção naval, e, ainda, uma antiga Casa do Sal, um antigo armazém de sal inserido na área das salinas e que é memória da atividade, que teve impacto social naquele município.

[9]http://www.cm-moita.pt/pt/conteudos/o+concelho/patrimonio/fluvio-maritimo/embarcacoes+tradicionais/?wbc_urpose=basic&WBCMODE=presentationunpublishedservicosloginfologinFOloginFOloginFOservicos. Este tem uma embarcação tradicional do Rio Tejo recuperada, o barco de tipo Varino de nome "Nossa Senhora da Boa Viagem", que realiza visitas pelo estuário do Tejo, e outro barco, "A Pombinha", que serve para visitas. Existe ainda uma salina recuperada, onde se trata do processo de extração do sal e do ecossistema dos sapais do estuário do rio Tejo.

[10] http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_hpage. Tem um núcleo dedicado às atividades fluviais. Instalado desde 1993 em um antigo estaleiro naval, tem uma oficina que realiza miniaturas de barcos, uma exposição de miniaturas de barcos do rio Tejo e ainda três embarcações tradicionais que realizam passeios pelo estuário do Tejo.

[11] http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/MUSEUS/NAVAL/?mus=1&actualmenu=4197710&mus_nuc_naval=5712427&cboui=5712427. Está em uma das instalações da extinta Companhia Portuguesa de Pescas e contempla uma exposição de construção naval no Concelho de Almada, centrada na construção em madeira e em ferro; tem, ainda, uma coleção de pesca doada pela própria Companhia Portuguesa de Pescas.

[12] http://www.cm-cascais.pt/museumar/home.html

13 http://www.cm-portimao.pt/portal_autarquico/portimao/v_pt-PT/menu_municipe/servicos_municipais/museu_municipal/

[14] http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/museus/72

[15] http://www.cm-matosinhos.pt/pages/446

[16] http://pt.wikipedia.org/wiki/Arraial_Ferreira_Neto. Na atualidade, integra um complexo hoteleiro, Hotel Vila Galé Albacora, em Quatro Águas. Os terrenos de uma antiga empresa de pesca de atum foram adquiridos pelo hotel, o qual criou um espaço museológico na estrutura hoteleira. Esse museu apresenta miniaturas de barcos e embarcações em exposição, um vídeo sobre a arte da pesca do atum e uma maquete de uma armação da pesca em alto-mar.

[17] http://museusdoalgarve.wordpress.com/about/museu-maritimo-almirante-ramalho-ortigao/. Esse museu exibe, presentemente, uma coleção etnográfica sobre a atividade marítima e da pesca algarvia. Possui três salas com nomes de estudiosos locais e de temas marítimos – Baldaque da Silva, Lyster Franco e Manuel Bívar. Nessas salas estão expostos navios de pesca e outras embarcações, aparelhos e utensílios de pesca, instrumentos, aparelhos e material de bordo, dentre outros.

[18] http://radix.cultalg.pt/visualizar.html?id=3574. Com esse espaço se pretendeu recriar os usos e costumes das pessoas nas atividades relacionadas, dentre outras, com o mar do ponto de vista etnográfico.

[19] http://museu-maeds.org/. Esse tem, entre suas coleções de arqueologia e etnografia, uma dedicada às pescas, ao sal e às atividades de transporte marítimo no distrito de Setúbal (uma região administrativa portuguesa). É um museu de caráter regional, cuja coleção abrange as embarcações tradicionais dos estuários dos rios Tejo e Sado e ainda trata das técnicas de pesca no estuário do Rio Sado e na costa do Alentejo, particularmente na Vila de Sines.

[20] http://www.cm-peniche.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=929bebc7-b244-47a0-8779-091fe1736281&m=a30. Esse museu tem exposições, dentre outras, sobre as pescas, a construção naval e as rendas de bilros. Está instalado na Fortaleza de Peniche, um dos monumentos emblemáticos da história recente portuguesa pelo fato de ter funcionado como prisão política durante a ditadura militar em Portugal. O espaço museológico tem,

por isso, a missão de conjugar uma história recente portuguesa com a evocação da vida quotidiana ligada ao mar daquele que é o maior porto de pesca português.

[21] http://mdjm-nazare.blogspot.pt/. Suas coleções centram-se nas temáticas locais, com particular incidência sobre o quotidiano da comunidade de pescadores, técnicas de pesca e respectivas embarcações nas fainas do mar.

[22] http://www.cm-mira.pt/www//Templates/GenericDetails.aspx?id_object=2674&divName=912s1023&id_class=1023. Com um acervo recolhido pelo Centro Cultural e Recreativo da Praia de Mira e pela Câmara Municipal de Mira. Está instalado em um edifício de raiz, que reproduz uma casa tradicional de palafita, designada de "Palheiro". Organiza-se em dois pisos: o primeiro dedicado às artes de pesca no mar da região e o segundo, ao quotidiano das populações locais, desde as roupas, à profissão, à agricultura, à pesca e a outros aspetos da vida diária.

[23] http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/pages/33. Trata-se de uma embarcação que fez parte da frota portuguesa de bacalhoeiros e pretende ilustrar as artes do arrasto do bacalhau. A sua transformação em espaço museológico é o resultado da redução da frota pesqueira no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, por imposições do governo português e da União Europeia. Para salvar o navio, o armador uniu-se ao Museu Marítimo de Ílhavo. Transformaram, assim, o Santo André em navio-museu. Foi inaugurado em 23 de agosto de 2001 e apresenta a História do arrasto do bacalhau, a vida a bordo e honra a memória de seus tripulantes durante meio século de atividade.

[24] http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/pages/69. Pretende ser um espaço de memória dos ilhavenses. Começou com uma vocação etnográfica e regional; hoje, diversificou as suas coleções e exposições. Em 2001, ficou instalado no atual edifício, construído de raiz para albergar as suas coleções, o que permitiu uma renovação completa do mesmo. O bacalhau em toda a sua dimensão natural e de pesca é o tema central nas exposições permanentes do aquário e no Navio-Museu Santo André. Uma das exposições é dedicada à pesca do bacalhau intitulada "faina maior", que trata da pesca do bacalhau à linha com dóris de um só homem, nos mares da Terra Nova e da Groelândia. A Ria de Aveiro é tema de outra exposição, onde são tratadas as fainas agrárias e marítimas. Uma terceira exposição permanente apresenta uma coleção de modelos de embarcações que exprime a diversidade do patrimônio marítimo-fluvial português e a forte ligação dos ilhavos com o mar. O museu tem ainda uma exposição artística dedicada ao tema do mar – pinturas, desenhos e cerâmicas – e uma coleção de malacologia.

[25] http://www.cm-matosinhos.pt/pages/446. Incorpora dois núcleos museológicos dedicados ao mar, a "Casa do Mar e Tanques Romanos" e o "Núcleo Museológico do Mar". Existe, ainda, um projeto de criação de um museu dedicado à indústria conserveira. No que se refere à "Casa do Mar e Tanques Romanos", trata-se de um complexo museológico instalado em uma antiga casa ligada ao mundo rural, onde se guardavam os barcos e os apetrechos usados na faina da apanha do sargaço, uma alga utilizada para adubar as terras agrícolas. Na parte exterior contígua à casa, foram ainda descobertos tanques de fabrico de preparados e salga de peixe da época romana, datados dos séculos II-V.

[26] Neste existe uma exposição permanente com objetos que reconstituem memórias que fizeram parte do quotidiano da comunidade dos pescadores matosinhenses; são alfaias da faina, como redes ou cabazes, trajes, réplicas de embarcações, peças do quotidiano doadas por pescadores e seus familiares à Instituição. Destacamos ainda o denominado "Cais da Memória", onde se encontram expostas em painéis as fotografias de pescadores da comunidade local já falecidos.

[27] http://www.cm-pvarzim.pt/povoa-cultural/museu-municipal/texto-sobre-o-museu. Foi fundado, em 1937, por um membro da comunidade piscatória que receava a perda das tradições da comunidade. Hoje, o museu integra numerosas coleções com destaque para as relacionadas ao quotidiano da comunidade piscatória, cenas da vida poveira, desde o nascimento até à morte, a faina, os modelos de barcos de pesca e salva-vidas, as tradições religiosas, a par das medalhas do Cego de Maio, dos retratos deste e de outros heróis, que foram pescadores.

[28] http://www.cm-esposende.pt/site/microsite.php?area=MUSEUMUNICIPAL#![navegador]Microsites/MUSEUMUNICIPAL/Apresentacao.php. Retrata aspetos da vida quotidiana da comunidade piscatória, particularmente da especificidade de trabalho na agricultura e nas pescas.

[29] http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-drcultura-mg/. Trata-se de um museu que documenta o mundo rural da Ilha por meio de antigos pavilhões dedicados à guarda dos apetrechos e embarcações da pesca à baleia e do Barracão dos Botes Baleeiros de Santa Cruz, um núcleo sobre essa atividade que marcou muito fortemente o imaginário das populações da Ilha e ficou desativado com o fim da pesca.

[30] http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/Museu+da+Horta/. A coleção e exposição relacionam-se com o mar, centram-se em dois temas relacionados à importância estratégica da Horta nas comunicações do Atlântico Norte. Na primeira, sobre a história do porto da Horta, são apresentados objetos tecnológicos relacionados a essa história; a segunda relaciona-se às estações do cabo submarino, que entre os séculos XIX e XX operaram na Ilha como centro nevrálgico das comunicações do Atlântico Norte.

[31] http://www.municipio-lajes-do-pico.pt/paginas.asp?id_sec=56. Com o fim da pesca à baleia, surgiu a necessidade de fixar uma memória social sobre uma faina local que marcou gerações de pescadores. Em 1971, teve início o processo, que passou pelo arrendamento de antigos pavilhões para guardar botes baleeiros e, em 1988 deu-se, finalmente, a inauguração. Alberga exposições permanentes sobre o bote baleeiro açoriano, a tenda de ferreiro, a construção naval, a arte baleeira e a vida dos baleeiros em terra, além de um centro de documentações sobre o tema da pesca à baleia nos Açores.

PERFIL DOS AUTORES

Aline Trigueiro
Doutora em Sociologia pelo PPGSA/UFRJ. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES. É, ainda, uma das Coordenadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES. E-mail para contato: aline.trigueiro@uol.com.br

Andreia Filipa Correia Pinto Conceição
Arqueóloga; Mestranda em História da Náutica e Arqueologia Naval, Universidade Autónoma de Lisboa; Pós-Graduada em Património e Projetos Culturais, ISCTE – IUL (Instituto Universitário de Lisboa); Licenciada em Arqueologia e História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Técnica Superior na Câmara Municipal de Sesimbra; Membro da Comissão Técnica da Candidatura da Arrábida a Património Mundial.

Áurea da Paz Pinheiro
Historiadora; doutorado em História na Unicamp, Campinas, São Paulo; estágio de pós-doutoramento Senior/C e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa; professora da Universidade Federal do Piauí e da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa; líder do Grupo de Pesquisa Memória, Ensino e Patrimônio Cultural/CNPq e VOX MUSEI: arte e patrimônio; Coordenadora do GT Nacional Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História, ANPUH Brasil; sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E-mail para contato: aureapazpinheiro@gmail.com

Cássia Moura
Fotógrafa e documentarista. Doutoranda em Belas-Artes e pesquisadora do CIEBA, Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa; investigadora do Grupo de Pesquisa/CNPq/Brasil Memória, Ensino e Patrimônio Cultural.

Cristina Conceição
Mestranda em História da Náutica e Arqueologia Naval pela Universidade Autónoma de Lisboa; Licenciada em Antropologia pelo ISCTE – INL (Instituto Universitário de Lisboa), e licenciada em Gestão de Empresas Turísticas pelo Instituto Novas Profissões. Pós graduada em Património e Projectos Culturais pelo ISCTE – INL. Tecnica Superior na Câmara Municipal de Sesimbra.

Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Graduado em Ciências Sociais pela UFRPE (1999), mestre em Sociologia pela UFPE (2002) e doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP (2007). Atualmente, pesquisa e orienta estudos no campo da Socioantropologia da Pesca, é professor adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da UFRPE, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É um dos coordenadores do Grupo de Estudos Mares, Ambientes e Ruralidades (GEMARES-CNPq). E-mail para contato: cristiano.ramalho@yahoo.com.br

David Soares
Atualmente integra o grupo de pesquisa 'Governança, Biodiversidade, Áreas protegidas e Inclusão Social' da UFRJ. Doutor em Sociologia pelo IFCS/UFRJ. Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).Trabalhou em projetos de consultoria socioeconômica para o ICMBio. Linhas de pesquisa: movimentos sociais, ambientalismo, conflito ambiental, antropologia da pesca, comunidades tradicionais, áreas naturais protegidas. E-mail para contato: ecodavi@yahoo.com.br

Jerônimo Amaral
Bacharel em geografia, com especialização em Ciências Humanas e Desenvolvimento Regional e mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalhou como técnico no Centro Estadual de Unidades de Conservação, Estado do Amazonas e foi coordenador de economia social pela ONG Conservação Internacional do Brasil. Atualmente presta consultoria. E-mail para contato: jeronimo.carvalho@gmail.com

João Ventura
Historiador e Museólogo; responsável pelo Museu Municipal de Sesimbra. Desenvolve pesquisas sobre o património marítimo e naval português.

Luís Jorge Rodrigues Gonçalves
Historiador da Arte, Arqueólogo e Museólogo; doutorado em Belas-Artes, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Foi diretor da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa; membro do CIEBA, Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes, docente dos Programas de Pós-Graduação em Museologia e Museografia e Belas-Artes, especialidade em Museologia. E-mail para contato: luisjrg@gmail.com

Márcio De Paula Filgueiras
Bacharel em Ciências Sociais (UFES) onde atuou como professor substituto no Departamento de Ciências Sociais. Doutor em Antropologia (UFF), é pesquisador do INCT-INEAC/UFF. Recebeu uma menção honrosa no ano de 2008 no Concurso Antropologia e Direitos Humanos promovido pela Associação Brasileira de Antropologia e pela Fundação Ford. Entre 2010 e 2011 usufruiu de uma bolsa Sandwich Fulbright que permitiu a estada como estudante visitante na Universidade de Stanford, na Califórnia (EUA). Atualmente é professor DI da área de Ciências Socais e Humana no IFES. E-mail para contato: mpfilgueiras@gmail.com

Mª do Rosário de Fátima Andrade Leitão
Doutora em Estudios Ibero americanos pela Universidad Complutense de Madrid e Pós-doutora pelo Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Professora Associada da UFRPE atua na Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Coordena, desde 2002, o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE, é pesquisadora do Navi/UFSC. Tem coordenado projetos financiados pelo CNPq, MPA, MDA, SPM, MEC, destacando-se as publicações oriundas destes projetos: "Gênero e trabalho: diversidade de experiências em educação e comunidades tradicionais", e "Gênero e Pesca Artesanal pela Editora Liceu", em 2012. E-mail para contatos: rosarioufrpe@yahoo.com.br

Solange Fernandes Soares Coutinho.
Geógrafa, Licenciada em Geografia, Especialista em Ecologia, Mestre em Geografia e Doutoranda em Educação. Pesquisadora Adjunto da Fundação Joaquim (Fundaj) atuando na Coordenação de Estudos Ambientais da Diretoria de Pesquisa e Professora Titular da Universidade de Pernambuco (UPE). É membro da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco representando a Fundaj. E-mail para contato: solange.coutinho@fundaj.gov.br

Winifred Knox
Doutora em Ciencias Sociais pela UFRN, mestre em sociologia pelo IFCS/UFRJ, especialista em filosofia e lógica pelo Defil/UFRN. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES. É, ainda, uma das Coordenadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES. E-mail para contato: winknox@hotmail.com

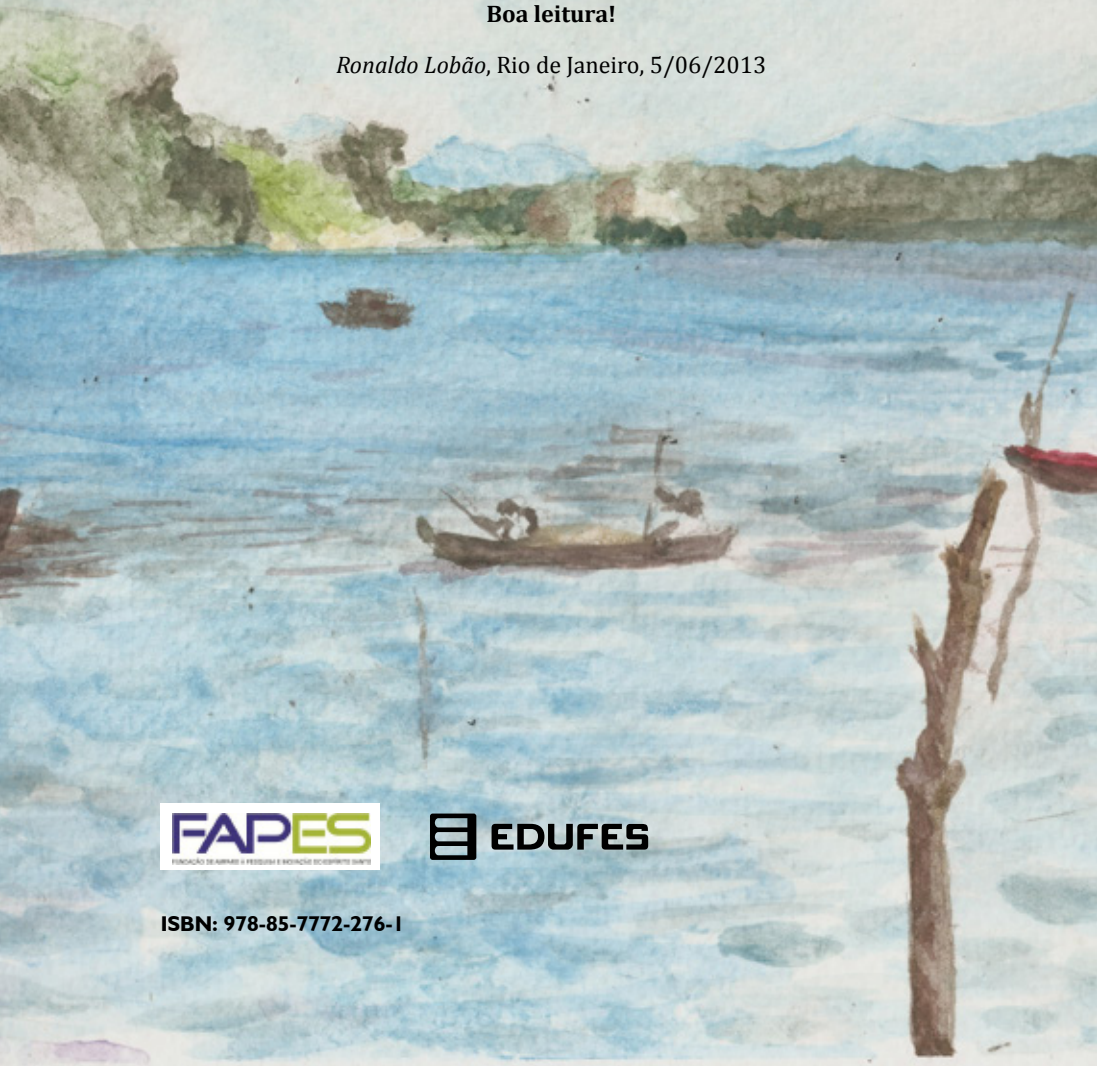
"Já se disse que o Brasil cresceu de costas para o continente, com os olhos voltados para o Velho Mundo. Hoje posso dizer que o continente e o Mundo Globalizado estão com os olhos voltados para a costa. De um lado a busca por uma modernização que aumente o fluxo das riquezas a partir do interior ao oceano e as conecte mais rapidamente com o mercado global. De outro a exploração *offshore* de petróleo, que implica em uma ligação direta e constante entre as plataformas na costa e o continente"...

"Até que ponto a orla é resiliente? Quando as mudanças são irreversíveis? Não há respostas fáceis – se é que existem!"...

"É com esse alento, com um estado de espírito positivo, que saúdo a oportunidade e o empenho das organizadoras em editar este livro, que mesmo em um momento turbulento, é capaz de apontar, no horizonte, sinais de bonança que cabem a todos nós alcançar."

Boa leitura!

Ronaldo Lobão, Rio de Janeiro, 5/06/2013



FAPES

EDUFES

ISBN: 978-85-7772-276-1